Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO À SEGUNDA-FEIRA, 25, 26 E 27 DE ABRIL DE 2020 | Nº 24.650 | Preço banca: R$ 3,50

Bolsonaro diz que não houve intervenção política na PF

O presidente Jair Bolsonaro fez um pronunciamento na tarde de sexta-feira (24), no Palácio do Planalto, para rebater as acusações feitas pelo ex-ministro Sergio Moro, que anunciou sua demissão do Ministério da Justiça mais cedo. Acompanhado de seus ministros, Bolsonaro falou durante 46 minutos e negou que tenha pedido para o então ministro interferir em investigações da Polícia Federal (PF).

"Não são verdadeiras as insinuações de que desejaria saber sobre as investigações em andamento. Nos quase 16 meses em que esteve à frente do Ministério da Justiça, o senhor Sergio Moro sabe que jamais lhe procurei para interferir nas investigações que estavam sendo realizadas, a não ser aquelas, não via interferência, mas quase como uma súplica, sobre o Adélio [Bispo], o porteiro, e meu filho 04 [Jair Renan]", afirmou o presidente, em uma referência às investigações sobre a tentativa de assassinato contra ele na campanha eleitoral de 2018 e às investigações da Polícia Civil do Rio de Janeiro sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, também em 2018. Bolsonaro citou a lei n° 13.047 de 2014 para destacar que tem a prerrogativa de nomear e exonerar o diretor-geral da PF. Página 4

Baixo isolamento pode levar SP a adiar retomada de atividades

Página 3

Brasil registra mais de 50 mil casos confirmados do novo coronavírus

Página 4

Covid-19 pode causar retrocesso de 20 anos no combate à fome no mundo

A crise causada pela pandemia do novo coronavírus pode fazer com que o mundo retroceda 20 anos no enfrentamento à fome, avalia o ex-diretor geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) José Graziano.

Segundo Graziano, as projeções indicam que pode haver um aumento de 140 milhões no número de pessoas em pobreza extrema, levando para 1 bilhão a quantidade de pessoas que passam fome no mundo. "É o número que nós tínhamos 20 anos atrás, no início dos anos 2000. É retroceder 20 anos no combate à fome", enfatizou ao participar de um seminário online promovido pelo Instituto Brasil África.

Para além do problema da falta de alimentos, Graziano chamou a atenção para necessidade de que seja promovida uma dieta balanceada para as populações.

Graziano defende que sejam feitas políticas que permitam o acesso a frutas e legumes frescos. (Agência Brasil)

Sergio Moro confirma saída do Ministério da Justiça

Foto: Marcelo Cassal Jr/ABr

Ex-*ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro*

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, pediu demissão do cargo, deixando o governo do presidente Jair Bolsonaro após quase 16 meses à frente da pasta. Ao anunciar sua decisão, Moro lamentou ter que reunir jornalistas e servidores do órgão em meio à pandemia do novo coronavírus para anunciar sua saída, mas esta foi "inevitável e não por opção minha".

Em um pronunciamento de 38 minutos, Moro afirmou que pesou para sua decisão o fato de o governo federal ter decidido exonerar o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Maurício Valeixo. O decreto de exoneração foi publicado na sexta-feira, (24), no Diário Oficial da União. É assinado eletronicamente pelo presidente Jair Bolsonaro e por Moro, e informa que o próprio Valeixo pediu para deixar o comando da corporação.

O ministro, no entanto, afirmou que não assinou o decreto e que o agora ex-diretor-geral da PF não cogitava deixar o cargo. "Não é absolutamente verdadeiro que Valeixo desejasse sair". Para o ministro, a substituição do diretor-geral, sem um motivo razoável, afeta a credibilidade não só da PF.

"O grande problema desta troca é que haveria uma violação da garantia que me foi dada quando aceitei o convite para ingressar no governo, a garantia de que eu teria carta branca. Haveria interferência na PF, o que gera um abalo na credibilidade. Minha e do governo. E também na PF, gerando uma desorganização que, a despeito de todos os problemas de corrupção dos governos anteriores, não houve no passado", disse Moro. Página 4

Aneel mantém bandeira verde nas contas de energia de maio

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou, na sexta-feira, (24), que manterá no mês de maio a bandeira tarifária na cor verde, sem cobrança extra na conta do consumidor. A bandeira foi a mesma aplicada em abril. Este é o quarto mês consecutivo que a bandeira segue no mesmo patamar. Página 3

Governo de SP planeja retomada gradual de aulas presenciais em julho

Página 2

Presidente Jair Bolsonaro escolhe Alexandre Ramagem como novo Diretor da Polícia Federal

Previsão do Tempo

Sábado: Sol com algumas nuvens. Não chove. 29º C / 16º C

Manhã | Tarde | Noite

Domingo: Sol com algumas nuvens. Não chove. 25º C / 15º C

Manhã | Tarde | Noite

Segunda: Sol com algumas nuvens durante o dia. À noite o céu fica com muitas nuvens, mas não chove. 26º C / 14º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,64
Venda: 5,64

Turismo
Compra: 5,61
Venda: 5,95

EURO
Compra: 6,09
Venda: 6,09

Esporte

Liga Diamante adia mais duas etapas do circuito

Os organizadores da Liga Diamante, o principal circuito de competições de atletismo, anunciaram o adiamento de mais duas etapas, marcadas para junho: a de Eugene, Estados Unidos, no dia 7, e a de Paris, França, no dia 13. Os adiamentos foram causados pela pandemia global da COVID-19.

Uma exceção no calendário devem ser os Bislett Games de Oslo, Noruega, que estão marcados para o 11 de junho, em formato alternativo. O evento está sendo chamado de "Jogos Impossíveis".

A Liga Diamante já havia adiado os meetings de Doha (CAT), da China (dois), de Estocolmo (SUE), de Roma/Nápoles (ITA) e de Rabat (MAR), previstos para abril e maio.

A decisão desta quinta-feira foi tomada após consultas com todas as partes envolvidas e com base nas preocupações com a segurança dos atletas, bem como pelas restrições de viagens, que tornam impossível a realização das competições conforme planejado.

Novas datas para os eventos adiados da Liga Diamante serão anunciadas em cooperação com a Unidade de Calendário Global do World Athletics (ex-IAAF), assim que a situação mundial da pandemia possibilitar um plano confiável.

Já os Bislett Games, de caráter alternativo, devem seguir rigorosamente as determinações do governo norueguês sobre o combate ao novo coronavírus, segundo os organizadores da Liga Diamante.

Foto: Wagner Carmo

Andressa *Morais*

O programa do evento prevê inicialmente a tentativa de novo recorde mundial dos 400 m com barreiras do norueguês Karsten Warholm, bicampeão mundial da prova, e uma disputa no salto com vara entre o sueco Armand "Mondo" Duplantis, recordista mundial indoor, e o francês Renaud Lavillenie, campeão olímpico.

"Essa é uma notícia positiva para atletas e fãs e promete, mesmo nesta fase inicial, ser uma grande noite de atletismo no estádio Bislett. Parabéns aos organizadores por sonhar com isso e seguir o sonho, trabalhando dentro das diretrizes de pandemia estabelecidas na Noruega", disse Sebastian Coe, presidente da World Athletics. A Caixa é a Patrocinadora Oficial do Atletismo Brasileiro.

Brasil ganha representante no maior campeonato de Lamborghini do mundo: Leo Lamelas

Depois de conquistar diversos títulos no kartismo brasileiro e competir com protótipos do IMSA em 2019, o jovem Leo Lamelas inicia agora uma nova fase de sua carreira. Com duas temporadas de experiência nos Estados Unidos em provas de endurance, o piloto agora terá um novo desafio, desta vez em um dos campeonatos de GT mais rápidos do mundo: o Lamborghini Super Trofeo, torneio oficial da montadora italiana.

"Meu objetivo é me adaptar ao máximo ao carro GT porque é minha transição do protótipo para o GT, então tenho que pegar o máximo de experiência, saber como o carro se comporta e tudo mais", afirma Lamelas, que começou sua carreira no kart com 7 anos de idade.

Apaixonado pelo automobilismo desde cedo, Leo ganhou seu primeiro kart aos 6 anos. Após disputar torneios em diversas categorias, o piloto iniciou a transição para os carros-protótipos e correu no IMSA Prototype Challenge por duas temporadas (2018 e 2019).

Com um teste feito com a US RaceTronics em Buttonwillow, pista localizada a duas horas de Los Angeles (EUA), Lamelas focou-se na rápida adaptação ao carro e valorizou seu primeiro contato com uma Lamborghini.

"Além de ter que me adaptar ao carro em um curto período de tempo, terei que andar em três pistas inéditas para mim, mas por outro lado já guiei nas outras três do campeonato oficial da Lamborghini. Tive meu primeiro teste com uma Lamborghini também e nunca andei nessa pista, mas foi bem legal testar com a equipe US RaceTronics e será o início de uma nova fase na minha carreira. Como piloto Pro, recebi um convite excelente para integrar uma dupla Pro-Am e espero que as conquistas de 2020 possam abrir mais portas para minha carreira no exterior", diz Lamelas, que terá como dupla o piloto Ron Atapattu.

Ram lança primeira edição limitada no Brasil

autojornal
o dia a dia motorizado

Governo de SP planeja retomada gradual de aulas presenciais em julho

O Governador João Doria anunciou na sexta (24) que as aulas presenciais nas redes públicas estadual e municipais serão retomadas de forma gradual e regionalizada a partir de julho. Para alunos de creches e unidades de educação infantil, o retorno pode ser antecipado. Porém, o cronograma depende de aval do Centro de Contingência do coronavírus de São Paulo.

"O Governo de São Paulo planeja a retomada das aulas de acordo com orientação do Centro de Contingência da COVID-19 e do nosso comitê de saúde de forma integrada com a Secretaria da Educação", afirmou Doria.

A Secretaria de Estado da Educação informou que a retomada será feita de maneira controlada e planejada, zelando pela saúde e segurança da comunidade escolar e da sociedade. As atividades na educação infantil só serão retomadas uma vez que as regiões estejam autorizadas pela Secretaria Estadual da Saúde.

"A educação infantil, que tem atendimento de creche, será priorizada pensando especialmente nas mães que trabalham fora e nas demais configurações de famílias que necessitam de cuidados integrais aos filhos, para que retornem ao trabalho", disse o Secretário Rossieli Soares.

Na primeira semana da retomada, os alunos serão avaliados sobre eventuais prejuízos de aprendizado durante o período de suspensão das atividades presenciais. Na segunda semana, ainda de forma escalonada, as equipes darão prioridade ao acolhimento dos alunos.

As primeiras semanas serão utilizadas também para que professores planejem estratégias de reforço e recuperação. O planejamento será baseado nos resultados das avaliações realizadas durante a primeira semana do retorno às aulas.

As datas de retorno poderão ser diferentes entre as regiões do estado. As escolas municipais e particulares devem seguir a orientações de retorno gradual, com foco em diagnóstico e estratégia de acolhimento, reforço e recuperação.

Aulas em casa

No último dia 3 de abril, o Governo do Estado lançou o Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP). A plataforma vai permitir que estudantes da rede estadual tenham acesso a aulas ao vivo, videoaulas e outros conteúdos pedagógicos durante o período de quarentena.

O CMSP conta com dois aplicativos. O CMSP para Ensino Fundamental dos Anos Finais e Ensino Médio e o CMSP Educação Infantil e Anos Iniciais. Os aplicativos estão disponíveis para os sistemas Android e IOS.

O Estado também entrou em acordo com a TV Cultura, que vai transmitir as aulas por meio dos canais digitais 2.2 – TV Univesp e 2.3 – TV Educação. A Secretaria da Educação está patrocinando acesso a planos móveis de internet para que alunos e professores tenham acesso aos conteúdos via telefone celular.

Calendário

As aulas na rede estadual de São Paulo estão suspensas desde o dia 23 de março como medida de controle à propagação do coronavírus. O Estado antecipou o período de férias e recesso escolar. As aulas à distância que contarão como dias letivos recomeçam no dia 27 de abril.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, **Cesar Neto** tem sua coluna (diária) de política publicada - desde 1993 - na imprensa de São Paulo (SP). Foi se tornando referência também na Internet, via www.cesarneto.com ; no Twitter, via **@CesarNetoReal ;** Email **cesar@cesarneto.com**

.

CÂMARA (SP)

A crise da Saúde Pública (pandemia Covid-19) numa das maiores cidades do mundo tá sobrecarregando cada um dos vereadores, menos os 2 que não são candidatos à reeleição (Celso Jatene - PL e Claudinho - PSDB). Os demais 53 tão vivenciando algumas as situações mais surreais possíveis

.

PREFEITURA (SP)

Por mais que venham ajudas financeiras, políticas, dos hospitais, laboratórios, empresas e sociedade, pra apoiar pacientes da pandemia Covid-19 e desempregados das comunidades carentes, o prefeito Bruno Covas (PSDB) terá o que fazer se não houver o isolamento social de pelo menos 50%

.

ASSEMBLEIA (SP)

Jornalista e articulista de texto precioso, faleceu em São Paulo - estava adoentado e impossibilitado de se locomover há muitos anos - o ex-deputado (ALESP) João Melão. Seu filho, o advogado Ricardo Melão - eleito pro 1º mandato pelo partido NOVO - agradece os pêsames dos muitos leitores fiéis

.

GOVERNO (SP)

João Doria (dono do novo PSDB) não perdeu tempo nem em relação a renúncia (demitiu-se da ministério da Justiça) do seu amigo Sérgio Moro (agora ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro), nem ao assédio do governador (Rio) Witzel, que foi magistrado e tá de olho nas composições pra 2022

.

CONGRESSO (BR)

Senadores e deputados, entre eles o presidente da Câmara Federal Rodrigo Maia (DEM ex-PFL), podem 'poupar' Bolsonaro, agora inimigo político e pessoal (cada um acusando o outro de mentiroso) do seu ex-ministro (Justiça) Moro. Alguns nunca esqueceram das acusações via "Lava Jato" que ele fez

.

PRESIDÊNCIA

Rebatendo o que o agora ex-ministro (Justiça) Moro, que teria mentido sobre Bolsonaro no caso da demissão do diretor geral da Polícia Federal, declarou que o Presidente era um antes e outro no Poder. Bolsonaro disse que Moro teria pedido que ele só exonerasse o diretor geral da PF após ...

.

(REPÚBLICA)

... indicá-lo na vaga pro Supremo. Agora são 3 guerras, além da Covid-19. A de todo o Ministério, sob o comando dos generais do Exército, a política (eleições 2022) e a jurídica, contra os pedidos de cassação (Impedimento) nas mãos do deputado-federal e Presidente Rodrigo Maia (DEM ex-PFL)

.

PARTIDOS (BR)

O PODEMOS (ex-PTN), presidido pela deputada federal (SP) Renata Abreu e liderado pelo senador (PR) - candidato Presidencial em 2018 - Alvaro Dias, aposta ainda mais alto na filiação do ex-juiz federal Sérgio Moro (operação Lava Jato), agora que ele tornou-se ex-ministro e ex-aliado de Bolsonaro.

.

JUSTIÇAS (BR)

O Procurador Geral Aras, escolhido por Bolsonaro, quer um inquérito no Supremo sobre os crimes que o agora ex-ministro (Justiça) Moro disse que o Presidente teria cometido. São eles: falsidade ideológica, coação no curso do processo, advocacia administrativa, prevaricação e obstrução da Justiça

Email:**cesar@cesarneto.com**

Dispositivo monitora ar e ajuda a prevenir coronavírus em ambientes fechados

Um dispositivo automático para monitorar a qualidade do ar em ambientes internos pode se tornar um aliado importante no combate à transmissão da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus. O equipamento com a tecnologia SPIRI fornece informações sobre temperatura, umidade do ar e presença de partículas em suspensão no ar, nas quais o vírus pode estar presente.

O produto já está disponível no mercado e os criadores iniciarão um trabalho de coleta de amostras de ar em hospitais para verificar a presença do vírus da enfermidade, com um dispositivo adicional adaptado para auxiliar no combate à pandemia. O dispositivo é fabricado pela Omni-Electronica, uma startup incubada no Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia (Cietec), instituição vinculada à Universidade de São Paulo (USP) e ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen).

O dispos itivo faz o monitoramento da qualidade do ar em tempo real, salienta o engenheiro Arthur Aikawa, CEO da Omni-Electronica. "Ele permite uma visibilidade e uma indicação que aquele ambiente é mais ou menos propício à contaminação cruzada e todos os outros malefícios que a má qualidade do ar tem nas pessoas que ocupam esses espaços", conta o pesquisador ao Jornal da USP.

"Manter ambientes bem ventilados, com qualidade ao ar adequada, é essencial para poder retomar nossas atividades o quanto antes, sem correr o risco de que o sistema de saúde seja extremamente sobrecarregado por um número excessivo de pessoas contaminadas simultaneamente", enfatiza.

Segundo Arthur Aikawa, a Organização Mundial da Saúde (OMS) admite que o vírus pode ser transmitido por meio de partículas em suspensão no ar. "Quando uma pessoa tosse, ela não vai gerar apenas aerossóis, partículas grandes, da ordem de 10 micrômetros, que vão cair numa distância de aproximadamente 1,5 metro", explica.

"Existem também os bioaerossóis, partículas entre 2 e 5 micrômetros de diâmetro, que devido ao tamanho e massa reduzida conseguem ficar em suspensão no ar em ambientes internos por até três horas", diz.

Nas últimas semanas, embora a OMS não possua evidências científicas suficientes da transmissão do vírus por aerossóis e bioaerossóis, órgãos como a Sociedade Americana de Engenheiros de Aquecimento, Refrigeração e Ar Condicionado (ASHRAE) e a Federação das Associações Europeias de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (REHVA) descrevem em notas de orientações nas últimas semanas que esse mecanismo de transmissão não deve ser ignorado, diz o engenheiro ao Jornal da USP.

"A COVID-19 é uma doença muito recente, os estudos e experimentos estão sendo produzidos agora, e aos poucos novas evidências vão surgindo", observa. Um estudo internacional que avaliou a estabilidade do vírus em superfícies, também estudou o vírus em bioaerossóis e constatou que o vírus permanecia ativo nessas microgotículas por até três horas, aponta Aikawa.

"É extremamente importante que os ambientes estejam bem ventilados e com uma baixa concentração de particulados suspensos, como os bioaerossóis", ressalta. "O monitoramento permite avaliar constantemente se a temperatura e a umidade do ar estão adequadas, para reduzir a probabilidade do vírus se propagar, e também se a ventilação está adequada", afirma.

O dispositivo é multissensorial, capaz de avaliar vários parâmetros do ambiente em que se insere. "O equipamento monitora parâmetros básicos de qualidade do ar, como temperatura e umidade relativa, e também os mais avançados, entre eles as concentrações de dióxido de carbono (CO2), compostos orgânicos voláteis (COVs) e material particulado (MP), seja partículas finas ou grossas", descreve o engenheiro.

"Todos esses parâmetros, que fazem parte da Resolução RE-09 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre qualidade do ar em ambientes internos no Brasil, são informados uma vez a cada dois ou três minutos para o usuário", diz.

Segundo Aikawa, com uma série de dispositivos instalados em edifícios, é possível fazer um raio X da qualidade do ar em todos os seus ambientes. "Em hospitais, o dispositivo atende também à questão de prevenir a contaminação de alas e quadros de infecção hospitalar que podem ser causados por reformas em suas dependências", salienta.

"Tem que haver um equilíbrio dos parâmetros da qualidade do ar para que você possa diminuir a chance de contaminação de pessoas que geralmente estão com um quadro de saúde mais debilitado", pontua.

A verificação da qualidade do ar possibilita tomar as providências necessárias em caso de anomalias, observa o engenheiro. "Isso se faz pelo monitoramento do dióxido de carbono e outros compostos voláteis", diz. Por meio da ventilação, o ar interno é renovado e filtrado, sendo diluído com o ar externo, o que diminui a concentração de partículas e torna a carga viral muito menor.

"Em ambientes internos, mesmo a uma distância de dez metros, se aquele ambiente não estiver bem ventilado e as pessoas ficarem ali por várias horas, elas podem se contaminar. Existe uma possibilidade de que elas se contaminem por bioaerossóis", ressalta.

A empresa, fundada em 2016 por um grupo de engenheiros da pós-graduação da Escola Politécnica (Poli) da USP, começou a desenvolver a tecnologia SPIRI em janeiro de 2017, com financiamento do programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (Pipe), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A comercialização foi iniciada no ano passado.

"Hoje, o dispositivo está instalado em aeroportos, escritórios e indústrias alimentícias, onde já é utilizado para avaliar e fazer a gestão da qualidade do ar", relata Aikawa. "Ele vai se tornar cada vez mais importante quando surgem situações de pandemia, em que um cuidado extra deve ser tomado para diminuir a probabilidade de contaminação de uma pessoa para outra", explica.

Além de o dispositivo já estar disponível no mercado, Aikawa relata que a empresa iniciou há dez dias um trabalho de replicação de pesquisas internacionais para coleta de microgotículas e avaliação da presença do vírus. "Estamos em contato com alguns hospitais para fazer a amostragem do ar e a coleta dessas amostras. A ideia é incluir um serviço de amostragem para avaliar se o vírus estava presente ou não em microgotículas suspensas naquele ambiente", destaca.

"Isso vai ser extremamente necessário porque não vai ser possível retomar da noite para o dia tudo como era antes e vamos precisar de ferramentas para gerenciar essa retomada", finaliza.

Prefeitura abre inscrições para o curso on-line Despertando o Empreendedor

A Prefeitura está com inscrições abertas para o curso on-line "Despertando o Empreendedor", que tem como objetivo ajudar os munícipes a encontrar novas maneiras de gerar renda durante o período de crise provocado pela pandemia de covid-19 (doença provocada pelo coronavírus). A ação é uma iniciativa da Ade Sampa, entidade vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

A atividade é composta por cinco aulas que abordarão assuntos sobre empreendedorismo com orientações e dicas de como gerar renda em casa. As inscrições podem ser feitas até domingo (26) pelo link: https://bit.ly/CursoOnlineDespertantoOEmpreendedor

As aulas serão disponibilizadas diariamente a partir de 27 de abril, com o envio do link de acesso para o WhatsApp dos inscritos. Ao final, os participantes receberão o certificado de participação.

Após a qualificação, a Ade Sampa irá realizar um plantão de atendimento online, para que os candidatos tirem suas últimas dúvidas e recebam orientações para alavancar os seus negócios.

Confira o cronograma completo:

Aula 1 - Introdução ao Empreendedorismo

Aula 2 - Tipos de Empreendedorismo

Aula 3 - Mitos sobre empreendedorismo

Aula 4 - 10 comportamentos do Empreendedor de sucesso

Aula 5 - Cenário do Empreendedorismo no Brasil e no Mundo

Serviço

Curso – Despertando o Empreendedor

Datas: 27 de abril a 4 de maio

Link de inscrição: https://bit.ly/CursoOnlineDespertantoOEmpreendedor

Universidade Estadual Paulista divulga calendário para o Vestibular 2021

A Universidade Estadual Paulista (Unesp) definiu as datas dos principais eventos do Vestibular 2021. O período de inscrições será de 8 de setembro a 8 de outubro de 2020. O exame da primeira fase acontecerá no dia 15 de novembro.

Os candidatos habilitados e convocados para a segunda fase farão novas provas nos dias 13 e 14 de dezembro. O resultado final da Unesp será divulgado em 28 de janeiro de 2021. No ano passado, as provas foram aplicadas para 95.440 candidatos em 35 cidades, sendo 31 dessas no Estado de São Paulo.

A resolução com as regras do exame vestibular deverá ser divulgada até julho, com todas as informações sobre cursos e vagas disponíveis para ingresso em 2021. Para o ingresso em 2020, a Unesp ofereceu 7.725 vagas, além de 195 vagas adicionais a participantes de olimpíadas científicas.

A Unesp está presente em 24 cidades no Estado: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Dracena, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Itapeva, Jaboticabal, Marília, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Rosana, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente, Sorocaba e Tupã.

O Sistema de Reserva de Vagas para a Educação Básica Pública (SRVEBP) destina metade das vagas de cada curso da Unesp para alunos que tenham feito todo o Ensino Médio em escola pública. Mais informações sobre todos os cursos da universidade estão no Guia de Profissões: www.unesp.br/guiadeprofissoes.

A Pró-Reitoria de Extensão Universitária da Unesp (Proex) mantém disponível para download gratuito em sua página, em formato digital, sete cadernos destinados aos estudantes em fase de preparação para os exames.

Para tirar dúvidas sobre o Vestibular 2021 da Unesp, o candidato pode fazer contato pelo link "Fale Conosco" do site da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp): https://www.vunesp.com.br/FaleConosco.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Baixo isolamento pode levar SP a adiar retomada de atividades

A taxa de distanciamento social no estado de São Paulo permaneceu em 48% na quinta-feira (23), a mesma do dia anterior. O percentual é considerado baixo, e o governo paulista disse que a taxa acendeu o alerta amarelo de preocupação com a disseminação do coronavírus no estado. A taxa considerada ideal é acima de 70%, mas o governo já considera satisfatória quando fica acima de 50%.

Segundo o governador João Doria, caso a taxa de isolamento no estado não cresça, a retomada das atividades econômicas, prevista para 11 de maio, pode não ocorrer nesta data.

"Com um índice de 48% de isolamento, não será possível realizarmos flexibilização na região metropolitana de São Paulo. Se os brasileiros que vivem nas cidades que compõem a região metropolitana e na própria capital de São Paulo, não fizerem o isolamento com índice mínimo de 50%, que foi a recomendação da Saúde e do Comitê de Saúde, nós revisaremos a decisão, a ser anunciada no dia 8 de maio de flexibilização gradual do isolamento na região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital", disse o governador.

De acordo com Dória, algumas cidades vêm conseguindo manter taxas altas de isolamento, como São Sebastião, em que 62% da população tem ficado em casa, mas a média do estado permanece baixa.

O sistema de monitoramento acompanha a situação de mobilidade em 104 dos 645 municípios paulistas com população acima de 70 mil habitantes. A central de inteligência analisa os dados de telefonia móvel para indicar tendências de deslocamento e apontar a eficácia das medidas de isolamento social.

Casos

O estado de São Paulo tem 16.740 casos confirmados de coronavírus, com 1.345 óbitos. Estão internados em unidades de terapia intensiva (UTIs) 1.148 pacientes e, em enfermarias, 1.355 pessoas.

Segundo o secretário de Saúde de São Paulo, José Henrique Germann, a taxa de ocupação dos leitos de UTI no estado é de 57,7% e de 41,8% em enfermarias. Na Grande São Paulo, a taxa de ocupação de UTIs está em torno de 77% e a de enfermarias, em 67%. Os hospitais do estado com maior ocupação são o das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e o Emílio Ribas.

O coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo, David Uip, informou que o Hospital Emilio Ribas, que estava passando por reforma quando chegou a pandemia, tem hoje 30 leitos de UTI. Na próxima semana, o Emílio Ribas deve ganhar mais 10 leitos e, na semana seguinte, outros 10. (Agência Brasil)

Dólar sobe a R$ 5,668 e bate recorde em dia de demissão de ministro

Num dia de nervosismo no mercado brasileiro, o dólar comercial ultrapassou a barreira de R$ 5,60 e fechou no maior valor nominal – sem considerar a inflação – desde a criação do real. A moeda encerrou na sexta-feira (24) vendida a R$ 5,668, com alta de R$ 0,14 (+2,54%). O euro comercial foi vendido a R$ 6,116, fechando acima dos R$ 6 pela primeira vez na história.

A bolsa operou o dia inteiro em queda, mas despencou depois do anúncio da demissão do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. O índice Ibovespa, da B3, a bolsa de valores brasileira, caiu 5,45%, fechando aos 75.331 pontos, no menor nível desde 6 de abril. Por volta das 12h30, o índice chegou a cair 9,5%, ameaçando o acionamento do circuit breaker, quando as negociações são interrompidas por meia hora quando o recuo supera os 10%.

Em relação ao dólar, a cotação começou o dia em torno de R$ 5,55, mas aproximou-se de R$ 5,70 após a demissão do ministro. Na máxima do dia, por volta das 14h50, a moeda chegou a ser vendida a R$ 5,74.

A alta poderia ter sido maior caso o Banco Central (BC) não tivesse intervindo no mercado. A autoridade monetária fez quatro leilões de venda direta de US$ 2,175 bilhões das reservas internacionais e dois leilões de venda com compromisso de recompra de US$ 700 milhões. O BC fez ainda leilões de contratos novos de swap (venda de dólares no mercado futuro), mas o resultado não foi divulgado. A divisa acumula alta de 41,25% em 2020.

Além da renúncia de Moro, o mercado está sendo influenciado pela perspectiva de queda dos juros. Na última quarta-feira (22), o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que o cenário para a Selic (taxa básica de juros) mudou depois da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Juros mais baixos tornam menos atrativos os investimentos em países emergentes, como o Brasil, estimulando a retirada de capitais por estrangeiros. As tensões políticas internas também interferiram no mercado.

No exterior

Em relação aos demais países emergentes, o real foi a moeda que mais se desvalorizou hoje. O Ibovespa descolou-se do mercado externo. Influenciado pela recuperação da crise de petróleo e por um pacote de ajuda a empresas norte-americanas, o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, encerrou o dia com ganhos de 1,11%.

Há várias semanas, mercados financeiros em todo o planeta atravessam um período de nervosismo por causa da recessão global provocada pelo agravamento da pandemia do novo coronavírus. As interrupções na atividade econômica associadas à restrição de atividades sociais travam a produção e o consumo, provocando instabilidades. No entanto, a perspectiva de que vários países da Europa e regiões dos Estados Unidos relaxem as restrições após a superação do pico da pandemia anima os mercados.

Petróleo

Os preços internacionais do petróleo, que despencaram nos últimos dois dias, continuaram a recuperar-se na sexta-feira, Os contratos futuros dos barris do tipo WTI para junho, que servem como referencial para o mercado norte-americano, encerraram o dia em US$ 17,11, com alta de 3,7%.

Na segunda-feira (20), os contratos do WTI para maio, que não estão mais ativos, fecharam com preços negativos pela primeira vez na história, afetados pela baixa demanda e pelos altos estoques de petróleo.

As cotações do barril do tipo Brent, que servem de referencial para o mercado internacional e para a Petrobras, também se recuperaram. Por volta das 18h, o Brent era vendido a US$ 21,83, com alta de 2,34%.

O desempenho do mercado internacional, no entanto, não se refletiu nas ações da Petrobras, as mais negociadas na bolsa. Afetados pelas tensões políticas internas, os papéis ordinários (com direito a voto em assembleia de acionistas) desvalorizaram-se 5,9% na sexta. Os papéis preferenciais (com prioridade na distribuição de dividendos) tiveram perda de 7,32%.

A guerra de preços de petróleo começou há um mês, quando Arábia Saudita e Rússia aumentaram a produção, mesmo com os preços em queda. Segundo a Petrobras, a extração do petróleo só é viável no longo prazo para cotações a partir de US$ 45. No curto prazo, a companhia pode extrair petróleo a US$ 19, no limite dos custos da empresa. (Agência Brasil)

Aneel mantém bandeira verde nas contas de energia de maio

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou, na sexta-feira, (24), que manterá no mês de maio a bandeira tarifária na cor verde, sem cobrança extra na conta do consumidor. A bandeira foi a mesma aplicada em abril. Este é o quarto mês consecutivo que a bandeira segue no mesmo patamar.

De acordo com a agência, a decisão de manter a bandeira na cor verde se deve à recuperação nos níveis dos reservatórios em virtude do volume de chuvas próximo ao padrão histórico do mês de abril.

"Em abril, os principais reservatórios de hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN) apresentaram recuperação de níveis em razão do volume de chuvas próximo ao padrão histórico do mês. A combinação de reservatórios mais elevados com o impacto das medidas de combate à pandemia do Covid-19 sobre o consumo de eletricidade sinaliza manutenção da elevada participação das hidrelétricas no atendimento à demanda de energia do SIN, sem a necessidade de acionamento do parque termelétrico de forma sistêmica", informou a Aneel.

Segundo a agência, o volume de chuvas refletiu-se na manutenção do preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) e dos custos relacionados ao risco hidrológico (GSF). O PLD e o GSF são as duas variáveis que determinam a cor da bandeira a ser acionada.

Criado pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias sinaliza o custo real da energia gerada, "possibilitando aos consumidores o bom uso da energia elétrica. O funcionamento das bandeiras tarifárias tem três cores: verde, amarela ou vermelha (nos patamares 1 e 2) que indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração.

O acréscimo cobrado na conta pelo acionamento da bandeira amarela passou é R$ 1,34 a cada 100 kWh consumidos. Já a bandeira vermelha patamar 1, o valor a mais cobrado é R$ 4,16 a cada 100 kWh e no patamar 2 da bandeira o valor é R$ 6,24 por 100 kWh consumidos. A bandeira verde não tem cobrança extra. (Agência Brasil)

Contas externas têm saldo positivo de US$ 868 milhões em março

As contas externas registraram saldo positivo de US$ 868 milhões em março, informou na sexta-feira, (24) o Banco Central (BC). Em março do ano passado, houve déficit em transações correntes (contas externas), que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda do Brasil com outros países, de US$ 2,664 bilhões. É o primeiro superávit desde junho de 2017 (US$ 431 milhões).

"Na comparação com março de 2019, a mudança no sinal das transações correntes decorreu, principalmente, do recuo do déficit na renda primária [lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários], US$ 2,7 bilhões. Também houve incremento de US$ 360 milhões no superávit da balança comercial de bens e redução no déficit na conta de serviços, de US$ 569 milhões", diz o BC, em relatório divulgado na sexta-feira, (24).

No primeiro trimestre, as contas externas registraram déficit de US$ 15,242 bilhões, contra US$ 15,043 bilhões em igual período de 2019.

O déficit em transações correntes nos 12 meses encerrados em março de 2020 somou US$ 49,651 bilhões (2,80% do Produto Interno Bruto - PIB), ante US$ 53,183 bilhões (2,96% do PIB), em fevereiro deste ano.

As exportações de bens totalizaram US$ 19,296 bilhões em março e as importações, US$ 15,108 bilhões, resultado no superávit comercial de US$ 4,189 bilhões. No primeiro trimestre, o superávit comercial chegou a US$ 3,636 bilhões, ante R$ 3,829 bilhões do mesmo período de 2019.

Para o mês de março, a estimativa para o resultado em transações correntes é de superávit de US$ 2 bilhões, enquanto a de IDP é de ingressos líquidos de US$ 1,5 bilhão. (Agência Brasil)

Vendas do Tesouro Direto têm melhor março da história

A venda de títulos públicos a pessoas físicas somou R$ 3,019 bilhões em março, informou na sexta-feira, (24) o Tesouro Nacional. O valor vendido por meio do programa Tesouro Direto representou alta de 27,6% em relação a março do ano passado, atingindo o melhor resultado para o mês.

Apesar da subida nas vendas, as recompras bateram recorde, atingindo R$ 3,799 bilhões no mês passado. Esse é o maior valor recomprado pelo Tesouro desde a criação do programa, em 2002. Por causa da crise econômica gerada pela pandemia de coronavírus, muitos detentores de títulos decidiram se desfazer de papéis que se desvalorizaram com as oscilações do mercado.

O número de investidores ativos somou 1.213.807, mas poucas pessoas físicas aplicaram em títulos públicos em março. No mês passado, apenas 408 participantes aderiram ao programa, conta 2.276 novos investidores registrados em fevereiro. O número de investidores cadastrados – ativos e não ativos – totalizou 6.512.580 pessoas.

No mês passado, os títulos mais vendidos foram vinculados à taxa Selic (juros básicos da economia). Esses papéis concentraram 47,2% das vendas em março. Em segundo lugar, vieram os papéis corrigidos pela inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que responderam por 33,2% das vendas.

Em terceiro, ficaram os títulos prefixados (com juros definidos antecipadamente), que responderam por 19,6% das vendas. Os investimentos de menor valor continuaram a liderar a preferência dos aplicadores. As vendas abaixo de R$ 1 mil concentraram 60,9% do volume aplicado no mês.

Com o resultado de março, o estoque de títulos públicos aplicados no Tesouro Direto teve leve queda de 0,61% em relação a fevereiro, alcançando R$ 58,44 bilhões. Esse foi o terceiro mês seguido de queda no estoque do programa. A variação do estoque representa a diferença entre as vendas e os resgates, mais o reconhecimento dos juros que incidem sobre os títulos. Além das recompras recordes em março, a queda dos juros de alguns papéis, afetados pela instabilidade no mercado, contribuiu para o recuo no estoque no mês passado.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar esse tipo de aplicação e permitir que pessoas físicas possam adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro, via internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só tem de pagar uma taxa à corretora responsável pela custódia dos títulos. Mais informações podem ser obtidas no site do Tesouro Direto.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, índices de inflação, câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis prefixados. (Agência Brasil)

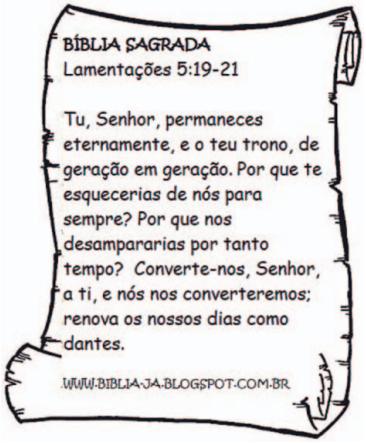
Confiança da indústria recua 39,5 pontos, diz pesquisa da FGV

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou 39,5 pontos na prévia de abril, na comparação com o resultado consolidado de março. Assim, o indicador chegou a 58 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos.

Se o resultado se confirmar no consolidado de abril, essa será a maior queda mensal e o menor patamar da série histórica do ICI.

A queda da confiança é resultado da piora da percepção dos empresários em relação à situação atual e ao futuro. O Índice de Expectativas, que mede a confiança no futuro, caiu 47,3 pontos e passou para 48,9 pontos. Já o Índice da Situação Atual teve recuo de 31 pontos, passando para 67,8 pontos.

O resultado preliminar de abril indica diminuição de 17,8 pontos percentuais do Nível de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria, indo para 57,5%, o menor valor da série histórica. (Agência Brasil)



Lembre sempre de lavar as mãos

PGR pede abertura de inquérito no STF para apurar declarações de Moro

O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu na sexta-feira, (24) ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de um inquérito para apurar as declarações feitas pelo ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro, que pediu demissão do cargo e fez acusações contra o presidente Jair Bolsonaro. Entre as medidas solicitadas ao STF, Aras pediu que seja determinado o depoimento de Moro.

De acordo com o procurador, os fatos evidenciam supostos crimes de falsidade ideológica, obstrução de Justiça, corrupção passiva privilegiada, coação no curso do processo ou denunciação caluniosa e crime contra a honra.

"Indica-se, como diligência inicial, a oitiva de Sergio Fernando Moro, a fim de que apresente manifestação detalhada sobre os termos do pronunciamento, com a exibição de documentação idônea que eventualmente possua acerca dos eventos em questão. Uma vez instaurado o inquérito, e na certeza da diligência policial para o não perecimento de elementos probatórios, o procurador-geral da República reserva-se para acompanhar o apuratório e, se for o caso, oferecer denúncia", disse Aras no pedido.

Mais cedo, ao anunciar a demissão, Moro afirmou que pesou para sua decisão o fato de o governo federal ter decidido exonerar o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Maurício Valeixo. (Agência Brasil)

Bolsonaro diz que não houve intervenção política na Polícia Federal

O presidente Jair Bolsonaro fez um pronunciamento na tarde de sexta-feira (24), no Palácio do Planalto, para rebater as acusações feitas pelo ex-ministro Sergio Moro, que anunciou sua demissão do Ministério da Justiça mais cedo. Acompanhado de seus ministros, Bolsonaro falou durante 46 minutos e negou que tenha pedido para o então ministro interferir em investigações da Polícia Federal (PF).

"Não são verdadeiras as insinuações de que desejaria saber sobre as investigações em andamento. Nos quase 16 meses em que esteve à frente do Ministério da Justiça, o senhor Sergio Moro sabe que jamais lhe procurei para interferir nas investigações que estavam sendo realizadas, a não ser aquelas, não via interferência, mas quase como uma súplica, sobre o Adélio [Bispo], o porteiro, e meu filho 04 [Jair Renan]", afirmou o presidente, em uma referência às investigações sobre a tentativa de assassinato contra ele na campanha eleitoral de 2018 e às investigações da Polícia Civil do Rio de Janeiro sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, também em 2018. Bolsonaro citou a lei n° 13.047 de 2014 para destacar que tem a prerrogativa de nomear e exonerar o diretor-geral da PF.

"Falava-se em interferência minha na Polícia Federal. Ora bolas, se eu posso trocar o ministro, por que eu não posso, de acordo com a lei, trocar o diretor da Polícia Federal? Eu não tenho que pedir autorização para ninguém para trocar o diretor ou qualquer um outro que esteja na pirâmide hierárquica do Poder Executivo. Será que é interferir na PF quase que exigir, implorar [a] Sergio Moro que apure quem mandou matar Jair Bolsonaro? A PF de Sergio Moro mais se preocupou com Marielle [Franco, vereadora assassinada] do que seu chefe supremo? Cobrei muito dele isso daí, [mas] não interferi", afirmou. O diretor-geral da PF, Maurício Valeixo, nome indicado por Sergio Moro, foi exonerado do cargo nesta sexta-feira.

Em um pronunciamento para anunciar que deixava o governo, Sergio Moro afirmou que Bolsonaro queria colocar alguém de sua própria confiança na direção da PF. "Me disse, mais de uma vez, expressamente, que queria ter [na direção-geral da PF] uma pessoa do contato pessoal dele, para quem ele pudesse ligar, colher informações, que pudesse colher relatórios de inteligência. Este, realmente, não é o papel da PF", afirmou Moro. (Agência Brasil)

Brasil registra mais de 50 mil casos confirmados do novo coronavírus

O Brasil chegou a 52.995 casos confirmados, conforme atualização do Ministério da Saúde divulgada na sexta-feira, (24). Nas últimas 24 horas foram adicionadas às estatísticas mais 3.503 pessoas infectadas, um aumento de 7,1% e relação a ontem, quando foram registrados 49.492 casos confirmados. O número de recuperados é de 27.655 recuperados, o que equivale a 52%, e outros 21.670 estão em acompanhamento, o equivalente a 41%.

Já o número de mortes subiu para 3.670, com 357 novos falecimentos de ontem para hoje, um incremento de 10,8%. Foi o segundo maior número de novos óbitos em 24 horas, perdendo apenas para ontem, quando foram adicionados 407.

São Paulo se mantém como epicentro da pandemia no país, concentrando o maior número de falecimentos (1.512). O estado é seguido pelo Rio de Janeiro (570), Pernambuco (352), Ceará (284) e Amazonas (255).

Além disso, foram registradas mortes no Maranhão (88), Pará (75), Paraná (64), Bahia (64), Minas Gerais (54), Paraíba (40), Espírito Santo (42), Santa Catarina (42), Rio Grande do Norte (38), Rio Grande do Sul (31), Alagoas (27), Distrito Federal (26), Goiás (24), Amapá (18), Piauí (16), Acre (11), Sergipe (8), Mato Grosso (8), Mato Grosso do Sul (7), Rondônia (5), Roraima (3) e Tocantins (2). (Agência Brasil)

Moro confirma saída do Ministério da Justiça

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, pediu demissão do cargo, deixando o governo do presidente Jair Bolsonaro após quase 16 meses à frente da pasta. Ao anunciar sua decisão, Moro lamentou ter que reunir jornalistas e servidores do órgão em meio à pandemia do novo coronavírus para anunciar sua saída, mas esta foi "inevitável e não por opção minha".

Em um pronunciamento de 38 minutos, Moro afirmou que pesou para sua decisão o fato de o governo federal ter decidido exonerar o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Maurício Valeixo. O decreto de exoneração foi publicado na sexta-feira, (24), no Diário Oficial da União. É assinado eletronicamente pelo presidente Jair Bolsonaro e por Moro, e informa que o próprio Valeixo pediu para deixar o comando da corporação.

O ministro, no entanto, afirmou que não assinou o decreto e que o agora ex-diretor-geral da PF não cogitava deixar o cargo. "Não é absolutamente verdadeiro que Valeixo desejasse sair". Para o ministro, a substituição do diretor-geral, sem um motivo razoável, afeta a credibilidade não só da PF.

"O grande problema desta troca é que haveria uma violação da garantia que me foi dada quando aceitei o convite para ingressar no governo, a garantia de que eu teria carta branca. Haveria interferência na PF, o que gera um abalo na credibilidade. Minha e do governo. E também na PF, gerando uma desorganização que, a despeito de todos os problemas de corrupção dos governos anteriores, não houve no passado", disse Moro.

Moro também destacou que disse ao presidente que não tinha problema nenhum em trocar o diretor-geral da PF, mas que isso deveria ser feito com base em um motivo relacionado ao desempenho do ocupante do cargo. "Eu sempre disse ao presidente que não tinha nenhum problema em trocar o diretor-geral, mas precisava de uma causa relacionada a uma insuficiência de desempenho, a um erro grave. No entanto, o que eu vi durante todo o período, é que o trabalho é bem feito", avaliou o ministro.

Moro ressaltou que na quinta-feira, conversou com o presidente sobre a possibilidade de mudança no comando da PF e que falou sobre impactos negativos relacionados à decisão. "Falei que isto teria um impacto para todos, que seria negativo, mas para evitar uma crise [política] durante uma pandemia, sinalizei: 'presidente: então vamos substituir o Valeixo por alguém que represente a continuidade dos trabalhos'", contou o ministro, revelando que chegou a sugerir o nome do atual diretor-executivo da PF, Disney Rosseti, que é servidor de carreira da corporação. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

KSB Brasil Ltda.

CNPJ nº 60.680.873/0001-14

Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto pelo lucro líquido por ação, expresso em reais)

Balanço Patrimonial

	2019	2018
Ativo	**178.847**	**174.044**
Ativo Circulante	**76.847**	**74.044**
Caixa e equivalentes de caixa	14.554	26.470
Contas a receber	68.074	64.431
Contas a receber - Partes relacionadas	16.484	7.915
Estoques	76.714	73.254
Impostos a recuperar	2.059	892
Outros ativos	962	1.082
Ativo não Circulante	**92.332**	**90.722**
IR e CS diferidos	8.087	7.242
Aplicação em Fundo de Investimentos	–	4.748
Depósitos judiciais	1.322	848
Impostos a recuperar	3.785	1.300
Imobilizado	72.536	70.939
Intangível	1.380	1.245
Propriedade para investimento	4.300	4.300
Ativo de direito de uso	922	–
Total Ativo	**271.179**	**264.766**
Passivo e Patrimônio Líquido	**2019**	**2018**
Passivo Circulante	**67.793**	**67.318**
Empréstimos e financiamentos	731	4.679
Passivos de Arrendamento	547	–
Fornecedores	31.431	34.384
Fornecedores - Partes relacionadas	4.026	1.588
Impostos e encargos sociais a pagar	3.170	3.655
Passivo de contrato de clientes	8.640	6.074
Provisão para férias e gratificações	13.258	11.565
Provisão para garantias e multas contratuais	2.094	2.088
Provisão para comissões	779	753
Provisão para royalties	1.593	1.593
Outras contas a pagar	1.524	719
Passivo não Circulante	**14.777**	**10.212**
Empréstimos e financiamentos	758	1.486
Passivos de Arrendamento	389	–
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13.630	8.726
Total Passivo	**82.570**	**77.530**
Patrimônio Líquido	**188.609**	**187.236**
Capital social	72.396	72.396
Lucros acumulados	116.213	114.840
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**271.179**	**264.766**

Demonstração do Resultado

	2019	2018
Receita Operacional Líquida	364.259	324.655
Custo dos Produtos Vendidos	(281.550)	(252.238)
Lucro Bruto	**82.709**	**72.367**
Receitas (Despesas) Operacionais	**(85.440)**	**(81.843)**
Comerciais	(45.981)	(39.468)
Gerais e administrativas	(20.970)	(24.391)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.502	1.916
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**17.269**	**10.524**
Resultado Financeiro	**(1.044)**	**1.292**
Lucro antes do IR e da CS	**16.225**	**11.816**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(8.701)**	**(4.123)**
Correntes	(7.546)	(3.752)
Diferido	845	(371)
Lucro Líquido do Exercício	**11.591**	**7.693**
Lucro Básico e Diluído por Quota	**7,33**	**4,86**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	**11.591**	**7.693**
Resultado Abrangente Total do Exercício	**11.591**	**7.693**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2018	**72.396**	**112.914**	**185.310**
Ajuste de aderência - IFRS 15	–	(133)	(133)
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	–	(5.634)	(5.634)
Lucro líquido do exercício	–	7.693	7.693
Saldos em 31/12/2019	**72.396**	**114.840**	**187.236**
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	–	(10.218)	(10.218)
Lucro líquido do exercício	–	11.591	11.591
Saldos em 31/12/2019	**72.396**	**116.213**	**188.609**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2019	2018
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	16.292	11.816
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	7.612	7.948
Depreciação direito de uso	306	–
Ganho na alienação de imobilizado	(550)	(269)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.380)	1.000
Reversão para perdas em estoque	(43)	(3.012)
Provisão para contingências	6.291	4.815
Juros sobre empréstimos e financiamentos	252	1.728
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.253)	9.813
Contas a receber - Partes relacionadas	(8.569)	2.917
Estoques	(3.417)	5.490
Impostos a recuperar	(3.652)	1.811
Outros ativos	162	(39)
Depósitos judiciais	(374)	63
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(2.953)	17.233
Fornecedores - Partes relacionadas	2.438	(378)
Impostos e encargos sociais a pagar	(5.000)	(32)
Adiantamentos de clientes	2.566	(560)
Provisão para férias e gratificações	1.673	(67)
Provisões diversas	32	148
Pagamentos de contingências	(1.387)	(1.817)
Outras contas a pagar	805	(1.003)
Caixa gerado pelas operações	**10.799**	**57.785**
Pagamento de juros	(248)	(1.835)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(8.030)	(3.020)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**2.521**	**52.929**
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(9.017)	(4.217)
Adições ao intangível	(550)	(372)
Adição de direito de uso	(335)	–
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	815	646
Recebimento pela venda de propriedade para investimento	–	480
Resgate de fundo de investimento	4.748	(3.156)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(4.339)**	**(6.658)**
Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamento		
Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio	(10.218)	(8.280)
Empréstimos e financiamentos - Captações	–	20.040
Empréstimos e financiamentos - Pagamentos	(4.986)	(44.502)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento	**(15.086)**	**(32.222)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(11.916)**	**16.134**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**26.470**	**10.336**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**14.554**	**26.470**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas KSB Brasil Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da KSB Brasil Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da KSB Brasil Ltda. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais ser manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 17 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Gustavo dos Santos Amud – Contador CRC 1PJ085031/O-8
Paulo Barros D'Abreu - CRC 1SP 152.913/O-2

Jens Dobrap - Diretor-Presidente

As notas explicativas na integra encontram-se na Sede da empresa

Vossloh Cogifer do Brasil Metalúrgica MBM S.A.

CNPJ/MF 71.477.426/0001-89

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais

	2019	2018
Ativo / Circulante	**14.640**	**17.553**
Caixa e equivalentes de caixa	258	10.889
Contas a receber	6.149	4.113
Estoques	2.271	2.304
Outros créditos	961	347
Não circulante	**9.338**	**7.893**
Impostos a recuperar	549	1.159
Outros créditos longo prazo	252	–
Depósitos judiciais	34	34
Imobilizado	5.354	5.630
Intangível	147	212
Total do ativo	**23.978**	**25.446**

Demonstrações de resultados

	2019	2018
Receita operacional líquida	23.691	24.253
Custo dos produtos vendidos	(19.604)	(19.755)
Lucro bruto	**4.087**	**4.498**
Despesas administrativas	(5.395)	(6.334)
Despesas comerciais	(279)	(704)
Outras receitas	128	392
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos	**(2.459)**	**(2.148)**
Receitas financeiras	671	365
Despesas financeiras	(1.630)	(2.334)
Receita (despesa) financeiras líquidas	**(1.164)**	**(1.429)**
Resultado antes dos impostos	**(3.314)**	**(3.382)**
Resultado do exercício	**(3.314)**	**(3.382)**

Demonstrações do fluxo de caixa – Método indireto

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(3.314)**	**(3.382)**
Resultado do exercício		
Ajustes para:		
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	55	(18)
Provisão dos estoques	(91)	202
Depreciação e amortização	580	(459)
Variações cambiais e juros sobre empréstimos	1.214	1.201
Provisões diversas	(260)	275
(1.836)	**(2.181)**
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(2.091)	1.455
Estoques	125	1.589
Outros créditos	(867)	3.181
Impostos a recuperar	31	111
Fornecedores	1.716	(601)
Impostos a recolher	610	(158)
Obrigações trabalhistas	6	(92)
Adiantamento de clientes	74	(861)
Outros passivos	5	(3)
(2.226)	**2.441**
Caixa utilizados nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(239)	(943)
Caixa de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(239)**	**(943)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	3.357	13.675
Pagamento de empréstimos	(11.929)	(4.843)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(8.160)**	**8.832**
Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(10.635)**	**(3.293)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10.889	180
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	258	10.889
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**(10.631)**	**(10.709)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	**10.578**	**(8.657)**	**1.921**
Resultado do exercício	–	(3.382)	(3.382)
Saldos em 31/12/2018	**10.578**	**(12.039)**	**(1.461)**
Resultado do exercício	–	(3.314)	(3.314)
Saldos em 31/12/2019	**10.578**	**(15.353)**	**(4.775)**

Notas Explicativas: 1. A Vossloh Cogifer do Brasil Metalúrgica MBM S.A. é uma companhia anônima de capital fechado com sede em Sorocaba/SP. Sua principal controladora é a Vossloh Cogifer do Brasil Administração e Bens e Participações Ltda. A Companhia tem como objeto social a fabricação, comércio, importação, exportação e transporte de materiais ferroviários, tais como, aparelhos de mudança de via e seus componentes, juntamente com a prestação de serviços relativos a montagem e instalação de aparelhos de mudança de via e demais componentes ferroviários, bem como a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos

Marcelina

ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA

C.N.P.J. 60.742.855/0001-10

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	126.009.072,49	85.232.912,30
Aplicações financeiras	5	21.111.390,52	50.976.812,29
Contas a receber de alunos- educ. básica	6	5.551.537,91	5.452.605,87
Contas a receber de alunos - educ. superior	6	6.430.644,63	5.148.725,62
Adiantamentos	7	3.285.408,49	2.938.513,34
Despesas antecipadas		307.613,15	264.532,90
Estoques		-	72.984,69
Outras contas a receber	**8**	**2.179.472,90**	**901.300,81**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	14.930.752,23	10.897.381,71
Depósitos para recursos judiciais		211.116,85	213.650,81
Contas a receber de alunos - educ. superior	6	1.820.498,43	1.151.481,18
Imobilizado	9	231.769.047,40	225.860.150,41
Intangível	9	4.385.844,91	4.321.443,09
Total do Ativo		**417.982.399,81**	**393.422.495,02**

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Contas e tributos a pagar	10	1.542.919,94	1.823.776,04
Obrigações trabalhistas e encargos	11	15.334.417,83	14.738.734,17
Receitas antecipadas		5.811.645,60	5.117.790,62
		22.688.983,37	**21.680.300,83**
Não circulante			
Provisão para contingências	12	**614.817,96**	**585.230,96**
Patrimônio líquido	13		
Patrimônio social		240.017.452,83	221.611.677,80
Ajuste de avaliação patrimonial		131.139.510,40	131.488.285,84
Superávit do exercício		23.521.635,25	18.056.999,59
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**417.982.399,81**	**393.422.495,02**

Demonstrações de resultados dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	Nota	2019	2018
Atividades de educação infantil, fundamental e ensino médio			
Atividades de Educação Básica			
Receita bruta de prestação de serviços - ensino básico	14	104.368.666,27	99.445.554,42
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Integrais da Lei 12.101/2009 Art.14, § 1o	26	(14.308.884,00)	(14.997.592,00)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Parciais 50% da Lei 12.101/2009 Art.14, § 2o	26	(409.887,00)	(582.626,00)
(-) Outras bolsas de estudos 100%	26	(5.410.336,16)	(5.460.289,40)
(-) Outras bolsas de estudos	26	(911.651,80)	(667.862,30)
(-) Devoluções / cancelamentos - ensino básico		(117.309,48)	(103.868,15)
(-) Descontos incondicionais		(9.476.933,94)	(7.948.029,94)
		73.733.663,89	**69.685.286,63**
Receita de atividades extracurriculares		2.141.620,00	2.109.169,65
Outras receitas de prestação serviços educacionais		1.361.623,06	1.307.943,70
(-) Devoluções / cancelamentos		(16.590,65)	(14.144,33)
Valor líquido da Receita de prestação de serviços - ensino básico		**77.220.316,30**	**73.055.195,65**
(-) Custo com pessoal docente		(31.547.801,54)	(30.586.023,80)
(-) Custos administrativos e gerais	15	(11.211.332,60)	(10.158.537,97)
Auxílios, subvenções e convênios públicos	16	900.000,00	900.000,00
Receitas de doações	17	276.750,09	145.341,52
Outras receitas	18	8.396.175,73	6.305.444,64
Outras despesas	19	(42.793.738,36)	(42.761.699,25)
Resultado das atividades de educação básica		**1.240.369,59**	**(3.100.279,21)**
Atividades de Educação Ensino Superior			
Receita bruta de prestação de serviços - ensino superior	14	104.803.871,65	88.379.505,52
(-) Gratuidades - bolsas de estudos integrais da Lei 11.096/2005 - Prouni	26	(15.491.314,96)	(12.555.856,62)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos parciais 50% da Lei 11.096/2005 - Prouni	26	(295.987,00)	(223.408,08)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Integras da Lei 12.101.2009 Art.14, § 1o	26	(651.435,20)	(308.466,24)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos 50% da Lei 12.101/2009 Art.14, § 2o	26	-	(2.988,00)
(-) Outras bolsas de estudos 100%	26	(1.388.623,60)	(1.154.234,56)
(-) Outras bolsas de estudos	26	(13.070,00)	(2.390,40)
(-) Devoluções / cancelamentos - ensino superior		(1.222.803,11)	(2.912.124,34)
(-) Descontos incondicionais		(8.322.600,00)	(2.621.314,38)
		79.418.033,98	**68.598.122,90**
Outras receitas de prestação serviços educacionais		809.938,69	489.340,75
(-) Devoluções / cancelamentos		(32.611,22)	(27.349,00)
Valor líquido da Receita de prestação de serviços - ensino superior		80.195.361,45	69.060.114,65
Receitas de convênios	16	1.063.956,18	-
Receitas de doações	17	41.570,49	-
Outras receitas	18	865.696,58	1.651.304,21
Outras despesas	19	(25.856.694,93)	(22.133.576,33)
Resultado das atividades de ensino superior	20	**11.742.190,26**	**10.425.740,10**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		10.903.467,08	11.205.645,40
Despesas financeiras		(364.391,68)	(474.106,70)
		10.539.075,40	**10.731.538,70**
Superávit do período		**23.521.635,25**	**18.056.999,59**

Demonstrações do resultados dos períodos

Demonstrações do fluxos de caixa

Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017e 2016 (Em Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	23.521.635,25	18.056.999,59
Ajustes por :		
Depreciação e amortização	4.912.029,75	3.619.502,05
Ajuste de depreciação	2.503,54	-
Provisão para contingências	29.587,00	(292.160,83)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(292.331,85)	(611.044,87)
Resultado líquido ajustado	**28.213.423,69**	**20.773.296,94**
(Aumento) redução nos ativos		
Em aplicações financeiras	25.832.051,25	18.252.732,09
Em contas a receber de alunos	(1.797.536,45)	(1.750.133,98)
Em adiantamentos	(346.895,15)	(202.163,82)
Em despesas antecipadas	(53.080,25)	(84.711,10)
Em estoques	72.984,69	331.661,40
Em outras contas a receber	(1.278.172,09)	493.060,98
Em realizável a longo prazo	2.533,96	297.228,35
Aumento (redução) nos passivos		
Em contas e tributos a pagar	(280.856,10)	293.139,35
Em obrigações trabalhistas e encargos	595.683,66	41.436,76
Em receitas antecipadas	691.351,64	1.816.054,46
	23.438.065,16	19.488.304,49
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**51.651.488,85**	**40.261.600,43**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado / intangível	(11.877.981,69)	(18.464.463,47)
Aumento de imobilizado pela transf. Entre unidades	(5.804.294,82)	(9.943.818,52)
Aumento do imobilizado ajustes de exercícios anteriores	-	(3.225,00)
Baixa de imobilizado	1.220.946,47	-
Baixa da depreciação	(218.293,44)	(28,88)
Depreciação ajustes de exercícios anteriores	-	(19.801,78)
Baixa de imobilizado pela transferência para a sede	5.804.294,82	9.943.818,52
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(10.875.328,66)**	**(18.487.519,13)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**40.776.160,19**	**21.774.081,30**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	-	85.232.912,30
No início do exercício	-	63.458.831,00
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**40.776.160,19**	**21.774.081,30**

Demonstrações do resultados do período Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	2019	2018
Superávit do período	**23.521.635,25**	**18.056.999,59**

Demonstrações do fluxos de caixa

Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017e 2016 (Em Reais)

	2019	2018
Aumento líquido do caixa e equivalentes	**40.776.160,19**	**21.774.081,30**

Notas explicativas as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

1 Objetivos sociais - Associação Santa Marcelina, doravante designada Associação-, C.N.P.J. 60.742.855/0001-10, situada à Rua Itapicuru nº 112, Perdizes, município de São Paulo, SP, é uma associação de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, de caráter educacional, cultural e de assistência social, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. A Associação Santa Marcelina tem a Educação como sua atividade preponderante, atuando nas modalidades da educação básica e do ensino superior, sendo portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, expedido pelo Ministério da Educação - MEC. A Associação tem por finalidade: a) Oferecer e desenvolver a educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; b) Oferecer e desenvolver a educação superior de acordo com os princípios contidos na lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional; c) Oferecer e desenvolver cursos de especialização, pós-graduação -Latu Sensu- e -Stricto Sensu-, mestrado e outras modalidades previstas em lei; d) Desenvolver e promover a pesquisa científica no atendimento de seus cursos de educação superior; e) Oferecer e desenvolver a educação profissional e profissionalizante; f) Oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social através da educação religiosa, moral e cívica; g) Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferencias; h) Apoiar instituições beneficentes com objetivos afins, para promover atividades conjuntas em parceria, podendo manter intercâmbios educacionais, culturais, beneficentes e informativos; i) Promover ações de promoção as crianças, aos adolescentes, aos jovens, adultos e idosos carentes; j) Promover ações de promoção a família; k) Promover atividades culturais; l) Dedicar-se às obras de promoções humanas, beneficentes, filantrópicas, de assistência à saúde e de assistência social; m) Amparar e assistir as pessoas carentes através das seguintes ações de assistência social de caráter sociioeconômico, dentre outras: concessão de auxílio financeiro, fornecimento de gêneros alimentícios, de remédios, de roupas, de material escolar, de material didático, de utensílios e de pagamento a médicos, dentistas, psicólogos e outros profissionais da área da saúde, inclusive exames laboratoriais e hospitalares; n) Promover ações beneficentes e filantrópicas no atendimento de seus assistidos e destinatárias, na promoção da coletividade, do bem comum, no interesse social, com a concessão de gratuidades na prestação de seus serviços e na concessão de uso de seus bens móveis e imóveis. No exercício de suas finalidades institucionais, a Associação não faz o não fará, distinção de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, politico, condição social ou sob qualquer forma de discriminação. A Associação possui os principais registros sociais que regulamentam a sua atuação social. No âmbito estadual a Associação é reconhecida como Utilidade Pública Estadual de São Paulo pela Lei nº 5.733, de 25/061960, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo 28/06/1960. No âmbito municipal é reconhecida Utilidade Pública Municipal (SP) pelo Decreto nº 14.380, de 01/091977, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo de 02/031977. Também, é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, tendo seu último certificado deferido pelo Ministério da Educação - MEC, conforme Portaria nº 718, de 02 de outubro de 2015, publicada no DOU de 05 de outubro de 2015, com validade de 01/01/2010 a 31/12/2014, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23123001817/2010-94. Mantendo sua regularidade para renovação do CEBAS, foram protocolados os processos administrativos de nº 23000.014659/2014-52, em 19 de dezembro de 2014, nº 23000.020479/2015-91, em 30 de novembro de 2015 e nº 23000.046475/2017-02, em 29 de novembro de 2017. Todos os processos citados se encontram em fase de instrução e pendentes de decisão terminativa até data de encerramento desta demonstração contábil, conforme consulta pública ao MEC em Mar/2019. **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. a. Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis da Associação foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1)- Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. **b. Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. **d. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusas nas seguintes notas explicativas: - Perdas estimadas para de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) – Nota 6 - Imobilizado e intangível – Nota 9 - Provisão para contingências - Nota 12 **3 Principais práticas contábeis** As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a. Instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros não derivativos.** A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos, recebíveis e passivo financeiro não derivativo. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem adiantamentos a fornecedores e despesas antecipadas. **Recebíveis.** Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos de aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os recebíveis abrangem mensalidades escolares a receber (nota 6) e outras contas a receber. **Passivos financeiros não derivativos.** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: contas a pagar. Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de curto vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e estão demonstrados pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço. **c. Apuração do resultado do período** - O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, incluindo-se as inadimplências, os valores considerados incobráveis e os valores de serviços educacionais prestados a alunos gratuitos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **d. Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras com vencimento em prazos inferiores a 12 meses são demonstradas no ativo circulante, as aplicações financeiras em prazos superiores a 12 meses, são demonstradas no realizável a longo prazo, ambas pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e. Contas a receber de alunos** - Representam mensalidades emitidas decorrente da prestação de serviços educacionais, porém não recebidas, acordos firmados referentes mensalidades vencidas e cobranças judiciais. Incluem ainda bolsas compensáveis contra créditos fiscais, como FIES. Estão representadas pelo seu valor original, deduzidas das gratuidades concedidas e descontos contratuais (incondicionais). As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente pela Administração. **f. Adiantamentos** - Refere-se a antecipações efetuadas a funcionários e fornecedores, cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte. **g. Despesas antecipadas** - Refere-se a pagamento de apólice de seguros e outras despesas, cujo período de vigência benefícia o exercício seguinte. Estão representados pelo seu valor nominal. **h. Estoques** - Os estoques constantes do Balanço Patrimonial refere-se a uniformes escolares. **i. Depósitos Judiciais** - Referem-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais enquanto não transitado em julgado. **j. Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Associação utiliza taxas de depreciação, em função da estimativa de vida útil realizada por especialista interno. **As vidas úteis estimadas para os períodos correntes são as seguintes:**

· Equipamentos de informática / veículos	05 anos
· Máquinas e equipamentos / móveis e utensílios	10 anos
· Biblioteca / instalações/ material didático, pedagógico e laboratorial	10 anos
· Imóveis/ reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
· Construções em andamento em imóveis de terceiros	25 anos

k. Intangível – O ativo intangível é composto por programas de computador (software) que são amortizados usando-se o método linear à taxa de 20% ao ano, e custos de desenvolvimento e implantação de novos cursos, onde sua realização se dará na medida de sua execução. **l. Redução ao valor recuperável** - Um ativo financeiro, não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha corrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Em 2019 e 2018, a administração da Associação não identificou ocorrências que pudessem gerar uma redução ao valor recuperável. **m. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização. **n. Passivos circulantes e não circulantes** - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **o. Receitas antecipadas** - As receitas antecipadas referem-se a parcelas de mensalidades de períodos subsequentes, recebidas antecipadamente, registradas no passivo circulante e que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência. **p. Provisões** - Uma provisão é constituída no balanço quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **q. Patrimônio líquido** - Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição, ajustes de avaliação patrimonial, que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **r. Gratuidades** - A Associação mantém escrituração contábil regular, registrando suas receitas, despesas e aplicação de recursos em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	16.358,00	17.675,64
Bancos c/ movimento	225.482,21	242.122,93
Aplicações financeiras de liquidez imediata	125.767.252,28	85.012.913,73
	126.009.072,49	**85.232.912,30**

A Associação mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Notas fiscais de renda fixa. Os rendimentos das aplicações financeiras não estão sujeitos à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais.

5 Aplicações financeiras em curto e longo prazo

	Curto Prazo		Longo Prazo	
Modalidade	2019	2018	2019	2018
Fundo de Investimentos Financeiros	17.341.393,33	26.674.588,29	9.741.017,86	9.484.862,80
Certificado de Depósitos Bancários	3.870.037,19	331.324,91	47.391,89	3.291.128,41
Letras Financeiras	-	23.970.919,09	7.363.837,10	1.342.865,12
Perdas estimadas clapicações financeiras	-	-	(2.221.484,62)	(2.221.484,62)
	21.111.390,52	**50.976.812,29**	**14.930.752,23**	**10.897.381,71**

Os recursos classificados em curto prazo referem-se a aplicações com vencimento superior a 90 (noventa) dias, conforme determinação da NBC TG 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos. A Associação possui recursos no Banco Cruzeiro do Sul, cujos rendimentos financeiros foram apropriados até novembro de 2012, mês em que o Banco Central decretou sua liquidação extrajudicial. A Associação registrou perda total para perdas no montante total do saldo existente nesta aplicação financeira. **6 Contas a receber de alunos**

	2019			
Curto Prazo	Educ. Básica	Educ. Superior	Consolidado	Educ. Básica
Mensalidades do exercício	3.157.543,95	3.968.117,72	7.125.661,67	3.140.499,13
Mensalidades de exercícios anteriores	1.994.720,16	1.585.693,41	3.580.413,57	1.899.176,59
Parcelas de acordos	2.868.059,64	3.051.614,53	5.919.674,17	2.720.588,85
Cursos extracurriculares e taxas	285.430,65	9.743,00	275.173,65	277.371,00
	8.305.754,40	**8.615.168,66**	**16.900.923,06**	**8.037.635,57**
(+/-) PECLD	(2.754.216,49)	(2.184.524,03)	(4.938.740,52)	(2.585.029,70)
	5.551.537,91	**6.430.644,63**	**11.982.182,54**	**5.452.605,87**
Longo Prazo				
Mensalidades a receber	0,00	1.820.498,43	1.820.498,43	0,00

As contas a receber contemplam apenas saldos dos últimos cinco anos, apurados através de relatórios internos da Associação. As mensalidades baixadas são mantidas em cobranças judiciais e extrajudiciais. A Associação, por meio da análise de seu histórico de inadimplência e de sua política de cobrança, revisou os critérios para constituição da PECLD no exercício 2017, destacando-se, acordos com parcelas em atrasos há mais de 90 dias, valores em cobranças realizados por escritórios credenciados, entre outros, sendo integralmente considerados para constituição da PECLD. **A movimentação da PECLD pode ser assim demonstrada:**

	2019	2018
Saldo no início do exercício	**5.171.072,37**	**5.782.117,24**
Reversão da provisão (resultado)	(674.532,48)	(1.296.292,57)
Constituição da provisão (resultado)	2.042.941,77	1.971.040,47
Baixa de mensalidades incobráveis	(1.620.741,14)	(1.285.792,77)
Saldo no final do exercício	**4.918.740,52**	**5.171.072,37**

7 Adiantamentos

	2019	2018
Créditos de funcionários	2.473.040,18	2.514.899,78
Adiantamentos a fornecedores	810.422,87	420.935,10
Outros adiantamentos	1.945,44	2.678,46
	3.285.408,49	**2.938.513,34**

8 Outras contas a receber

	2019	2018
Aluguel a receber	36.053,89	54.993,26
Créditos de cobrança a liberar	55.111,26	23.580,60
Cheques a depositar/cobrar	37.347,56	39.133,51
Tributo a compensar / recuperar	48.234,34	485.521,54
Despesas a realizar	7.057,00	7.588,96
Demais contas a receber (a)	1.995.668,85	290.482,94
	2.179.472,90	**901.300,81**

(a) Demais contas a receber refere-se à valor a receber de venda de imobilizado, entre outros.

9 Imobilizado e Intangível

	2018				2019				
Ativo Imobilizado	Saldo	Adições	Transf. Entre contas	Transf. Recebida entre unidades	Transf. Enviadas entre unidades	Baixas	Depreciação/ amortização	Baixa da Deprec./Amort	Saldo
Terrenos	87.249.000,00	-	-	-	-	(470.000,00)	-	-	86.779.000,00
Imóveis	114.671.638,39	-	68.593,11	1.203.520,81	-	(527.294,64)	(962.125,20)	12.951,56	114.467.284,03
Reformas e benfeit. em Imóveis	2.215.007,31	3.657.523,38	(1.236.035,88)	-	(1.203.520,81)	-	-	-	3.433.974,00
Reformas em Imóveis de Terceiros	4.310.912,74	-	1.195.658,61	-	-	-	-233.343,96	-	5.272.227,39
Construções em andamento de terc	109.351,53	-	-	-	-	-	(6.531,96)	-	102.819,57
Construções em andamento	370.379,98	1.698.537,45	-	-	-	-	-	-	2.068.917,41
Instalações	2.204.233,39	1.458.144,70	(25.516,53)	-	-	-	(339.469,16)	-	3.297.392,40
Biblioteca	880.026,67	79.421,79	-	-	-	-	(165.972,44)	-	793.476,02
Máquinas e Equipamentos	4.419.245,31	2.982.356,50	(44.116,57)	-	-	(15.580,00)	(743.322,23)	12.130,65	5.710.713,66
Móveis e Utensílios	5.248.346,44	750.624,54	54.755,97	-	-	-	(727.564,26)	-	5.286.162,69
Equipamentos de Informática	1.880.697,99	944.524,13	(8.019,49)	-	-	-	(709.011,42)	-	2.108.191,21
Veículos	520.688,79	76.400,00	-	-	-	(193.211,03)	(147.704,64)	193.211,03	449.384,15
Mat. didático, pedagógico e laboratorial	1.574.381,67	433.099,18	(6.319,22)	-	-	-	(218.886,96)	0,20	1.782.274,87
Obras de arte	6.240,00	-	-	-	-	-	-	-	6.240,00
	225.860.150,21	**11.150.621,66**	-	**1.203.520,81**	**(1.203.520,81)**	**(1.206.085,67)**	**(4.263.932,23)**	**218.293,44**	**231.759.047,40**

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro está assim representada:

	2018				2019				
Ativo Intangível	Saldo	Aquisições	Transf. Entre contas	Transf. Recebida entre unidades	Transf. Enviadas entre unidades	Baixas	Amortização	Baixa da Deprec./Amort	Saldo
Marcas e patentes	7.984,00	-	-	-	-	-	-	-	7.984,00
Desenvolvimento - Cursos	3.303.948,33	531.481,37	(3.299.346,93)	3.321.935,40	(3.321.935,40)	(7.333,80)	-	-	527.748,97
Desenvolvimento - Software	117.723,00	-	(83.180,00)	83.180,00	(83.180,00)	(7.527,00)	-	-	27.016,00
Cursos em andamento	-	-	3.398.861,93	-	-	-	(339.886,32)	-	3.059.975,61
Cessão de uso de software	891.787,76	195.878,67	(16.335,00)	-	-	-	(308.211,20)	-	763.120,23
	4.321.443,09	**727.360,04**	-	**3.405.115,40**	**(3.405.115,40)**	**(14.860,80)**	**(648.097,52)**	-	**4.385.844,81**

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro está assim representada: A Associação optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) ajustando os saldos na data de 01 de janeiro de 2011. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, com experiência e competência profissional. A adoção do custo atribuído produziu efeitos no Patrimônio Líquido, em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no montante de R$ 136.000,00 (2018 – 3.582.000,00 (2013) e R$ 134.814.694,70 (2012). A sua realização está sendo efetuada mediante a depreciação do exercício, conforme evidenciado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido. Os ajustes negativos foram registrados como despesas.

10 Contas e titulos a pagar

	2019	2018
Fornecedores de serviços	806.164,91	923.061,87
Fornecedores de materiais	622.293,75	833.277,24
Credores diversos	14.315,55	10.425,86
Seguros a pagar	0,00	9.847,37
Benefícios a pagar	100.146,03	46.923,60
	1.542.919,94	**1.823.776,04**

11 Obrigações trabalhistas e encargos

	2019	2018
Salários a pagar	4.792.641,84	4.586.279,33
Férias e encargos	6.678.068,41	6.598.722,81
Impostos e contribuições trabalhistas	3.756.369,01	3.450.006,32
Outros impostos e contribuições	**167.338,57**	**123.725,71**

As provisões de férias e 1/3 foram constituídas tomando-se por base a remuneração do empregado no mês em que ela estiver sendo constituída. Os encargos sociais foram constituídos concomitantemente à provisão. **12 Provisões para contingências:** A Administração da Associação, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações consideradas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, cíveis, entre outras regulatórias, podendo ser assim demonstradas.

Movimentação das contingências (processos)

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Trabalhistas (b)	90.000,00	21.550,00	(90.000,00)	81.550,00
Cíveis (c)	0,00	38.037,00	-	38.037,00
Outras contingências (d)	495.230,96	-	-	495.230,96
	585.230,96	**59.587,00**	**(90.000,00)**	**614.817,96**

(b) **Trabalhistas**: Com base em informações dos assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão referente às reclamações trabalhistas, para as ações classificadas como sendo de risco provável, conforme a saber:

- Colégio Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0002-09, no montante de R$ 21.550,00;
- Colégio Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0004-62, no montante de R$ 60.000,00;

(c) **Cíveis**: Com base em informações dos assessores jurídicos, a Administração constituiu provisão referente às reclamações cíveis, para as ações classificadas como sendo de risco provável, a saber:

- Colégio Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0011-91, no montante de R$ 17.600,00;
- Faculdade Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0006-24, no montante de R$ 20.437,20.

(d) **Outras contingências:** Em 03 de fevereiro de 2011 a Associação recebeu do Ministério da Saúde, o Parecer GESEC/CAF nº 199 referente recursos de glosas do Convênio nº 812/2006, firmado com a Faculdade Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0017-87. A Associação constituiu provisão no montante de R$ 495.230,96, em face a provável perda. Para os processos classificados como risco de perda possível (R$ 6.684.568,16) e risco de perda remota, nenhuma provisão foi constituída, por entender que os fatos tenham sido em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **Notificações fiscais - Quota patronal.** A Associação, em 21 de dezembro de 2007, foi notificada pela Delegacia da Receita Federal em São Paulo, através de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) nº. 37.030.706-2, no montante de R$ 21.906.216,99, relativa às Contribuições Previdenciárias devidas à Seguridade Social no período de 01/2001 a 12/2002 (Quota Patronal, SAT/RAT - grau de incidência

Educação Básica

ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA

CN.P.J. 60.742.855/0001-10

Notas explicativas as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Quadro demonstrativo em atendimento a Portaria MEC nº 15/2017, de acordo com o Anexo XIII:

Bolsas de estudos concedidas

	Total matriculados	Integrais da Lei 12.101.2009 art.14 §1º	Parciais 50% da Lei 12.101.2009 art.14 §2º	Outras bolsas 100%	Outras Bolsas	Total beneficiados
Educação Infantil	1.747	371	1	64	0	434
Ensino Fundamental I e II	3.914	803	25	157	43	1.028
Ensino Médio	687	71	14	38	2	125
	6.348	1.245	40	259	63	1.607

Ensino Superior - Cursos Semestrais

1º SEMESTRE 2019

Bolsas de estudos concedidas

	Total matriculados	PROUNI 100%	PROUNI 50%	Integrais da Lei 12.101.2009 art.14 §1º	Parciais 50% da Lei 12.101.2009 art.14 §2º	Outras Bolsas 100%	Convenção coletiva Parcial
Graduação	2.141	303	21	53	0	47	0
Pós Graduação	686	0	0	0	2	2	0
	2.957	303	21	53	0	49	0

2º SEMESTRE 2019

Bolsas de estudos concedidas

	Total matriculados	PROUNI 100%	PROUNI 50%	Integrais da Lei 12.101.2009 art.14 §1º	Parciais 50% da Lei 12.101.2009 art.14 §2º	Outras Bolsas 100%	Convenção coletiva Parcial
Graduação	2.220	329	19	54	0	56	0
Pós Graduação	583	0	0	0	0	1	0
Mestrado	0	0	0	0	0	0	0
Extensão	114	0	0	0	0	0	0
	2.917	329	19	54	0	57	0

Ensino Superior - Cursos Anuais

Bolsas de estudos concedidas

	Total matriculados	PROUNI 100%	PROUNI 50%	Integrais da Lei 12.101.2009 art.14 §1º	Parciais 50% da Lei 12.101.2009 art.14 §2º	Outras Bolsas 100%	Convenção coletiva Parcial
Graduação	337	55	48	2	0	2	0
Pós Graduação	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado	0	0	0	0	0	0	0
Extensão	0	0	0	0	0	0	0
	337	55	48	2	0	2	0

Em atendimento a Portaria MEC nº 15/2017 as gratuidades concedidas podem ser assim demonstradas, de acordo com o item 3 do Anexo V:

Ensino básico	2019 Quantidade	2019 Valores (R$)	2018 Quantidade	2018 Valores (R$)
Numero de alunos matriculados	6348	104.251.356,79	6451	99.341.686,27
Bolsas Integrais da Lei 12.101.2009 Art. 14,§ 1o	1245	14.308.884,00	1341	14.987.592,00
Bolsas Parciais 50% da Lei 12.101.2009 Art. 14,§ 2o	40	409.887,00	67	582.626,00
Outras bolsas 100%	259	5.410.336,16	282	5.460.288,40
Outras bolsas	63	611.609,90	52	507.046,00
Outras bolsas		300.042,00		160.816,30
Total de bolsas de estudos ofertadas	**1607**	**21.040.758,96**	**1742**	**21.708.369,70**
Ensino superior	**2019 Quantidade**	**2019 Valores (R$)**	**2018 Quantidade**	**2018 Valores (R$)**
Numero de alunos matriculados	2.557	99.456.585,29	2171	82.359.065,31
Bolsas integrais da Lei 11.096/2005 - Prouni	384	15.491.314,96	346	12.555.856,62
Bolsas parciais 50% da Lei 11.096/2005 - Prouni	67	295.987,00	66	223.408,08
Bolsas Integrais da Lei 12.101.2009 Art. 14,§ 1o	56	651.435,20	27	308.466,24
Bolsas Parciais 50% da Lei 12.101.2009 Art. 14,§ 2o	0	-	1	2.988,00
Outras bolsas 100%	58	1.388.623,60	32	1.154.234,56
Outras bolsas	0	13.070,00	1	2.390,40
Total de bolsas de estudos ofertadas	**566**	**17.840.430,76**	**473**	**14.247.343,90**

APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA

	2019 Educ. Básica	2019 Educ. Superior	2019 Consolidado	2018 Educ. Básica	2018 Educ. Superior	2018 Consolidado
MENSALIDADES A RECEBER NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.140.489,13	3.258.605,38	6.399.104,51	2.617.745,68	2.653.790,08	5.271.535,76
(+) RECEITA BRUTA DE MENSALIDADES DO EXERCÍCIO	104.368.666,27	104.803.871,65	209.172.537,92	99.445.554,42	88.379.505,52	187.825.059,94
(-) VALOR DAS BOLSAS DE ESTUDO INTEGRAIS E PARCIAIS (CRITÉRIO LEI 12.101/2009)	(14.846.976,00)	(651.435,20)	(15.498.411,20)	(15.580.218,00)	(311.454,24)	(15.891.672,24)
(-) VALOR DAS BOLSAS DE ESTUDO INTEGRAIS E PARCIAIS (LEI 11.096/2005 - Prouni)	-	-	(15.787.301,96)	-	(12.779.264,70)	(12.779.264,70)
(-) VALOR DE OUTRAS BOLSAS DE ESTUDOS INTEGRAIS E PARCIAIS	(6.193.782,96)	(1.401.693,60)	(7.595.476,56)	(6.128.151,70)	(1.156.624,96)	(7.284.776,66)
(-) DEVOLUÇÕES E CANCELAMENTOS DE MENSALIDADES DO EXERCÍCIO	(117.309,48)	(1.222.803,11)	(1.340.112,59)	(103.868,15)	(2.912.124,34)	(3.015.992,49)
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS	(9.476.933,94)	(6.322.603,80)	(15.799.537,74)	(7.948.029,94)	(2.621.914,38)	(10.569.944,32)
(-) PERDAS NO RECEBIMENTO DE MENSALIDADES	-	-	-	-	-	-
(-) MENSALIDADES A RECEBER NO FINAL DO EXERCÍCIO	(3.157.543,95)	(3.925.118,22)	(7.082.662,17)	(3.140.486,13)	(3.258.605,38)	(6.399.104,51)
(=) TOTAL RECEITA ANUAL EFETIVAMENTE RECEBIDA	**73.716.619,07**	**78.751.921,14**	**152.468.540,21**	**69.162.533,18**	**67.993.307,60**	**137.155.840,78**

27 Impacto nas demonstrações financeiras relacionado a Pandemia de Coronovirus (COVID-19) - Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. No dia 9 de janeiro de 2020, foi anunciado pela OMS que os casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus, tipo semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars). No dia 20 de janeiro de 2020, foi comprovado que a transmissão entre pessoas (Sars) ocorrido e que os diagnósticos fora da China já estavam confirmados no Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Taiwan, México e Estados Unidos. Diante dos casos de mortes na China, o Brasil suspendeu a circularização de trens entre as cidades, cancelamento de eventos com público superior a 100 pessoas, home-office para a maioria dos servidores públicos, dentre outras medidas. Alguns países como os Estados Unidos, Itália, Coreia do Sul, Irã, Turquia, Rússia e Austrália passaram a adotar medidas restritivas aos aeroportos, incluindo restrição de entrada de pessoas advindas de alguns países. No Brasil, até então foram confirmados mais de duas dezenas de casos até a data deste alerta. Esse evento acabou afetando a economia mundial, certamente que a transmissão entre pessoas que devem ser refletidos em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo. A Administração entende que não é possível mensurar os efetos econômicos decorrentes do Coronavírus e das medidas que foram e ainda das medidas governamentais tomadas para evitá-la, porém, nesse momento, está tomando medidas internas para avaliação dos impactos a nível de negócio e avaliou as normas mencionadas no comunicado divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade emitido no dia 9 de março de 2020 conforme destacado a seguir:

O CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos;
O CPC 24 – Evento Subsequente
O CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
O CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e
O CPC 48 – Instrumentos financeiros.

A Administração está envidando esforços para garantir com base nos princípios contábeis de que quaisquer impactos identificados sejam refletidos nos seus demonstrativos financeiros, contudo, concluiu na data de aprovação de emissão dessas Demonstrações financeiras que os estudos internos dos impactos do COVID-19 até então realizados não se materializam e impactam as Demonstrações financeiras aqui apresentadas. **28 NOTA EXPLICATIVA SUPLEMENTAR - A CONTRAPARTIDA DA ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA A SOCIEDADE BRASILEIRA EM RELAÇÃO ESPECÍFICA AO BENEFÍCIO USUFRUIDA DA QUOTA PATRONAL DO INSS -**

A Associação Santa Marcelina se propõe a suplementar as suas Notas Explicativas e com objetivo apenas de contribuir com a transparência junto a sociedade brasileira, ilustrou os indicadores da pesquisa do FONIF - Forum Nacional das Instituições Filantrópicas para evidenciar a contrapartida da Associação para a sociedade brasileira em relação aos benefícios previdenciários (quota patronal) usufruídos, conforme descrevemos a seguir: O Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF - colaborando de forma pioneira para a defesa de suas demandas em diferentes âmbitos da sociedade, realizou em 2016 uma pesquisa que considerou como referência os dados disponíveis na ocasião, sendo o ano de 2014 a principal base das informações sobre o valor da imunidade do pagamento da contribuição para a Previdência Social, das informações dos censos da Educação Básica e Superior. Em 2018, dando continuidade ao relevante trabalho, o objetivo foi atualizar a pesquisa. Para a Educação Básica e Educação Superior utilizou-se como base os dados disponíveis de 2016, ainda considerandas as mais recentes oficialmente disponibilizadas. Este entendimento permite compreender os expressivos resultados de contrapartida da filantropia demonstrados pela presente pesquisa, que identificam a contribuição econômico-financeira total que este investimento extrafiscal gera através das instituições filantrópicas. O FONIF - Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, ao reportar indicadores que demonstrem adicionalmente o valor quantitativo e qualitativo das demais entregas e benefícios que as instituições realizam para a sociedade e para o país, mensuram o impacto e o retorno econômico-financeiro do investimento realizado pelas instituições filantrópicas, indicando as alavancas e oportunidades que permitem maximizar a geração e proteção de valores, na educação, saúde e assistência social para a população brasileira. Na comparação com o valor da imunidade constitucional, obtém-se o retorno do investimento nas instituições filantrópicas de Educação como contrapartida ao CEBAS. Imunidade Previdenciária das Instituições de Educação Básica e Superior. Assim, o múltiplo de valor econômico do retorno da contrapartida gerado pelas instituições filantrópicas de educação foi de R$4,66 para cada R$1,00 de imunidade previdenciária. **FONTE:** Pesquisa - A contrapartida do Setor Filantrópico para o Brasil- 2018. A Associação Santa Marcelina de forma suplementar evidência numericamente com base nos índices da referida pesquisa a contrapartida da Associação para a sociedade brasileira em relação aos benefícios previdenciários (quota patronal) usufruídos.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Benefício previdenciário usufruído (quota patronal INSS)	R$ 22.580.140,49	R$ 20.810.426,90
Contra partida (índice médio - EB e ES) da entidade para a sociedade brasileira conforme pesquisa do Forum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF	105.223.454,70	R$ 96.976.505,47

Marinez Rossato	**Cristiane Ferreira Vieira**	**Marcelo Roberto Morello**
Diretora – Presidente	Contadora CRC 1SP 233429/O-2	Contador CRC 1SP 207467/O-2
C.P.F. 982.713.706-34	**Monello Contadores**	**Monello Contadores**
	CRC 2SP 014827/O-6	CRC 2SP 014827/O-6

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE"

Opinião sobre as demonstrações contábeis
Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 17 de abril de 2020

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador CRC.: 1SP 187.003/ O- 0
CNAI-SP-1620

CLEARING HOUSE S.A.

CNPJ nº 02.178.302/0001-80

Relatório da Diretoria - Srs. Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias,submetemos à apreciação de Vv. Ss. as demonstrações financeiras do Exercício Social encerrado em 31/12/2019, SP 10/3/20.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2.019

Ativo/Circulante	2019	2018
Caixa/Bancos/Aplicação Financeira	432	4.871
Clientes	39.815	74.644
Tributos a Recuperar	36.657	26.917
Imobilizado	176.259	176.259
Total Ativo	**253.163**	**282.691**

Passivo/Circulante	2019	2018
Obrigações Fiscais	2.165	8.148
Obrigações Trabalhistas	10.484	14.666
Participação Outras Cias	192.209	
Patrimônio		
Capital	259.440	259.440
Lucros/Prejuízos	-211.135	437
	253.163	**282.691**

Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	2019	2018
Receitas Operacionais	600.962	892.316
(-) Imposto Faturado	-40.285	-63.757
Receita Operacional Líquida	560.677	828.559
Despesas Operacionais	-772.612	-965.321
Rendas Financeiras	800	81.566
Lucro antes do Imposto de Renda	-211.135	-55.196
Imposto de Renda/Contribuição Sindical		-4.207
Lucro/Prejuízo Operacional	-211.135	-59.403

Nota Explicativa: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e o Capital integralizado é de R$259.440 dividido em 172.960 ações preferenciais e 86.480 ações ordinárias no valor de R$1,00 cada.

Sidney Fiorêncio da Costa - Diretor Presidente | **Claudio Lopes Carteiro** – Técnico Contabilidade - CRC/SP 43.016

TOP Service Serviços e Sistemas S.A.

CNPJ/MF nº 00.972.249/0001-15 – NIRE nº 35.300.530.497

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **TOP Service Serviços e Sistemas S.A.** ("**TOP Service**" ou "**Companhia**") convocados a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** ("**AGO**"), que se realizará no dia **30/04/2020**, às 15hs, na sede da Companhia, à Avenida Miguel Frias e Vasconcelos nº 1.205, 1º andar, Bairro do Jaguaré, nesta, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: I – Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; II – Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2019 ("**LLE**") e distribuição de dividendos; **Informações Gerais:** O acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando, além do documento hábil de sua identificação, os seguintes: (i) na hipótese de representação por procuração, a via original do instrumento de mandato devidamente formalizado, assinado e com reconhecimento de firma do acionista outorgante; (ii) se o acionista for pessoa jurídica, além da procuração deverão ser entregues cópias autenticadas do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e das pessoas que concederam a procuração. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Ordinária ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, em conformidade com as disposições dos artigos 124 e 135 da Lei nº 6.404/76 e em publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal o DIA, em 30/03/2020. São Paulo, 23/04/2020. **Luis Carlos Martinez Romero** – Diretor Presidente. (23, 24 e 25/04/2020)

IRMÃOS PASSAÚRA LOCAÇÕES S/A. - CNPJ 11.464.546/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Administração da Irmãos Passaúra Locações S/A., CNPJ: 1.464.546/0001-10, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Sociedade tem por objetivo social: a) Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; b) Aluguel de andaimes; c) Locações de automóveis sem condutor; d) Carga e descarga; e) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; f) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; e g) Outras sociedades de participação, exceto holdings. No exercício, foi registrado lucro líquido de R$ 1.456 mil. Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Curitiba/PR, 21 de fevereiro de 2020.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Notas	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4a	2.550	2.579
Clientes a Receber	4b	2.979	3.284
Adiantamentos Concedidos	4c	2.954	2.916
Estoques		-	39
Despesas do Exercício Seguinte		383	430
Tributos a Recuperar		1.141	811
		10.007	**10.059**
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Recursais		27	27
Imobilizado e Intangível	4d	49.741	53.001
		49.768	**53.028**
TOTAL DO ATIVO		**59.775**	**63.087**

PASSIVO	Notas	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores		566	662
Empréstimos e Financiamentos		2.937	2.949
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.184	708
Obrigações Tributárias		474	308
Empréstimos com Partes Relacionadas	4e	4.800	4.800
Dividendos a Pagar	4f	7.286	10.837
Adiantamentos de Clientes		2.762	2.706
		19.509	**22.970**
NÃO CIRCULANTE			
IR e CS Diferido	4g	1.796	1.796
Provisões para Contingências		67	71
		1.863	**2.167**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social		30.621	30.621
Reserva Legal		3.340	3.267
Lucros à disposição da Assembleia		955	955
Ajuste de Avaliação Patrimonial		3.487	3.487
		38.403	**38.330**
TOTAL DO PASSIVO		**59.775**	**63.087**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**30.331**	**32.647**
DEDUÇÕES DA RECEITA	**(5.014)**	**(4.143)**
Impostos e Contribuições	(3.014)	(4.106)
Devoluções e Abatimentos	-	(37)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**18.317**	**28.504**
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**(11.851)**	**(26.467)**
(=) DESPESAS / RECEITA OPERACIONAIS	**376**	**124**
Despesas Administrativas	(2)	(2)
Despesas Comerciais	(208)	(139)
Despesas Tributárias	(241)	(208)
Resultado Financeiro	(83)	70
Outras Receitas/Despesas Líquidas	910	403
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	**2.842**	**2.161**
IRPJ e CSLL Correntes	(1.386)	(1.075)
RESULTADO APÓS O IRPJ E CSLL	**1.456**	**1.086**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.456**	**1.086**
Quantidade de ações	30.621	30.621
Lucro por ação	0,0475	0,0355

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à Disposição da Assembleia	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**30.621**	**3.213**	**5.408**	**3.487**	-	**42.729**
Resultado do Exercício	-	-	-	-	1.086	1.086
Constituição de Reserva Legal	-	54	-	-	(54)	-
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	1.032	-	(1.032)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	(5.485)	-	-	(5.485)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**30.621**	**3.267**	**955**	**3.487**	-	**38.330**
Resultado do Exercício	-	-	-	-	1.456	1.456
Constituição de Reserva Legal	-	73	-	-	(73)	-
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	1.383	-	(1.383)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	(1.383)	-	-	(1.383)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**30.621**	**3.340**	**955**	**3.487**	-	**38.403**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	2019	2018
Resultado do Período	1.456	1.086
Ajustes para Conciliar o Lucro às Disponibilidades:		
Depreciação	3.680	4.543
Provisões	(304)	-
Resultado Ajustado	**4.841**	**5.629**
Variações Ativas e Passivas		
Clientes a Receber	305	(106)
Tributos a Recuperar	(330)	(45)
Estoques	39	57
Outros Direitos Realizáveis	9	(21)
Fornecedores a Pagar	(96)	(130)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	476	(360)
Obrigações Tributárias	166	124
Disponibilidades Geradas nas Atividades Operacionais	**5.410**	**5.148**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Ativo Imobilizado	(429)	(211)
Disponibilidades Consumidas nas Atividades de Investimento	**(429)**	**(211)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos Bancários	(12)	1.735
Adiantamento de Clientes	(4)	-
Dividendos Pagos	(4.934)	(8.765)
Disponibilidades Consumidas nas Atividades de Financiamentos	**(4.950)**	**(7.028)**
Aumento ou Redução nas Disponibilidades	**(29)**	**(2.091)**
Disponibilidades no Início do Período	**2.579**	**4.670**
Disponibilidades no Final do Período	**2.550**	**2.579**
Variações nas Disponibilidades	**(29)**	**(2.091)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 *(Em milhares de reais)*

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL - A Sociedade tem por objetivo social: a) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; b) aluguel de andaimes; c) locações de automóveis sem condutor; d) carga e descarga; e) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; f) comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; e g) outras sociedades de participação, exceto holdings. **NOTA 02 - BASE PARA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em especial as Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com a NBC TG 1000 (R1), Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A Demonstração do Resultado Abrangente, exigida pela NBC TG 1000 (R1) não está sendo apresentada no conjunto das Demonstrações Contábeis em virtude de não haver resultados abrangentes nos exercícios findos em 2019 e 2018. **a) Moeda Funcional de Apresentação das Demonstrações Contábeis** - Estas Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis:** O processo de elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas Demonstrações Contábeis e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a vida útil econômica e o valor residual do intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, recuperabilidade dos ativos e valor justo dos instrumentos financeiros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em período não superior a um ano. **NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Contábeis. **a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por consequinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Instrumentos Financeiros:** Os Instrumentos Financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **c) Estoques:** Os Estoques são registrados pelo custo médio histórico, ajustado ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os gastos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **d) Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação e deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelas taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao custo do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens fluirem provavelmente e os valores mensurados de forma confiável. A Empresa não adotou ainda, reconhecimento do saldo residual. Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. **e) Outros Ativos e Passivos:** Um Ativo é reconhecido no Balanço quando se tratar de recurso controlado pela Empresa decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um Passivo é reconhecido no Balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os Ativos e Passivos são classificados como circulentes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um

ORBE S/A Organização Brasileira de Engenharia

(Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2019 e 2018 (valores expressos em reais)

Balanço Patrimonial - Em Unidades De Reais

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
Circulante	17.602.555,33	27.679.398,96	**Circulante**	4.052.358,78	3.201.498,86
Investimentos	-	400.000,00	**Não Circulante**	900.000,00	900.000,00
Imobilizado Líquido	257.535,74	300.545,48	Capital Social Realizado	3.790.080,00	3.790.080,00
Intangível	3.160,81	2.821,82	Reservas de Capital	646.164,49	646.164,49
Não Circulante	260.696,55	723.371,30	Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.077.941,06	1.077.941,06
TOTAL DO ATIVO	**17.863.251,88**	**28.402.770,26**	Prejuízos Acumulados	(2.582.745,66)	(191.210,63)
			Lucros Retidos p/Investimentos	9.174.444,66	13.971.842,27
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	805.008,55	916.851,82
			Lucros Retidos p/Investimentos	12.910.893,10	20.214.271,40
			TOTAL PASSIVO	**17.863.251,88**	**28.402.770,26**

Diretoria

Lilian Atui Sampaio Gouveia — **Daniel Calderon**
Diretora Presidente — CT USP2291/O-2-T

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Histórico	Capital	Reserva de Capital	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados para Investimentos Avaliação Patrimonial	Lucros Retidos	Ajuste de Patrimonio Liquido
Saldo 31/12/2018	**3.790.080,00**	**646.164,49**	**1.077.941,06**	**(191.210,63)**	**13.974.444,66**	**916.851,82** **20.214.271,40**
Resultado do Exercicio	-	-	-	(2.391.535,03)	-	- (2.391.535,03)
Lucros Retidos para Investimentos	-	-	-	-	(4.800.000,00)	- (4.800.000,00)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(111.843,27) (111.843,27)
Saldo 31/12/2019	**3.790.080,00**	**646.164,49**	**1.077.941,06**	**(2.582.745,66)**	**9.174.444,66**	**805.008,55** **12.910.893,10**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Das Atividades Operacionais	2019	2018
Prejuízo/Lucro Liquido do periodo	(2.391.535,03)	651.521,00
Ajustes para reconciliar o Lucro Liquido com o Caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações	43.013,74	45.183,56
Amortizações	726,01	1.602,40
Aumento (redução) do ativo e passivo operacionais:		
Clientes a Receber	9.639.804,79	(9.726.982,06)
Imóveis em Construção	14.744.843,05	(732.735,98)
Estoques	(14.762.459,68)	
Outros créditos curto e longo prazo	17.646,55	(33.560,86)
Fornecedores	(76.452,97)	(84.847,55)
Impostos a recolher	(41.499,23)	93.282,50
Salários e encargos sociais	(26.866,74)	(120.659,61)
Retenções Contratuais		(36.817,56)
Provisões Férias	(112.683,19)	(251.869,61)
Impostos e Contribuições Diferidos	(571.637,95)	576.807,91
Investimentos a longo prazo	420.000,00	(420.000,00)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(111.843,27)	(843.565,42)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(4.087.000,00)	-4.387.000,00
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**2.684.066,08**	**1.148.790,51**
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Software	(1.065,00)	(2.570,00)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-	(29.122,07)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.065,00)**	**(31.692,07)**
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos	(3.120.000,00)	-
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	**(3.120.000,00)**	
Aumento/Redução no caixa e equivalentes no período	(436.998,92)	1.117.098,44
Caixa e Caixa equivalentes no início do exercício	**1.301.673,40**	**184.574,96**
Caixa e Caixa equivalentes no final do exercício	**864.674,48**	**1.301.673,40**

Demonstração do Resultado

	2019	2018
Receita Operacional Liquida	786.341,45	2.477.639,09
Custos Operacionais	(1.486.623,09)	(1.480.623,03)
Resultado Financeiro	(1.281.630,82)	1.783,16
Resultado Liquido Operacional	(1.975.912,40)	998.799,22
Receitas Não Operacionais		1.127,02
Resultado do Exercicio antes Impostos	(1.975.912,40)	999.926,24
IRPJ	(244.278,73)	(75.115,81)
CSLL Diferido	(24.658,11)	(12.892,99)
Contribuição.Social	(105.493,50)	(51.192,69)
Contribuição.Social Diferido	(31.192,29)	(105.203,75)
Resultado Liquido Exercício	**(2.391.535,03)**	**651.521,00**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2019

1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras estão elaborados em conformidade com a Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores, inclusive as Leis 11.638/07 e 11.941/09. **2 -** O capital social é de R$ 3.790.080,00 (três milhões, setecentos e noventa mil e oitenta reais), dividido em 15.792 (quinze mil, setecentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **3-** O prejuízo por ação no exercício de 2019 foi de R$ 151,44. **4 -** A Diretoria resolveu não apropriar os valores de Perdas ou Riscos de Créditos por considerá-los irrelevantes. **5 -** O reconhecimento das receitas e custos segue percentual de venda das unidades sobre o percentual dos custos incorridos de cada empreendimento, independente do efetivo recebimento das parcelas mensais.

CIBRASEC – COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/NIF Nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35300151402

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 183ª SÉRIE DA 2ª EMISSÃO DA CIBRASEC – COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 183ª Série da 2ª Emissão da **CIBRASEC COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO** ("Emissora de CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a **PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, são convidados a se reunir, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada **no dia 11h00, do 7º dia útil do mês de maio, de 2020, de forma remota e eletrônica** (conforme detalhado adiante), a fim de nos termos da Cláusula Décima Segunda do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários – Certificados de Recebíveis Imobiliários da 183ª Série da 2ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Consideramdo que o prazo, conforme prorrogado e estabelecido no item "a.ii" das deliberações da ata de Assembleia Geral de Titulares dos CRI, realizada em 13 de janeiro de 2020 ("AGC 13/01/20") não foi atendido, deliberar sobre a sustação, ou não, dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(ii)" e 6.2.3 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, relativa ao cumprimento do disposto na cláusula 1.3.1 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária de Ações"), com as devidas providências, de prazo, caso necessárias; c) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)" e "(b)" acima, deliberar sobre a declaração, ou não, do vencimento antecipado das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(ii)" e 6.2.2 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, no prazo concedido no item "(c)" "(ii)" das deliberações da AGC 13/01/20 não foi observado, deliberar sobre a sustação, ou não, dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(xvii)" e 6.2.3 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, relativa ao cumprimento do disposto na cláusula 1.3.1 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia Sob Condição Suspensiva ("Alienação Fiduciária de Ações"), com as devidas providências, de prazo, caso necessárias; d) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)" e "(b)" acima, deliberar sobre a declaração, ou não, do vencimento antecipado das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(ii)" e 6.2.2 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, no prazo concedido no item "(c)" "(ii)" das deliberações da AGC 13/01/20 não foi observado, deliberar sobre a sustação, ou não, dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(xvii)" e 6.2.3 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, relativa ao cumprimento do disposto na cláusula 1.3.1 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia Sob Condição Suspensiva ("Alienação Fiduciária de Ações"), com as devidas providências, de prazo, caso necessárias; e) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)" e "(b)" acima, e caso não seja declarado o vencimento antecipado na forma dos itens "(c)" e "(d)" acima, deliberar sobre a ratificação dos documentos celebrados na data de 05 de novembro de 2019, que refletem o deliberado no item 7.2 da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI realizada em 08 de maio de 2019, suspensa e retomada em 22 de maio de 2019 ("AGE de 22/05/19"), de forma que a celebração dos documentos realizados fora do prazo previsto no item 7.1 da AGE de 22/05/19 não enseje o vencimento antecipado do CRI; f) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)", e "(b)" acima, e caso não seja declarado o vencimento antecipado na forma dos itens "(c)", e "(d)", deliberar sobre aprovação, ou não, da proposta apresentada pela OR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.971.143/0001-16 ("Devedora") à Emissora em 01 de abril de 2020, datada de 30 de março de 2020 ("Nova Proposta"), para dação em pagamento de 38 (trinta e oito) unidades imobiliárias ("Imóveis") de propriedade de Hangar Empresarial Empreendimento Imobiliário Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 12.015.199/0001-00 ("Hangar"), no valor de venda, em conjunto, avaliado em R$ 15.461.000,00 (quinze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil reais), conforme laudo de avaliação elaborado por Binswanger Brazil, datado de janeiro de 2020, apresentada pela Devedora. A Emissora informa que o saldo devedor integral do CRI em **22 de abril de 2020**, com os acréscimos previstos nas CCBs e demais documentos da operação, é de R$ 46.605.870,39 (quarenta e seis milhões, seiscentos e cinco mil, oitocentos e setenta reais e trinta e nove centavos) e, portanto, se a referida dação em pagamento ocorresse na referida data, o desconto proposto representaria ao saldo devedor do CRI, de R$ 31.444.870,39 (trinta e um milhões, cento e quarenta e quatro mil e setenta reais e trinta e nove centavos); g) Caso seja aprovada a Nova Proposta conforme o item "(f)" acima, deliberar sobre a realização da dação em pagamento do Patrimônio Separado do CRI, para fins de liquidação do CRI, e/ou transferir a Emissora e o Agente Fiduciário, em razão das deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI acima, para que pratiquem todos os atos necessários ao seu cumprimento; O material necessário para embasar a deliberação dos investidores está disponível (i) no site da Emissora: www.cibrasecuritizadora.com.br; (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br; e (iii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A AGE será instalada em primeira convocação, nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização, mediante a presença de representantes que representem pelo menos 75% (Setenta e cinco por centos) dos CRI em circulação e, em segunda convocação, conforme edital que vier a ser oportunamente publicado, com qualquer número de titulares presentes. Considerando as medidas restritivas relacionadas principalmente ao Ruas e aglomeração de pessoas impostas pelo governo nacional e internacional em face da ampla e corrente disseminação do novo corona vírus causador da Covid-19, bem como observado Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SRI, de 26 de março de 2020, da Deliberação CVM nº 848 de 25 de março de 2020, e Instrução CVM Nº 622, de 17 de abril de 2020, informamos aos Titulares dos CRI que a assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e virtual, através do sistema Teams de conexão via internet. Nesse sentido, referidas que o conferência da conferência será enviada aqueles Titulares dos CRI que se cadastrarem previamente com o Agente Fiduciário e/ou com a Emissora de CRI mediante o envio de documentos de representação, emitida por instituição pública ou particular, acompanhado de cópia do Documento de identidade do outorgante, através dos e-mails: juridico@fiduciariasl.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br.

São Paulo, 27 de abril de 2020

CIBRASEC COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/NIF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.** ("**GPS**" ou "**Companhia**") convocados a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** ("**AGOE**"), que se realizará no dia **30/04/2020**, às 10h00, na sede da Companhia, **Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.215, 2º andar, Bairro do Jagaré, nesta, a fim de deliberarem sobre a ordem do dia** nas constantes da Ordem do Dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"):** I – Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; II – Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2019 ("**LLE**") e distribuição de dividendos; III – Eleger ou reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"):** IV – Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"):** I – Aprovar aumento de Capital da Companhia; II – Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social para refletir a alteração do Artigo 5º que especifica o Capital Social da Companhia. **Informações Gerais:** O acionista, seu representante legal ou procurador para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando, além do documento hábil de sua identidade, os seguintes: (i) instrumento de representação por procuração, a via original do instrumento de mandato devidamente formalizado, assinado e com reconhecimento de firma do outorgante; (ii) se o acionista for pessoa jurídica, além da procuração deverão ser entregues cópias autenticadas do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e das pessoas que outorgaram a procuração. Os documentos mencionados acima e/ou a serem discutidos na Assembleia Geral Ordinária ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia ou no seu Portal Do Acionista localizado no seu site: www.gpsca.com.br, em conformidade com as disposições dos artigos 124 e 135 da Lei nº 6.404/76 e em publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal o DIA, em 30/03/2020. São Paulo, 23/04/2020.

José Caetano Paula de Lacerda – Presidente do Conselho de Administração.

(23, 24 e 25/04/2020)

ISEC Securitizadora S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE: 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 35ª série da 4ª Emissão da Isec Securitizadora S.A. ("Emissora", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a **PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, são convidados a se reunir, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, **no dia 11h00, do 7º dia útil do mês de maio, de 2020, de forma remota e eletrônica** (conforme detalhado adiante), a fim de nos termos da Cláusula Décima Segunda do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários – Certificados de Recebíveis Imobiliários da 183ª Série da 2ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Considerando que o prazo, conforme prorrogado e estabelecido no item "a.ii" das deliberações da ata de Assembleia Geral de Titulares dos CRI, realizada em 13 de janeiro de 2020 ("AGC 13/01/20") não foi atendido, deliberar sobre a sustação, ou não, dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(ii)" e 6.2.3 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, no prazo concedido no item "(c)" "(ii)" das deliberações da AGC 13/01/20 não foi observado, deliberar sobre a sustação, ou não, dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(xvii)" e 6.2.3 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, relativa ao cumprimento do disposto na cláusula 1.3.1 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia Sob Condição Suspensiva ("Alienação Fiduciária de Ações"), com as devidas providências, de prazo, caso necessárias; c) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)" e "(b)" acima, deliberar sobre a declaração, ou não, do vencimento antecipado das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(ii)" e 6.2.2 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, no prazo concedido no item "(c)" "(ii)" das deliberações da AGC 13/01/20 não foi observado, deliberar sobre a sustação, ou não, dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático das CCBs e, por consequência do CRI, conforme cláusulas 6.2.1 "(xvii)" e 6.2.3 do Termo de Securitização, em razão da inadimplência não pecuniária, relativa ao cumprimento do disposto na cláusula 1.3.1 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia Sob Condição Suspensiva ("Alienação Fiduciária de Ações"), com as devidas providências, de prazo, caso necessárias; d) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)" e "(b)" acima, e caso não seja declarado o vencimento antecipado na forma dos itens "(c)" e "(d)" acima, deliberar sobre a ratificação dos documentos celebrados na data de 05 de novembro de 2019, que refletem o deliberado no item 7.2 da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI realizada em 08 de maio de 2019, suspensa e retomada em 22 de maio de 2019 ("AGE de 22/05/19"), de forma que a celebração dos documentos realizados fora do prazo previsto no item 7.1 da AGE de 22/05/19 não enseje o vencimento antecipado do CRI; f) Caso haja a sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático conforme previsto nos itens "(a)", e "(b)" acima, e caso não seja declarado o vencimento antecipado na forma dos itens "(c)", e "(d)", deliberar sobre aprovação, ou não, da proposta apresentada pela OR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.971.143/0001-16 ("Devedora") à Emissora em 01 de abril de 2020, datada de 30 de março de 2020 ("Nova Proposta"), para dação em pagamento de 38 (trinta e oito) unidades imobiliárias ("Imóveis") de propriedade de Hangar Empresarial Empreendimento Imobiliário Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 12.015.199/0001-00 ("Hangar"), no valor de venda, em conjunto, avaliado em R$ 15.461.000,00 (quinze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil reais), conforme laudo de avaliação elaborado por Binswanger Brazil, datado de janeiro de 2020, apresentada pela Devedora. A Emissora informa que o saldo devedor integral do CRI em **22 de abril de 2020**, com os acréscimos previstos nas CCBs e demais documentos da operação, é de R$ 46.605.870,39 (quarenta e seis milhões, seiscentos e cinco mil, oitocentos e setenta reais e trinta e nove centavos) e, portanto, se a referida dação em pagamento ocorresse na referida data, o desconto proposto representaria ao saldo devedor do CRI, de R$ 31.444.870,39 (trinta e um milhões, cento e quarenta e quatro mil e setenta reais e trinta e nove centavos); g) Caso seja aprovada a Nova Proposta conforme o item "(f)" acima, deliberar sobre a realização da dação em pagamento do Patrimônio Separado do CRI, para fins de liquidação do CRI, e/ou transferir a Emissora e o Agente Fiduciário, em razão das deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI acima, para que pratiquem todos os atos necessários ao seu cumprimento; O material necessário para embasar a deliberação dos investidores está disponível (i) no site da Emissora: www.isecsecuritizadora.com.br; (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br; e (iii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A AGE será instalada em primeira convocação, nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização, mediante a presença de representantes que representem pelo menos 75% Setenta e cinco por centos) dos CRI em circulação e, em segunda convocação, conforme edital que vier a ser oportunamente publicado, com qualquer número de titulares presentes. Considerando as medidas restritivas relacionadas principalmente ao Ruas e aglomeração de pessoas impostas pelo governo nacional e internacional em face da ampla e corrente disseminação do novo corona vírus causador da Covid-19, bem como observado Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SRI, de 26 de março de 2020, da Deliberação CVM nº 848 de 25 de março de 2020, e Instrução CVM Nº 622, de 17 de abril de 2020, informamos aos Titulares dos CRI que a assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e virtual, através do sistema Teams de conexão via internet. Nesse sentido, referidas que o conferência da conferência será enviada aqueles Titulares dos CRI que se cadastrarem previamente com o Agente Fiduciário e/ou com a Emissora de CRI mediante o envio de documentos de representação, emitida por instituição pública ou particular, acompanhado de cópia do Documento de identidade do outorgante, através dos e-mails: juridico@fiduciariasl.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br.

São Paulo, 27 de abril de 2020

CIBRASEC COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO

CONGREGAÇÃO ASSISTENCIAL MONTE MORIA DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO

CNPJ 60.978.947/0001-07

Demonstrações Individuais em Reais

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Consolidado (Em Reais)

Ativo	NE	2019	2018	Passivo	NE	2019	2018
Circulante		**67.817.062**	**64.572.286**	**Circulante**	3	**6.077.537**	**3.768.040**
Educação Básica		**20.149.856**	**20.574.260**	**Educação Básica**	3	**5.662.682**	**5.360.541**
Caixa e Equivalentes de Caixa - (Resursos e/ Restrição)	3	17.484.427	16.793.524	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	3	1.403.112	1.466.893
Aneuidades Escolares a Receber	3	1.392.136	2.091.188	Obrigações Trabalhistas	3	2.480.326	1.950.190
Outros Créditos	3	1.216.918	1.616.655	Obrigações Fiscais e Sociais	3	79.350	640.889
Impostos a Compensar	3	46.376	47.504	Adiantamento de Clientes	3	2.699.894	2.450.569
Recursos de Parceria em Projetos (Recursos e/ Restrição)	3	25.391	-	Recursos de Projetos em Execução	3	25.391	-
Assistência Social		**137.054**	**87.433**	Cheques a Compensar	3	1.408	4.121
Caixa e Equivalentes de Caixa - (Resursos e/ Restrição)	3	127.054	83.304	**Assistência Social**		**45.940**	**45.940**
Outros Créditos - Aluguéis	3	4.129	4.129	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	3	85.041	-
Recursos de Parceria em Projetos (Recursos e/ Restrição)	3	10.000	-	Obrigações Trabalhistas	3	38.523	35.936
Mantenedora		**47.530.152**	**43.910.593**	Obrigações Fiscais e Sociais	3	11.778	10.334
Caixa e Equivalentes de Caixa - (Resursos e/ Restrição)	3	47.093.182	43.391.150	Recursos de Parceria em Projetos (Recursos e/ Restrição)	3	10.000	-
Outros Créditos	3	436.970	319.443	**Mantenedora**		**2.730.131**	**359.648**
Recursos de Parceria em Projetos (Recursos e/ Restrição)	3	-	200.000	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	3	80.080	57.264
Não Circulante		**136.995.326**	**28.317.155**	Obrigações Trabalhistas	3	162.287	65.491
Educação Básica		**85.746.211**	**85.284.375**	Obrigações Fiscais e Sociais	3	12.363	17.404
Depósitos Judiciais	5	13.284	18.473	Recursos de Projetos em Execução	3	10.000	-
Imobilizado	6	85.716.695	85.239.540	**Não Circulante**		**69.754**	**69.754**
Intangível	7	6.321	26.362	**Educação**		**22.190**	**174.280**
Assistência Social		**5.174.886**	**4.892.088**	Provisão para Contingência	8	22.190	22.190
Imobilizado	6	5.171.642	4.890.882	Transferência de Unidades Educacionais		-	152.090
Intangível	7	1.244	1.220	**Assistência Social**		-	-
Mantenedora		**46.074.229**	**42.511.691**	Transferência de Unidades Educacionais		-	-
Depósitos Judiciais	5	94.074	53.925	**Patrimônio Líquido**		**198.685.078**	**195.920.358**
Processo Judicial do PIS	5	548.192	548.890	**Patrimônio Social**		**198.685.078**	**195.920.358**
Imobilizado	6	45.532.370	40.545.456	**Educação**		**106.389.401**	**104.695.090**
Intangível	7	199.594	193.230	Patrimônio Social	3.1	104.696.090	99.606.252
Total Ativo		**204.812.388**	**201.888.250**	Superávit (Déficit) dos Exercícios		**1.693.311**	**5.088.838**
Total Passivo		**204.812.388**	**201.888.250**	**Assistência Social**		**3.011.998**	**4.454.141**
				Patrimônio Social	3.1	4.454.616	5.588.641
				Superávit (Déficit) dos Exercícios		(1.122.620)	(1.134.500)
				Mantenedora		**89.283.770**	**86.775.646**
				Patrimônio Social	3.1	86.775.646	86.150.768
				Superávit (Déficit) dos Exercícios		2.508.132	624.884
				Total Passivo		**204.812.388**	**201.888.250**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Consolidado (Em Reais)

	Patrimônio Social	Reserva de avaliação	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2017	143.913.580	-	3.616.426	191.530.033
Incorporação Do Superávit Acumulado	3.616.497		(5.616.497)	-
Realização da reserva (depreciação)	42.573.560	(42.573.560)		-
Superávit do exercício	-	-	4.416.704	4.416.704
Em 31 de dezembro de 2018	191.503.654	-	4.416.704	195.920.358
Incorporação Do Superávit Acumulado	4.416.704	-	(4.416.704)	-
Realização da reserva (depreciação)	-	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	2.764.720	2.764.720
Em 31 de dezembro de 2019	195.920.359	-	2.764.720	198.685.078

Demonstrações do Superávit (Déficit) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Consolidado (Em Reais)

	NE	2019	2018
Receitas Operacionais:			
Receitas - Educação Básica			
Sem Restrição			
Receitas educacionais		58.111.687	57.630.163
(-) Bolsas de Estudo	9	(11.622.337)	(11.526.033)
(-) Bolsas de Estudo Parciais de 50% (Lei 12.101/2009)	9	(1.047.840)	(2.387.464)
(-) Descontos Filantrópicos em Educação	9	(1.437.234)	(1.665.996)
Total da Receita Líquida		**44.748.364**	**42.506.441**
Outras Receitas Atividades - Educação Básica	9	1.401.844	2.245.593
Com Restrição			
Receitas	9	25.391	46.936
Total da Receita Atividades - Educação Básica		**51.819.818**	**50.798.884**
Atividades - Assistência Social			
Sem Restrição			
Receitas operacionais			
Donativos	9	1.000	1.008
Com Restrição			
Donativos	9	300.000	-
Total da Receita Atividades - Assistência Social		**301.000**	**1.008**
Atividades - Mantenedora			
Sem Restrição			
Receitas operacionais			
Anuidades Escolares	9	6.612.944	4.418.145
Total da Receita Atividades - Mantenedora		**6.612.944**	**4.418.145**
Total da Receita		**58.633.762**	**55.218.038**
Despesas Operacionais:			
Atividades - Educação Básica			
Sem Restrição			
Custos e Despesas operacionais		**(48.900.293)**	**(45.279.560)**
Despesas com Pessoal		(37.665.142)	(36.676.459)
Despesas com Encargos Sociais		(2.529.529)	(901.510)
Despesas Administrativas e Gerais		(14.231.788)	(13.917.883)
Depreciação, Amortização e Leasing		(3.965.827)	(4.063.401)
Despesas com Pessoal			
Benefícios Complementares		(370.013)	(160.223)
Atividades - Assistência Social			
Custos e Despesas operacionais		**(1.722.848)**	**(1.130.924)**
Despesas com Pessoal	12	(1.031.376)	(575.983)
Despesas com Encargos Sociais	12	(75.192)	(42.192)
Despesas Administrativas e Gerais	12	(418.895)	(304.934)
Despesas com Pessoal	12	(133.016)	(148.616)
Outras Despesas Operacionais	12		
Custos c/ alimentação e material para usuário	12	(15.374)	
Atividades - Mantenedora			
Custos e Despesas operacionais		**(6.272.092)**	**(6.232.604)**
Despesas com Pessoal		(1.111.207)	(862.217)
Despesas com Encargos Sociais		(64.710)	(52.399)
Despesas Administrativas e Gerais		(3.672.568)	(3.742.299)
Despesas Financeiras		(1.423.582)	(1.577.689)
Despesas Operacionais			
Total das Despesas Operacionais		**(56.894.382)**	**(52.643.037)**
Resultado Financeiro Líquido		**1.029.340**	**1.841.699**
Atividades - Educação Básica			
Receita Financeira	3	90.206	411
(-) Despesas Financeiras	3	(2.924)	(2.521)
Resultado Financeiro Líquido		**2.187.282**	**2.279.343**
Superávit (déficit) das operações		**2.764.720**	**4.416.704**

Valores em R$

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo de Aneuidades a Receber de Anos Anteriores	2.091.188	1.673.684
Mensalidades a Receber do Ano Atual	3.440.801	3.361.541
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.689.144)	(3.441.822)
Total	**1.392.136**	**1.593.403**

O saldo de anuidades a receber referente a mensalidades escolares registrado pelo valor bruto, de acordo com cálculo de percentual de serviços. **Nota 02 - Crédito e Valores em Tesouraria - Depósito Judicial:** As contribuições ao Programa de Integração Social - PIS, estão sendo depositadas em juízo mediante autorização judicial, concedida à Congregação Assistencial Missionaria de Assistência e Educação pelo valor bruto, de acordo com cálculo de percentual de serviços. **Nota 03 - Ativo Imobilizado:** Em 31/12/2019 e 2018 os depósitos judiciais em face dos autos totalizavam R$ 548.391,71, em 2018 R$ 548.890,19. Os depósitos judiciais em face dos autos totalizavam R$ 548.391,71 em 2019 e R$ 548.890,19 em 2018. Em 31 de dezembro de 2019 os valores correspondentes a R$ 107.358,47, em 2018 R$ 72.397,31.

Nota 06 - Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido 2019	Imobilizado Líquido 2018
Bens				
Terrenos	1.382.219	-	1.382.219	-
Andamento	62.752.736	-	62.752.736	62.752.736
Terrenos - Obras-Conclusões a Realizar	(1.800.000)	-	(1.800.000)	(1.800.000)
Edifícios	112.621.653	43.790.305	68.831.351	73.205.484
Instalações	3.811.266	3.048.266	763.000	44.214
Biblioteca	302.034	46.162	255.872	3.546
Equipamentos	1.514.888	1.453.195	61.693	61.468
Equipamentos Telefonia	65.535	45.497	20.037	10.521
Instalações	580.992

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 476

25 a 30 de abril de 2020

Nacionais

VW Nivus em fase final de testes

O novo Volkswagen Nivus vai inaugurar um novo segmento no País, com design inovador e tecnologias de segmento premium. O modelo, que mistura os estilos crossover, SUV coupé e carro-design está em fase final de testes pelas estradas brasileiras e será lançado ainda no primeiro semestre deste ano no Brasil. A partir do segundo semestre chegará aos demais países da região América do Sul.

O Nivus será fabricado na planta Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP), sob a Estratégia Modular MQB, o mais moderno conceito de produção do Grupo Volkswagen no mundo. Seguindo a receita de sucesso dos modelos Polo, Virtus e T-Cross, o Nivus foi desenvolvido totalmente pela equipe de designers e engenheiros da VW América do Sul. E mais: ele será o primeiro modelo desenvolvido localmente e que será também produzido e comercializado no mercado europeu.

O Nivus exibe um desenho marcante, com amplo destaque para a queda suave da coluna 'C', uma característica típica dos cupês e que eleva a natural esportividade do modelo. Sua personalidade ganha argumentos ainda mais marcantes com os faróis e as lanternas em LED, além do DRL (daytime running light) totalmente em LED, com uma assinatura visual inédita nos modelos Volkswagen. As novas rodas de liga leve de 17 polegadas completam o pacote visual exclusivo.

O novo sistema de infotainment, totalmente desenvolvido no Brasil, tem nome e sobrenome: VW Play. Ele traz uma nova tela de altíssima definição e diversas funcionalidades que, definitivamente, estabelecerão um novo patamar em termos de conectividade no mercado brasileiro.

Graças à Estratégia Modular MQB, o Nivus oferece espaço interno ideal para levar com total conforto os cinco ocupantes. O balanço traseiro mais pronunciado permite oferecer também um excelente porta-malas, com capacidade para até 415 litros -um dos maiores entre os modelos compactos, tanto no segmento de hatches quanto no de SUVs.

Com relação a tecnologia, o Nivus será responsável por estrear novos recursos de segurança e conforto no segmento de compactos, alguns itens disponíveis somente em segmentos superiores. Um deles é o ACC (Adaptive Cruise Control), que permite ao motorista ajustar a velocidade e a distância que deseja trafegar em relação ao veículo à frente. O Nivus inova também com o AEB (Autonomous Emergency Brake), recurso que, ao identificar o eminente risco de uma colisão frontal, freia o carro de maneira autônoma, evitando, em alguns casos, qualquer dado ao veículo ou ferimento ao motorista e passageiros. O pacote de segurança traz ainda o Front Assist, sistema que, por meio de radar e sensores, monitora o tráfego e alerta o motorista, de forma sonora e visual, para evitar colisões.

Outro diferencial do Nivus é o conjunto de faróis e lanternas de LED, exclusivos nesta classe de veículo no mercado. Ele traz uma identidade visual completamente nova, com DRL (daytime running light) de LED em formato envolvente.

No Nivus, desempenho e eficiência energética são itens de série. Seu motor é o consagrado 200 TSI de três cilindros, flexfuel e com injeção direta de combustível. Este propulsor entrega até 128 cv (94 kw) de potência máxima e 20,4 m.kgf de torque, quando abastecido com etanol. A transmissão é automática de seis marchas. Esse conjunto mecânico é o mesmo que atualmente faz muito sucesso entre os clientes de Polo, Virtus e T-Cross.

Condições especiais para Renegade ou Compass

Para mostrar que juntos é possível passar por qualquer obstáculo e reforçar o cuidado com o cliente, a Jeep lança uma campanha inédita em que pagará as primeiras parcelas do Jeep Renegade e Jeep Compass até 2021. Iniciada em abril, a ação, que vai até o dia 5 de maio, incentiva a economia e encoraja a preservação de sonhos. O pacote de condições especiais da Jeep agora se diferencia das demais por não ser uma prorrogação do prazo ou quitação parcial das primeiras parcelas, mas uma parceria clara da Jeep para que os clientes possam começar ou continuar a escrever as suas histórias em parceria com a marca.

Até dia 5 de maio, a Jeep pagará até 8 das primeiras parcelas de quem comprar um Jeep Renegade ou Jeep Compass. Se o cliente der 75% do valor do carro como entrada e parcelar em 36x o restante, a Jeep vai arcar com o pagamento das 8 primeiras parcelas, ou seja, o cliente só passará a pagar em 2021. Com o percentual de entrada de 75% e financiamento em 24x, a Jeep ficará responsável pelo pagamento das 5 primeiras. Se os 25% restantes forem divididos em 12x, a marca cobrirá as três primeiras parcelas.

Se o cliente tiver 50% de entrada também terá vantagens. Parcelando em 36x, a Jeep pagará as 4 primeiras parcelas, em 24x, a marca cobrirá as 3 primeiras e se forem 12x, a primeira parcela ficará por conta da Jeep. Todos os planos de parcelamento incluem taxa de juros diferenciadas e reduzidas de apenas 0,99%.

Caso o cliente opte por um plano em que o valor da entrada seja inferior a 50% do valor total do veículo, ele não terá parcelas subsidiadas pela Jeep, mas também contará com uma vantagem agora: carência de até 120 dias. Sendo assim, ele pagará a primeira parcela do financiamento apenas em agosto de 2020.

Next Jeep

Next Jeep é o programa de fidelidade da marca através da recompra. Como vantagens do plano tradicional estão, por exemplo, a garantia de recompra do veículo por toda rede de concessionárias Jeep no Brasil e planos em até 48x com entradas a partir 30%. Com o programa Next Jeep, é possível que os clientes entrem em um novo financiamento, fazendo upselling de modelo. Assim, eles podem se planejar para permanecerem na marca, estando sempre de carro novo. Para esse consumidor fiel, a campanha ainda tem condições mais especiais: com 50% de entrada e 35 parcelas totais, serão oito parcelas iniciais pagas pela Jeep com taxa de juros de 0,999%.

Jeep Renegade

Líder do mercado de SUVs, o Jeep Renegade foi projetado para ser um utilitário-esportivo e se mantém como o único a não derivar de um carro de passeio. O modelo que é sucesso de vendas, público e mídia se destaca por ter a maior tela multimídia do segmento, de 8,4 polegadas, já a partir da versão Longitude Flex, e a roda com maior diâmetro – aro 19" na configuração Limited. Além disso, também foi o primeiro veículo nacional a obter cinco estrelas para proteção de adultos e crianças nos testes do programa independente Latin NCAP.

A gama atual do Jeep Renegade é composta pelas seguintes versões: 1.8 AT Flex (exclusivo para PCD), STD 1.8 AT Flex, Sport 1.8 AT Flex, Longitude 1.8 AT Flex, Limited 1.8 AT Flex, Longitude 2.0 AT Diesel 4x4 e Trailhawk 2.0 AT Diesel 4x4.

Jeep Compass

O SUV médio, menos desvalorizado no Brasil, o Jeep Compass possui o selo "Maior Valor de Revenda – Autos", segundo iniciativa da Agência Autoinforme em parceria com a Textofinal de Comunicação. O modelo foi lançado em 2016 e, de lá para cá, se mantém líder de seu segmento por três anos consecutivos, nos acumulados de 2017, 2018 e 2019. Além disso, toda a linha 2020 recebeu novos itens de série, especialmente, na versão Sport e nos dois modelos da linha Longitude – Flex e Diesel.

A linha atual do Jeep Compass conta com as seguintes versões: Sport AT 2.0 Flex, Longitude AT 2.0 Flex, Limited AT 2.0 Flex, Longitude AT 2.0 Diesel 4x4, Limited AT 2.0 Diesel 4x4, Trailhawk AT 2.0 Diesel 4x4

Importados

Ram lança primeira edição limitada no Brasil

Pela primeira vez no país a Ram 2500 conta com uma série especial para oferecer uma dose extra de exclusividade, a Night Edition. O principal destaque é o acabamento escuro nas peças que habitualmente são cromadas.

O design imponente da picape inteiramente renovada há pouco ficou mais agressivo, com faróis e lanternas com máscara negra, grade com desenho exclusivo em preto brilhante e rodas com novo estilo, capas dos retrovisores e estribos com pintura preta. Para completar o visual diferenciado, os para-choques e as maçanetas receberam a mesma cor da carroceria. O tema "all-black se repete na cabine, com o forro de teto e os revestimentos da coluna pretos.

Marcando a estreia da linha 2020, a Ram 2500 Night Edition é uma opção da versão Laramie e, portanto, compartilha da mesma imensa lista de equipamentos. Vários deles estrearam recentemente no modelo 2019 da picape para reforçar o nível de tecnologia. Seja no infotenimento, a exemplo da central multimídia Uconnect 4C NAV com tela de 12 polegadas e sistema de som com cancelamento de ruídos externos, ou na segurança: alerta de tráfego traseiro cruzado, monitoramento de pontos cegos e câmeras 360° e de caçamba.

Até a mecânica ficou mais tecnológica com a grade dianteira com aletas ativas, que se movimentam automaticamente para reduzir o arrasto aerodinâmico sempre que possível e, assim, diminuir o consumo de combustível. Sem falar do próprio motor turbo diesel de seis cilindros em linha da Cummins, que ganhou inúmeras inovações. Além de ficar 28 kg mais leve, a "usina de força" de 6,7 litros passou a render mais 35 cv de potência e 6,7 kgfm de torque, atingindo 365 cv e 110,7 kgfm.

Um equipamento inédito que entrou na linha 2020 da Ram 2500 é o degrau retrátil no canto traseiro esquerdo da picape. Apeça fica alojada abaixo do para-choque e facilita o acesso à caçamba. A outra novidade é a roda de liga leve com novo desenho, mais elegante.

O cliente da Night Edition tem à disposição uma pintura exclusiva no catálogo da marca Ram, a Vermelho Delmonic, perolizada, além das cores Preto Diamond (perolizada) e Granito Crystal (metálica), um tom de cinza escuro.

Limitada inicialmente a apenas 100 unidades, a Ram 2500 Night Edition tem preço sugerido de R$ 326.990, R$ 5 mil a mais do que os R$ 321.990 da Laramie.

Motos

Novo scooter Citycom HD 300 chegou as lojas

O Dafra Citycom HD 300 chegou às concessionárias por R$ 21.490, com frete incluso, já no modelo 2021. O lançamento vem como mais uma opção aos consumidores, complementando a gama de scooters da montadora em parceria com a reconhecida fábrica taiwanesa SYM, que conta atualmente com Citycom S 300i e Maxsym 400i. Com um design moderno e diversos itens de conforto, o novo integrante terá dois anos de garantia.

Para somar à consagrada mecânica, o Citycom HD 300 chega repleto de tecnologias para privilegiar seu uso urbano e encarar pequenas viagens, como carregador USB, farol e lanterna em LED, pop-open para abertura do tanque na chave de ignição e amplo espaço no compartimento sob o banco. Sobre este último item, a realocação da bateria, comumente posicionada neste compartimento, ampliou este espaço em 27%, ou seja, para uma capacidade de 38 litros. Além dos itens de conforto, o novo scooter tem freios ABS de série e o mesmo motor do Citycom S 300i, com 278,3 cc mas, como o lançamento é 13 quilos mais leve, sua relação de peso-potência é 6,8% melhor.

A Dafra reforça que o Citycom S 300i seguirá em linha, não existindo objetivo de substituição, mas de expansão da gama. O cliente poderá escolher o já consagrado e potente Citycom S 300i, com excelente sistema de frenagem CBS, por um custo-benefício melhor que as opções da concorrência, ou optar pela novidade de design, da iluminação com LED, da melhor relação peso-potência, além da já consagrada mecânica dos produtos DAFRA/SYM, com os freios ABS do inovador Citycom HD 300, a um preço competitivo na categoria.

Truck

Nova Sprinter implementada pela 4TRUCK

Uma das primeiras unidades em escala comercial da nova Sprinter foi implementada pela 4TRUCK Soluções Sobre Rodas, uma das maiores fornecedoras de implementos para o segmento leve do País. A 4TRUCK, sediada em Guarulhos (SP), já fora escolhida em 2019, pela própria Mercedes-Benz, para implementar um dos veículos do modelo lançado em evento em Pinhais (PR), no final de setembro, e que depois foi apresentado oficialmente na Fenatran – o maior evento de transportes e logística da América Latina -, em outubro passado.

O baú, produzido pela 4TRUCK, tem 4,40m de comprimento x 2,20m de largura x 2,30m de altura, medidas projetadas visando a melhor adequação do implemento ao veículo, o atendimento as resoluções legais, e oferta do maior espaço possível para o transporte da carga. A estrutura foi desenvolvida em alumínio (leve e durável) e aço galvanizado (resistente), possui perfis para amarração de carga, para-choque retrátil com regulagem de altura, elétrica 100% em LED e caixa para ferramentas. Além disso, há opções em piso em madeira, que possui custo menor e facilita a carga e descarga manual; e em aço, que suporta mais peso e é ideal para carga e descarga com uso de paleteiras.

A parceria entre 4TRUCK e Mercedes-Benz existe há alguns anos e desde então rende bons resultados, tecnicamente e comercialmente. Segundo dados da Mercedes-Benz, a marca Sprinter encerrou 2019 com 11.460 unidades emplacadas, entre vans, furgões e chassis com cabine, conquistando 35% de participação de mercado. Até fevereiro de 2020, o total de 2.178 emplacamentos chegou a, representando 40% de market share.

EXPEDIENTE

Diretor e Editor Executivo: J.A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549

Relatório da Administração

São Paulo, 18 de março de 2020 - O Grupo SBF S.A. - "Centauro" (B3: CNTO3), maior varejista de produtos esportivos da América Latina, divulga seus resultados do 4º Trimestre e do ano de 2019 (4T19 & 2019). As Informações financeiras trimestrais da Centauro relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas. Vale destacar que as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) enquanto as demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Teleconferência de Resultados
19 de março de 2019 09h00 (horário de Brasília)
08h00 (horário de Nova York)
Acesso via Webcast
Português: clique aqui
Inglês: clique aqui
Acesso via Telefone
+55 (11) 4210-1803
+55 (11) 3181-8565
+1 (412) 717-9627
+1 (844) 204-8942
Código: Centauro
Replay (disponível por 7 dias)
Português:
+ 55 (11) 3193-1012
Código replay: 4253258#
Inglês:
+55 (11) 3193-1012
Código replay

CNTO3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Estratégia Omnichannel:

- As vendas via modalidades *Omnichannel* atingiram:
  - R$113,4 milhões no 4T19 (+53,5% a/a);
  - 10,9% da Venda 1P da Companhia no 4T19 (+2,6 p.p. vs 4T18);
  - R$340,4 milhões em 2019 (+82,6% a/a);
  - 10,9% da Venda 1P da Companhia em 2019 (+4,2 p.p. vs 2018).

Reforma de Lojas

- 9 lojas foram reformadas para o formato G5 entre 4T18 e 4T19, totalizando 11,6 mil m²;
- 2 lojas foram reformadas para o novo conceito G5 no 4T19, totalizando 3,3 mil m²:
  - √ Litoral Plaza Shopping - SP;
  - √ Shopping Ibirapuera - SP.

Abertura de Novas Lojas G5

- Entre 4T18 e 4T19 foram abertas 18 lojas G5, totalizando 20,0 mil m²;
- 14 novas lojas G5 foram abertas no 4T19, totalizando 15,4 mil m²:
  - √ Boulevard Shopping Vitória da Conquista - BA;
  - √ Shopping Bosque dos Ipês - MS;
  - √ Shopping Bosque Grão Pará - PA;
  - √ Shopping Pátio Belém - PA;
  - √ Shopping Metrópole Ananindeua - PA;
  - √ Partage Shopping Campina Grande - PB;
  - √ Camará Shopping - PE;
  - √ Shopping Rio Poty - PI;
  - √ Américas Shopping - RJ;
  - √ Pátio Roraima Shopping - RR;
  - √ Partage Shopping Rio Grande -RS;
  - √ Shopping Itaguaçu - SC;
  - √ Nações Shopping - SC ;
  - √ Boulevard Shopping Bauru - SP.

Destaques Financeiros

- Receita líquida de R$ 851,7 milhões (+16,7% a/a) no 4T19 e R$2.545,4 milhões (+11,9% a/a) em 2019;
  - Lojas Físicas: R$ 709,0 milhões (+15,7% a/a) no 4T19 e R$2.105,7 milhões (+10,1% a/a) em 2019;
  - Plataforma digital: R$142,7 milhões (+21,8 %a/a) no 4T19 e R$439,8 milhões (+21,2% a/a) no em 2019;
- Lucro líquido (Ex-IFRS 16) de R$171,2 milhões no 4T19 (39,3% a/a) e de R$ 339,2 milhões em 2019 (+128% a/a);
- EBITDA (Ex-IFRS 16) de R$ 253,7milhões (+173,0% a/a) no 4T19 e R$522,3 milhões em 2019 (+100,3% a/a);
- Margem EBITDA (Ex-IFRS 16) de 29,8% (+17,1 p.p.) no 4T19 e 20,5% no em 2019 (+9,1 p.p.);
- Same Store Sales (SSS) +12,5% no 4T19 e +8,9% em 2019;
  - Lojas Físicas: +8,9% no 4T19 e +5,3% em 2019;
  - GMV (Digital): +31,5% no 4T19 e +27,4% em 2019.

Efeito Copa: Em 2018 foi realizada a Copa do Mundo de Futebol da FIFA® - evento de baixa recorrência - que impacta de forma positiva nossos resultados. Para um melhor comparação, apresentamos também o SSS excluindo esse efeito:

- SSS Ex-Copa: +12,5% no 4T19 e +11,2% em 2019;
  - Lojas Físicas: +8,9% no 4T19 e +7,4% em 2019;
  - GMV (Digital): +31,5% no 4T19 e +30,4% em 2019.
- SSS 2019 versus 2017: +34,1% no 4T19 e +26,8% em 2019;
  - Lojas Físicas: +25,4% no 4T19 e +18,5% em 2019;
  - GMV (Digital): +93,7% no 4T19 e +82,4% em 2019.

** SSS Ex-Copa ou Same Store Sales Ex-Copa considera a mesma definição do SSS, eliminando os efeitos de vendas dos produtos da seleção brasileira e outras seleções; e bolas oficiais nos períodos de Copa do Mundo em 2018 e de Copa América em 2019.*

Efeitos não recorrentes: O resultado do 4T19 foi impactado por provisões, receitas e despesas não recorrentes. Para melhor entendimento e comparabilidade, apresentamos todos os ajustes abaixo:

Ajustes (Em R$ milhões)	4T19	2019
PIS/COFINS sobre ICMS	(303,4)	(379,8)
Provisão para Riscos Tributários	133,0	133,0
Baixa de Depósitos Judiciais	16,1	16,1
Baixa de Créditos Tributários	2,8	2,8
Plano de Opção I Não Caixa	15,0	15,0
Operação Nike	3,8	3,8
Reversão de Provisão Trabalhista	–	(2,4)
Impacto - EBITDA	(132,7)	(211,5)
PIS/COFINS sobre ICMS	(135,3)	(178,2)
PIS/COFINS sobre Créditos Tributários	9,0	9,0
Provisão para Riscos Tributários	89,7	89,7
Baixa Depósitos Judiciais	6,3	6,3
Reversão de Provisão Trabalhista	–	(1,8)
Impacto - Resultado Financeiro	(30,3)	(75,0)
IR/CS	55,4	98,1
Impacto - Lucro Líquido	(107,6)	(188,3)

** Incluindo os efeitos nos impostos*

Desconsiderando estes efeitos não recorrentes, o EBITDA (ex-IFRS) seria R$121,0 milhões no 4T19 (+30,2% a/a) e R$310,8 milhões em 2019 (+19,2% a/a) e o Lucro (ex-IFRS) seria R$63,7 milhões no 4T19 (-48,2% a/a) e R$150,8 milhões em 2019 (+1,4% a/a).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 4T19

O ano de 2019 foi um ano marcante para nossa Companhia. Em 2015, vivemos uma forte crise que nos obrigou a reestruturar nossas operações e restringir nossos investimentos. Em 2016, tivemos que ser criativos para voltar a crescer lidando com um Brasil ainda incerto e com uma alta alavancagem, nasceram aí as iniciativas Omni e GS, o comércio de nossa jornada para nos tornar essenciais no esporte. Em 2017, as iniciativas passaram a dar frutos, mas nossa alta alavancagem ainda impedia um investimento mais robusto. Nesse ano, conseguimos alongar nossa dívida, o que nos deu fôlego para uma aceleração do crescimento que foi ainda mais forte em 2018, quando também pudemos focar na melhoria das experiências de nossos clientes através de uma cultura cada vez mais voltada para a inovação. O IPO realizado em 2019 inaugurou um novo capítulo que a uma história que começou há quase 40 anos e reflete todo o trabalho e dedicação do nosso time. Capitalizados, conseguimos agora acelerar nosso crescimento no modelo atual e criar novas avenidas de crescimento, calcadas em tecnologia e experiência do cliente. Ao longo de 2019, seguimos com nosso plano de expansão de lojas G5 para aumentar o número de pontos de conexão no mundo físico com o nosso ecossistema do esporte. Após o IPO em abril, aceleramos a busca por pontos nos shoppings mapeados e assim concluímos com sucesso a abertura de 18 novas lojas no ano, todas G5. Além das lojas físicas, também expandimos nossa receita com 9 reformas de lojas tradicionais para o novo modelo G5, finalizando o ano com 43 lojas G5. Esperamos que uma porcentagem importante do nosso crescimento de receita venha da expansão da nossa rede e de fato apresentamos uma receita nesse 4T19 17% maior do que no 4T18. Continuamos desenvolvendo nossa plataforma digital para oferecer cada vez mais funcionalidades, principalmente no *omnichannel*, onde utilizamos as nossas 210 lojas para otimizar a experiência de compra online. Temos também aumentado a qualidade e a oferta de produtos no marketplace, inclusive com grandes marcas complementando a grade não disponível em nosso estoque. Como resultado, nosso *omnichannel* cresceu mais de 80% no ano e o marketplace cerca de 120%. Nosso crescimento vem acompanhando de uma melhora de percepção por parte de nossos clientes, em 2019 nosso NPS digital foi de 72 %, 4.5 p.p. a mais do que 2018. Nosso aplicativo tem um papel importante na retenção de clientes e temos investido em sua usabilidade e interface, na Black Friday ele teve recorde de downloads e foi avaliado pelos consumidores como o melhor aplicativo de compras. Nesse trimestre, realizamos a melhor Black Friday da história da Companhia, registrando 32% de receita de vendas a mais do que no evento de 2018. Além de um evento de Natal 14,5% melhor que o do ano anterior. Nosso NPS também foi recorde, atingindo 82,6, reflexo da dedicação de toda a Companhia para encantar os clientes proporcionando uma experiência superior. No ano, nossa Receita Líquida cresceu quase 15% (ex-Copa), atingindo R$2.532,0 milhões e nosso EBITDA atingiu R$310,8 milhões, uma margem de 12,2%, 0,8 p.p. maior do que no ano anterior. Existimos para servir nossos clientes no esporte e nos reinventamos para servi-los de novas maneiras. Em retrospecto de 2020, avançamos na direção de criar um ecossistema de esporte ainda mais completo, quando anunciamos uma parceria com a NIKE para nos tornar o distribuidor exclusivo de seus produtos no Brasil e operar todos seus canais de venda (varejo online e físico). Em nossos 39 anos de história já atravessamos inúmeras crises, o time atual inclusive é o mesmo que enfrentou a crise de 2015, situação em que superamos uma forte crise econômica mesmo estando extremamente alavancados. Atualmente estamos enfrentando mais uma, a atual crise mundial provocada pelo COVID 19. Em primeiro lugar estamos tomando todas as precauções para preservar a saúde de nossos funcionários com conscientização e reforço nas condições de higiene, trabalho remoto e redução de escala. Quanto à saúde de nosso negócio, a Companhia nunca esteve tão capitalizada com praticamente nenhuma dívida bancária e quase R$700 milhões de liquidez incluindo a disponibilidade de antecipações de recebíveis. Além disso, os créditos de PIS/COFINS nos permitem um reforço de caixa adicional pois já estão sendo utilizados no ano de 2020. Temos um nível de estoque saudável, assim como nossos fornecedores, o que viabiliza que a cadeia abrasileira de varejo esportivo possa ofertar. Nossa margem, sempre pré-acordada com nossos fornecedores, também está protegida. Estamos monitorando constantemente o cenário nacional e preparados para, assim como em todas crises pelas quais já passamos, sairmos mais fortes dessa. Nossa ambição é grande e temos muito a fazer. Novamente estamos enfrentando mais uma, a atual tornar uma plataforma que oferece uma experiência excepcional em tudo relacionado ao esporte no Brasil!

Pedro Zemel
CEO

EVENTOS RELEVANTES E SUBSEQUENTES

• A Companhia obteve o trânsito em julgado de ações judiciais relativas ao ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. Em razão deste fato, foi reconhecido o valor de R$558,7 milhões para o período de 2004 a 2017. O montante, registrado na demonstração do resultado nas linhas de "Receitas Financeiras" e " Outras Receitas e Despesas" foi preparado com base na melhor estimativa da Administração, considerando os elementos disponíveis na presente data. • No 4º trimestre de 2019, houve reavaliação do prognóstico de perda, de possível para provável, em relação a algumas discussões que envolvem a cobrança de ICMS pelo Estado do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias no período de 2007 a 2010. Essa reavaliação, somada a outras provisões de menor relevância, resultou em novas provisões de R$222,6 milhões, R$133,0 milhões de Principal e R$89,7 milhões de despesas financeiras. • Em 06 de Fevereiro de 2020, a Companhia, celebrou contrato a fim de estabelecer uma parceria estratégica com a NIKE, mediante a qual a Companhia, se tornará a distribuidora exclusiva de produtos NIKE no território brasileiro e a operadora direta exclusiva do e-commerce da NIKE, por um período inicial de 10 (dez) anos, e a varejista exclusiva de lojas físicas NIKE, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final através de lojas monobrand NIKE, podendo abrir e operar lojas NIKE no território brasileiro, pelo período inicial de 5 (cinco) anos. **Impactos e Tratamento do IFRS 16:** • Detalhamos abaixo, linha a linha, os impactos que os efeitos da aplicação do IFRS 16 ocasionaram. Na primeira tabela detalhamos- se as linhas adicionadas ao Balanço Patrimonial (BP) da Companhia e nas próximas, as linhas de resultados afetadas.

Linhas incluidas no BP pelo IRFS 16 - Em R$ mil	Com Efeito do IFRS 16 (A)	Sem Efeito do IFRS 16 (B)	Diferença (A-B)
Ativo - Direito de Uso	1.137.803	–	1.137.803
Passivo - Arrendamentos a Pagar	1.149.820	–	1.149.820

4T19			
Linhas afetadas pelo IFRS 16 - Em R$ mil	**Com Efeito do IFRS 16 (A)**	**Sem Efeito do IFRS 16 (B)**	**Diferença (A-B)**
Despesas Operacionais	(111.415)	(156.649)	45.234
Despesas Depreciação e Amortização*	(42.239)	(23.909)	(18.330)
Resultado Financeiro	(22.553)	28.941	(51.494)
EBITDA	298.939	253.705	45.234
Lucro Líquido	163.628	171.216	(7.588)

*Líquida de créditos de PIS/COFINS

2019			
Linhas afetadas pelo IFRS 16 - Em R$ mil	**Com Efeito do IFRS 16 (A)**	**Sem Efeito do IFRS 16 (B)**	**Diferença (A-B)**
Despesas Operacionais	(585.632)	(736.291)	150.659
Despesas Depreciação e Amortização*	(204.289)	(91.117)	(113.172)
Resultado Financeiro	(61.377)	22.547	(83.924)
EBITDA	672.980	522.321	150.659
Lucro Líquido	309.727	339.162	(29.435)

*Líquida de créditos de PIS/COFINS

Principais Indicadores - Com Efeito IFRS16

Destaques	4T19	4T18	Variação (%)	2019	2018	Variação (%)
Receita Bruta[1]	1.065.689	908.521	17,3%	3.193.065	2.844.800	12,2%
Lojas Físicas	883.486	776.133	13,8%	2.632.027	2.401.800	9,6%
Plataforma Digital	182.203	132.389	37,6%	561.038	443.000	26,6%
Digital como % do total	18,1%	16,3%	+1,8 p.p.	18,3%	16,2%	+2,1 p.p.
SSS[2]	12,5%	14,5%	-2,0 p.p.	8,9%	15,0%	-6,1 p.p.
Lojas Físicas	8,9%	9,6%	-0,7 p.p.	5,3%	10,7%	-5,4 p.p.
GMV[3] (Digital)	31,5%	47,4%	-15,9 p.p.	27,4%	43,2%	-15,8 p.p.
Lucro Bruto	410.354	354.392	15,8%	1.258.612	1.115.933	12,8%
Margem Bruta (%)	*48,2%*	*48,6%*	*-0,4 p.p.*	*49,4%*	*49,1%*	*+0,4 p.p.*
EBITDA	298.939	92.935	221,7%	672.980	260.713	158,1%
Margem EBITDA (%)	*35,1%*	*12,7%*	*+22,4 p.p.*	*26,4%*	*11,5%*	*+15,0 p.p.*
Lucro Líquido	163.628	122.891	33,1%	309.727	148.748	-108,2%
Margem Líquida (%)	*19,2%*	*16,8%*	*+2,4 p.p.*	*12,2%*	6,5%	+5,6 p.p.
Dívida Líquida Ajustada[4]	136.378	751.272	-81,8%	136.378	751.272	-81,8%
Dívida Líquida Ajustada[4]/EBITDA LTM	+0,3x	+2,9x	+2,6x	+0,3x	+2,9x	-2,6x
Fluxo de Caixa Operacional	156.837	148.992	5,3%	148.559	103.976	42,9%
FCO/EBITDA	+0,5x	+1,6x	+1,1x	+0,2x	+0,4x	-0,2x
Número Total de Lojas	210	192	9,4%	210	192	9,4%
Número de Lojas G5	43	16	168,8%	43	16	168,8%
Omnichannel (% Vendas 1P da Companhia)	10,9%	8,3%	+2,6 p.p.	10,9%	6,7%	+4,2 p.p.

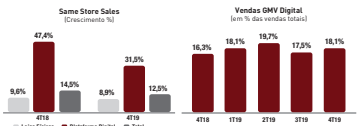
[1] Receita bruta excluindo devolução de mercadorias; [2] SSS ou Same Store Sales significa a variação da nossa receita considerando apenas lojas que estavam abertas nos meses dos dois períodos analisados. No caso da Plataforma digital, é a variação da receita de vendas de mercadorias do canal digital, incluindo *marketplace*; [3] GMV ou *Gross Merchandise Value*: receita de vendas de mercadorias do canal digital, incluindo *marketplace*; [4] Dívida líquida ajustada é calculada como dívida líquida bancária + recebíveis antecipados + parcelamentos tributários.

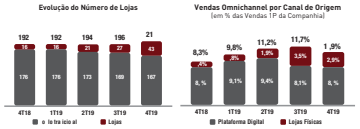
Principais Indicadores - Sem Efeito IFRS16

Destaques	4T19 (Ex-IFRS 16)	4T18	Variação (%)	2019 (Ex-IFRS 16)	2018	Variação (%)
Receita Bruta[1]	1.065.689	908.521	17,3%	3.193.065	2.844.800	12,2%
Lojas Físicas	883.486	776.133	13,8%	2.632.027	2.401.800	9,6%
Plataforma Digital	182.203	132.389	37,6%	561.038	443.000	26,6%
Digital como % do total	18,1%	16,3%	+1,8 p.p.	18,3%	16,2%	+2,1 p.p.
SSS[2]	12,5%	14,5%	-2,0 p.p.	8,9%	15,0%	-6,1 p.p.
Lojas Físicas	8,9%	9,6%	-0,7 p.p.	5,3%	10,7%	-5,4 p.p.
GMV[3] (Digital)	31,5%	47,4%	-15,9 p.p.	27,4%	43,2%	-15,8 p.p.
Lucro Bruto	410.354	354.392	15,8%	1.258.612	1.115.933	12,8%
Margem Bruta (%)	*48,2%*	*48,6%*	*-0,4 p.p.*	*49,4%*	*49,1%*	*+0,4 p.p.*
EBITDA	253.705	92.935	173,0%	522.321	260.713	100,3%
Margem EBITDA (%)	*29,8%*	*12,7%*	*+17,1 p.p.*	*20,5%*	*11,5%*	*+9,1 p.p.*
EBITDA Ajustado	120.987	92.935	30,2%	310.831	260.713	19,2%
Margem EBITDA Ajuste (%)	*14,2%*	*12,7%*	+1,5 p.p.	*12,2%*	*11,5%*	+0,8 p.p.
Lucro Líquido	171.216	122.891	39,3%	339.162	148.748	128,0%
Margem Líquida (%)	*20,1%*	*16,8%*	*+3,3 p.p.*	*13,3%*	6,5%	+6,8 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	63.653	122.891	-48,2%	150.840	148.748	1,4%
Margem Líquida Ajustada	*7,5%*	*16,8%*	*-9,4 p.p.*	5,9%	6,5%	-0,6 p.p.
Dívida Líquida Ajustada[4]	136.378	751.272	-81,8%	136.378	751.272	-81,8%
Dívida Líquida Ajustada[4]/EBITDA LTM	+0,4x	+2,9x	-2,4x	+0,4x	+2,9x	-2,4x
Fluxo de Caixa Operacional	156.837	148.992	5,3%	148.559	103.976	42,9%
FCO/EBITDA	+0,6x	+1,6x	-1,0x	+0,3x	+0,4x	-0,1x
Número Total de Lojas	210	192	9,4%	210	192	9,4%
Número de Lojas G5	43	16	168,8%	43	16	168,8%
Omnichannel (% Vendas 1P da Companhia)	10,9%	8,3%	+2,6 p.p.	10,9%	6,7%	4,2 p.p.

[1] Receita bruta excluindo devolução de mercadorias; [2] SSS ou Same Store Sales significa a variação da nossa receita considerando apenas lojas que estavam abertas nos meses dos dois períodos analisados. No caso da Plataforma digital, é a variação da receita de venda de mercadorias do canal digital, incluindo *marketplace*; [3] GMV ou *Gross Merchandise Value*: receita de venda de mercadorias do canal digital, incluindo *marketplace*; [4] Dívida líquida ajustada é calculada como dívida líquida bancária + recebíveis antecipados + parcelamentos tributários.

Desempenho Operacional





Metragem (000 m²)	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Loja G5	19,5	19,5	25,5	32,3	51,0
Loja Tradicional	170,1	170,1	166,5	162,4	160,3
Total	189,5	189,5	192,0	194,7	211,3

Desempenho Financeiro

Receita Líquida - com e sem efeito IFRS 16

Em R$ mil	4T19	4T18	Variação (%)	2019	2018	Variação (%)
Lojas físicas	709.018	612.588	15,7%	2.105.653	1.912.200	10,1%
Plataforma Digital	142.691	117.123	21,8%	439.769	362.857	21,2%
Receita Líquida	**851.709**	**729.711**	**16,7%**	**2.545.422**	**2.275.057**	**11,9%**

Consolidado: Registramos crescimento de quase 17% na Receita Líquida no Trimestre e 12% no ano. Houve incremento de vendas tanto nas **lojas físicas** quanto na **plataforma digital**. Plataforma Digital: A plataforma Digital cresceu 21,8% na comparação com o 4T18, saindo de R$117,1 milhões para R$142,7 milhões no 4T19. No ano de 2019 houve crescimento de 21,1%, totalizando R$362,9 milhões. O GMV foi de +31,5% (+4T19 e de +27,4% no ano (+30,4% Ex-Copa). Esse crescimento é explicado principalmente pelo contínuo avanço do *omnichannel* e, em menor escala, pelo crescimento do marketplace, que cresceu 151% no 4T19 e 119% em 2019. **Lojas Físicas:** As lojas físicas apresentaram crescimento de 15,7% em relação ao último trimestre do ano passado, saindo de R$612,9 milhões no 4T18 para R$709,0 milhões no 4T19. No ano, o avanço total foi de 10,1%, atingindo R$2.105,7 milhões. As 18 novas lojas adicionadas à rede entre 4T18 e 4T19 foram as principais impulsionadoras da receita, enquanto o SSS de +8,9% no 4T19 e +7,4% nos 12M19 (Ex-Copa) pode ser explicado principalmente pelo aumento das vendas via estoque estendido, o "Mega-Loja" e pela performance das lojas G5 reformadas e inauguradas a mais de um ano.

Lucro Bruto - com e sem efeito IFRS 16

Em R$ mil	4T19	4T18	Variação (%)	2019	2018	Variação (%)
Lucro Bruto	**410.354**	**354.392**	**15,8%**	**1.258.612**	**1.115.933**	**12,8%**
Margem Bruta (%)	*48,2%*	*48,6%*	*-0,4 p.p.*	*49,4%*	*49,1%*	*+0,4 p.p.*

A queda de margem bruta no trimestre é explicada por um aumento de mark-down e por uma baixa pontual de insumos obsoletos para personalização de camisas de futebol no valor de R$4,5milhões. No ano, o aumento de margem é explicado pelo aumento do share de vestuário e a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Dessa forma, apresentamos evolução de 15,8% no Lucro Bruto, que saiu de R$354,4 milhões no 4T18 para R$410,4 milhões no 4T19, com uma margem bruta de 48,2%. No acumulado, o Lucro Bruto atingiu R$1.258,6 milhões, evolução de 12,8% em relação ao ano anterior.

Despesas Operacionais - com efeito IRFS 16

Em R$ mil	4T19	4T18	Variação (%)	2019	2018	Variação (%)
Despesas Operacionais	**(111.415)**	**(261.457)**	**-57,4%**	**(585.632)**	**(855.220)**	**-31,5%**
VG&A	(412.860)	(265.497)	55,5%	(979.280)	(857.923)	7,0%
Outras receitas operacionais líquidas	301.445	4.040	7.361,5%	393.648	2.703	2.535,7%
VG&A % da receita líquida	*48,5%*	*36,4%*	*+12,1 p.p.*	*38,5%*	*37,7%*	*0,8 p.p.*
% da receita líquida	*13,1%*	*35,8%*	*-22,7 p.p.*	*23,0%*	*37,6%*	*-14,6 p.p.*

*As despesas operacionais detalhadas acima são reportadas excluindo-se Despesas com Depreciações e Amortizações.

Despesas Operacionais - sem efeito IFRS 16

Em R$ mil	4T19 (Ex-IFRS 16)	4T18	Variação (%)	2019 (Ex-IFRS 16)	2018	Variação (%)
Despesas Operacionais	**(156.649)**	**(261.457)**	**-40,1%**	**(736.291)**	**(855.220)**	**-13,9%**
VG&A	(458.096)	(265.497)	72,5%	(1.129.939)	(857.923)	31,7%
Outras receitas operacionais líquidas	301.447	4.040	7.361,6%	393.648	2.703	n.a.
VG&A % da receita líquida	*53,8%*	*36,4%*	*+17,4 p.p.*	*44,4%*	*37,7%*	*+6,7 p.p.*
% da receita líquida	*18,4%*	*35,8%*	*-17,4 p.p.*	*28,9%*	*37,6%*	*-8,7 p.p.*

*As despesas operacionais detalhadas acima são reportadas excluindo-se Despesas com Depreciações e Amortizações.

Excluindo os efeitos da aplicação do IFRS 16, apresentamos uma redução de 40,1% nas Despesas Operacionais, de R$ 261,5 milhões no 4T18, para R$ 156,7 milhões no 4T19. No acumulado do ano, reduzimos as Despesas Operacionais em 13,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior. **Despesas VG&A:** O aumento do VG&A é explicado pelos efeitos não-recorrentes mencionados na seção de Destaques Financeiros. Excluindo esses efeitos, o aumento das despesas VG&A foi de 13,9% no 4T19 e 13,8% em 2019. No trimestre, esse aumento é explicado por cerca de R$9 Milhões em despesas com lojas abertas no trimestre ou pré-operacionais, pela baixa de R$7 Milhões em ativos imobilizados decorrentes das reformas e pelo projeto RFID. **Outras receitas operacionais líquidas:** Excluindo os efeitos não recorrentes, as outras receitas atingiram R$13,0 milhões no 4T19 e R$28,9 milhões em 2019, ambos explicados pela contribuição de nossos parceiros para o Capex das lojas G5.

EBITDA

EBITDA - com efeito IFRS 16

Em R$ mil	4T19	4T18	Variação (%)	2019	2018	Variação (%)
Lucro Líquido	**163.628**	**122.891**	**33,1%**	**309.727**	**148.748**	**108,2%**
(+) Imposto de renda e CSS	(70.519)	74.028	**n.a.**	(97.587)	60.531	**n.a.**
(+) Resultado financeiro líquido	(22.553)	(23.877)	5,5%	(61.377)	(91.730)	33,1%
(+) Depreciação e amortização	(42.239)	(20.195)	109,2%	(204.289)	(80.766)	152,9%
(=) EBITDA	**298.939**	**92.935**	**221,7%**	**672.980**	**260.713**	**158,1%**
Margem EBITDA	**35,1%**	**12,7%**	***+22,4 p.p.***	**26,4%**	**11,5%**	***+15,0 p.p.***

EBITDA - sem efeito IFRS 16

Em R$ mil	4T19 (Ex-IFRS 16)	4T18	Variação (%)	2019 (Ex-IFRS 16)	2018	Variação (%)
Lucro Líquido	**171.216**	**122.891**	**39,3%**	**339.162**	**148.748**	**128,0%**
(+) Imposto de renda e CSS	(87.521)	74.028	**n.a.**	(114.589)	60.531	**n.a.**
(+) Resultado financeiro líquido	28.941	(23.877)	n.a.	22.547	(91.730)	n.a.
(+) Depreciação e amortização	(23.909)	(20.195)	18,4%	(91.117)	(80.766)	12,8%
(=) EBITDA	**253.705**	**92.935**	**173,0%**	**522.321**	**260.713**	**100,3%**
Margem EBITDA	**29,8%**	**12,7%**	***+17,1 p.p.***	**20,5%**	**11,5%**	***+9,0 p.p.***

Nosso EBITDA (ex-IRFS) atingiu R$253,7 milhões no 4T19, crescendo 173,0% em relação aos R$92,9 milhões registrados no 4T18. A Margem EBITDA (Ex-IFRS) do 4T19 atingiu 29,8%, 17,1 p.p. superior aos 12,7% apresentados no mesmo período do ano passado. No ano, o EBITDA (Ex-IFRS) avançou de R$260,7 milhões em 2018 para R$522,3 milhões em 2019, um crescimento de 100,3%, e a margem EBITDA (Ex-IFRS) do ano foi 20,5%, incremento de 9,0 p.p. em relação a 2018. Desconsiderando os efeitos não recorrentes mencionados na seção de Destaques Financeiros, o EBITDA (ex-IFRS) no 4T19 seria R$121,0 milhões no 4T19 (+30,2% a/a), resultando em uma margem EBITDA de 14,2%, 1,5 p.p. superior a 4T18. No ano, o EBITDA (ex-IFRS) seria de R$310,8 milhões (+19,2% a/a), resultando em uma margem EBITDA de 12,2%, uma melhora de 0,8 p.p.

Resultado Financeiro - com efeito IFRS 16

Em R$ mil	4T19	4T18	Variação (%)	2019	2018	Variação (%)
Receitas Financeiras	145.642	15.168	860,2%	217.799	60.992	257,1%
Despesas Financeiras	(168.195)	(39.045)	330,8%	279.176	152.722	82,8%
Resultado Financeiro líquido	**(22.553)**	**(23.877)**	**5,5%**	**(61.377)**	**(91.730)**	**33,1%**

Resultado Financeiro - sem efeito IFRS 16

Em R$ mil	4T19 (Ex-IFRS 16)	4T18	Variação (%)	2019 (Ex-IFRS 16)	2018	Variação (%)
Receitas Financeiras	145.642	15.168	860,2%	217.799	60.992	257,1%
Despesas Financeiras	(116.701)	(39.045)	198,9%	(195.252)	(152.722)	27,8%
Resultado Financeiro líquido	**28.941**	**(23.877)**	**n.a.**	**22.547**	**(91.730)**	**n.a.**

A Companhia apresentou Resultado Financeiro (Ex-IFRS) de R$ 28,9 milhões no 4T19 e R$ 22,5 milhões em 2019.

Excluindo os efeitos não-recorrentes mencionados na seção de Destaques Financeiros, o resultado financeiro (Ex-IFRS) do 4T19 foi de -R$1,3 milhões e de -R$52,4 milhões no ano. Redução explicada pela desalavancagem da companhia.

Lucro (Prejuízo) Líquido - com efeito IFRS 16

Em R$ mil	4T19	4T18	Variação (%)	2019	2018	Variação (%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	**163.628**	**122.891**	**33,1%**	**309.727**	**148.748**	**108,2%**
Margem Líquida	19,2%	16,8%	+2,4 p.p.	12,2%	6,5%	+5,6 p.p.
Lucro por ação	0,83	0,80	3,8%	1,59	0,97	63,9%

Lucro (Prejuízo) Líquido - sem efeito IFRS 16

Em R$ mil	4T19 (Ex-IFRS 16)	4T18	Variação (%)	2019 (Ex-IFRS 16)	2018	Variação (%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	**171.216**	**122.891**	**39,3%**	**339.162**	**148.748**	**128,0%**
Margem Líquida	20,1%	16,8%	+3,3 p.p.	13,3%	6,5%	+6,8 p.p.
Lucro por ação	0,85	0,80	6,3%	1,73	0,97	78,4%

Reportamos avanço no Lucro Líquido Ex-IRFS 16, saindo de R$ 122,9 milhões no 4T18 para R$ 171,2 milhões no 4T19. Em 2019, o Lucro Líquido Ex-IRFS 16 totalizou R$339,2 milhões, um aumento de 128,0% em relação a 2018.

Excluindo os efeitos não recorrentes, o Lucro Líquido Ex-IFRS 16, foi de R$63,7 milhões no 4T19 (-48,2% a/a) e de R$150,8 em 12M19 (+1,4% a/a). No 4T18, reconhecemos um valor relevante de IR diferido de anos anteriores.

Capital de Giro Liquido

Capital de Giro (ajustado por antecipação de recebíveis)

Em R$ mil	31/12/19	31/12/18	Variação (%)	31/12/19 (Ex-IFRS 16)	Variação (%)
Contas a receber (ajustado)

CENTAURO

GRUPO SBF S.A.

CNPJ: 13.217.485/0001-11

continuação

Relatório da Administração

Em R$ mil	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019 (Ex-IFRS 16)
Passivo	**3.933.727**	**1.798.300**	**2.848.758.**
Circulante	**1.093.629**	**931.553**	**1.023.672.**
Fornecedores	661.010	544.441	661.010
Empréstimos e financiamentos	27.037	94.658	27.037
Obrigações tributárias	66.228	61.684	86.776
Impostos parcelados	60.420	62.679	60.420
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	151.318	140.727	151.318
Arrendamentos a pagar	94.573	–	–
Outras contas a pagar	33.043	27.364	37.111
Não Circulante	**1.671.434**	**675.283**	**626.987**
Empréstimos e financiamentos	7.553	263.967	7.553.
Impostos parcelados	135.771	146.875	135.771.
Adiantamento para futuro aumento de capital	499	–	499.
Provisões para contencioso	472.364	254.461	472.364.
Arrendamentos a pagar	1.055.247	–	–
Mútuos a pagar	–	9.980	–
Outras contas a pagar	–	–	10.800.
Patrimônio Líquido	**1.168.664**	**191.464**	**1.198.099.**
Capital social	955.277	302.781	955.277.
Reservas de capital	171.444	156.445	171.444.
Reservas de incentivo	43.079	–	73.018
Prejuízos acumulados	(1.136)	(267.762)	(1.640).

Fluxo de Caixa

Em R$ mil	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do período	309.727	148.748.
Ajustado por: Depreciação e amortização	216.157	84.738.
Juros	41.868	73.921.
Pagamento baseado em ações	14.992	2.708.
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	9.828	7.911.
Baixa depósitos judiciais	22.426	–
Reversão de impairment de ativo imobilizado	–	(1.066).
Provisão para obsolescência do estoque	26.088	18.720.
Ajuste a valor presente, líquido	2.105	2.668.
Juros sobre arrendamento mercantil	90.539	–
Constituição líquida de provisão para contencioso	241.532	17.562.
Reconhecimento de PIS e COFINS na base do ICMS	(577.801)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.682	(64.492).
	452.143	**291.418**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	(528.842)	(7.623).
Estoques	(119.733)	(34.700).

Em R$ mil	31/12/2019	31/12/2018
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	(41.801)	(3.545).
Outras contas a receber	8.989	(9.905).
Depósitos judiciais	(8.963)	(13.110)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	139.100	39.400
Obrigações tributárias	59.896	(16.297)
Parcelamentos de tributos	(19.774)	17.770
Contingências pagas	(23.629)	(15.197)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10.591	14.187
Juros pagos sobre financiamentos	(14.119)	(34.762)
Outras contas a pagar	5.679	(25.371)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.905)	(3.961).
Variação nos ativos e passivos:	**(575.511)**	**(93.114)**
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(123.368)**	**198.304**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	(73.921)	(50.365).
Adições no intangível	(45.036)	(38.387).
Aquisição de controladora líquido do caixa recebido	7	–
Diminuição (aumento) de aplicações financeiras	–	2.822
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(118.950)**	**(85.930)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	19.032	25.984
Empréstimos e financiamentos pagos	(355.661)	(45.606)
Arrendamentos pagos	(201.333)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	499	–
Partes relacionadas - Outras contas a pagar	(10.203)	–
Gastos com emissões de ações	(55.414)	–
Aumento de capital	707.888	–
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	**104.808**	**(19.622)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(137.510)	92.752
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	242.818	150.066.
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	105.308	242.818.

Demonstração de Resultados

Com efeito do IFRS 16

Em R$ mil	4T19	4T18	Variação (%)	2019	2018	Variação (%)
Receita líquida	851.709	729.710	16,7%	2.545.422	2.275.057	11,9%
Custo das vendas	(441.355)	(375.318)	17,6%	(1.286.810)	(1.159.124)	11,0%
Lucro bruto	**410.354**	**354.392**	**15,8%**	**1.258.612**	**1.115.933**	**12,8%**
Despesas operacionais	**(111.415)**	**(261.457)**	**-57,4%**	**(585.632)**	**(855.220)**	**-31,5%**
Despesas de vendas	(214.863)	(214.325)	0,3%	(690.182)	(717.744)	-3,8%
Despesas administrativas e gerais	(197.997)	(51.172)	286,9%	(289.098)	(140.179)	106,2%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	301.445	4.040	n.a.	393.648	2.703	n.a.
Depreciação e amortização	(42.239)	(20.195)	109,2%	(204.289)	(80.766)	152,9%
Lucro operacional	**256.700**	**72.740**	**252,9%**	**468.691**	**179.947**	**160,5%**
Receitas financeiras	145.642	15.168	860,2%	217.799	60.992	257,1%
Despesas Financeiras	(168.195)	(39.045)	330,8%	(279.176)	(152.722)	82,8%
Resultado financeiro líquido	**(22.553)**	**(23.877)**	**5,5%**	**(61.377)**	**(91.730)**	**33,1%**
Lucro antes dos impostos	**234.147**	**48.863**	**379,2%**	**407.314**	**88.217**	**361,7%**
Imposto de renda e contribuição social	(70.519)	74.028	n.a.	(97.587)	60.531	n.a.
Lucro líquido do exercício	**163.628**	**122.891**	**33,1%**	**309.727**	**148.748**	**108,2%**

Sem efeito do IFRS 16

Em R$ mil	4T19 (Ex-IFRS 16)	4T18	Variação (%)	2019 (Ex-IFRS 16)	2018	Variação (%)
Receita líquida	851.709	729.710	16,7%	2.545.422	2.275.057	11,9%
Custo das vendas	(441.355)	(375.318)	17,6%	(1.286.810)	(1.159.124)	11,0%
Lucro bruto	**410.354**	**354.392**	**15,8%**	**1.258.612**	**1.115.933**	**12,8%**
Despesas operacionais	**(156.649)**	**(261.457)**	**-40,1%**	**(736.291)**	**(855.220)**	**-13,9%**
Despesas de vendas	(120.693)	(214.325)	-43,7%	(695.196)	(717.744)	-3,1%
Despesas administrativas e gerais	(337.403)	(51.172)	559,4%	(434.743)	(140.179)	210,1%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	301.447	4.040	n.a.	393.648	2.703	n.a.
Depreciação e amortização	(23.909)	(20.195)	18,4%	(91.117)	(80.766)	12,8%
Lucro operacional	**229.796**	**72.740**	**215,9%**	**431.204**	**179.947**	**139,6%**
Receitas financeiras	145.642	15.168	860,2%	217.799	60.992	257,1%
Despesas Financeiras	(116.701)	(39.045)	198,9%	(195.252)	(152.722)	27,8%
Resultado financeiro líquido	**28.941**	**(23.877)**	**n.a.**	**22.547**	**(91.730)**	**n.a.**
Lucro antes dos impostos	**258.737**	**48.863**	**429,5%**	**453.751**	**88.217**	**414,4%**
Imposto de renda e contribuição social	(87.521)	74.028	n.a.	(114.589)	60.531	n.a.
Lucro líquido do exercício	**171.216**	**122.891**	**39,3%**	**339.162**	**148.748**	**128,0%**

Contatos RI: +55 (11) 2110-3802 | ri@centauro.com.br
José Salazar - *CFO e IRO*
Daniel Regensteiner - *Diretor de Tesouraria e de Relações com Investidores*
Luna Romeu - *Coordenadora de Relações com Investidores*

Sobre a Centauro: Somos a maior varejista de artigos esportivos do Brasil e da América Latina. Por meio de *nossa plataforma omnichannel*, buscamos oferecer excelência no atendimento a nossos consumidores tanto na loja física quanto em nossa plataforma digital. *Disclaimer:* As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	18	377	105.308	242.818
Contas a receber	9	36.120	78.464	586.449	84.313
Tributos a compensar	10	2	4	362.388	104.680
IR e CS a compensar		40	–	54.890	20.256
Estoques	11	–	–	428.544	334.899
Outras contas a receber		–	424	22.997	31.987
Total do ativo circulante		**36.180**	**79.269**	**1.560.576**	**818.953**
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras		–	–	536	536
Tributos a compensar	10	–	–	336.229	18.626
Ativo fiscal diferido	12	8.286	–	222.646	288.218
AFAC, na controlada	13	668.335	–	–	–
Depósitos judiciais	14	36	70	105.288	118.751
Outros ativos a receber		–	–	625	625
Total do realizável a longo prazo		**676.657**	**70**	**665.324**	**426.756**
Investimento	15	803.720	410.687	–	–
Imobilizado	16	–	–	452.439	448.019
Intangível	17	9	18	117.585	104.572
Direito de uso	18	–	–	1.137.803	–
Total do ativo não circulante		**1.480.386**	**410.775**	**2.373.151**	**979.347**
Total do ativo		**1.516.566**	**490.044**	**3.933.727**	**1.798.300**

Passivo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Passivo circulante					
Fornecedores	19	19	5	661.010	544.441
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	27.037	94.658
Obrigações tributárias		81	179	66.228	61.684
Impostos parcelados	21	–	–	60.420	62.679
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	289	189	151.318	140.727
Passivos a descoberto em controladas	15	297.521	216.630	–	–
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	13	48.357	84.423	–	–
Arrendamentos a pagar	18	–	–	94.573	–
Outras contas a pagar		–	2	33.043	27.364
Total do passivo circulante		**346.267**	**301.428**	**1.093.629**	**931.553**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	7.553	263.967
Impostos parcelados	21	–	–	135.771	146.875
AFAC		499	–	499	–
Provisões para contencioso	14	–	–	472.364	254.461
Arrendamentos a pagar	18	–	–	1.055.247	–
Mútuos a pagar	13	–	19	–	9.980
Total do passivo não circulante		**499**	**19**	**1.671.434**	**675.283**
Patrimônio líquido	23				
Capital social		955.277	302.781	955.277	302.781
Reservas de capital		171.444	156.445	171.444	156.445
Reservas de Lucros		43.079	–	43.079	–
Prejuízos acumulados		–	(270.629)	–	(270.629)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**1.169.800**	**188.597**	**1.169.800**	**188.597**
Participações de acionistas não controladores	23	–	–	(1.136)	2.867
Total do patrimônio líquido	23	**1.169.800**	**188.597**	**1.168.664**	**191.464**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.516.566**	**490.044**	**3.933.727**	**1.798.300**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores								
	Capital social	Agio na emissão de ações	Reservas de capital Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reservas de lucro Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (consolidado)
Saldos em 01 de Janeiro de 2018	300.033	–	155.737	–	–	(417.780)	38.738	–	40.008
Pagamento baseado em ações	–	–	2.708	–	–	–	2.708	–	2.708
Aumento capital - pagamento baseado em ações	2.748	–	(2.748)	–	–	–	–	–	–
Aumento de participação em controladas indiretas	–	–	–	–	–	68	68	(68)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	147.093	147.093	1.655	148.748
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**302.781**	**155.101**	**1.344**	–	–	**(270.629)**	**188.597**	**2.867**	**191.464**
Aumento de capital	705.101	–	–	–	–	–	705.101	–	705.101
Pagamento baseado em ações	–	–	14.992	–	–	–	14.992	–	14.992
Integralização do AFAC	2.787	–	–	–	–	–	2.787	–	2.787
Efeito incorporação NAOMI Participações S.A.	–	7	–	–	–	–	7	–	7
Aumento de participação em controladas diretas	–	–	–	–	–	3.537	3.537	(3.537)	–
Gastos com emissões de ações	(55.392)	–	–	–	–	–	(55.392)	(22)	(55.414)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	310.171	310.171	(444)	309.727
Constituição de reserva	–	–	–	–	15.509	27.570	(43.079)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**955.277**	**155.108**	–	**16.336**	**15.509**	**27.570**	–	**1.169.800**	**(1.136)**	**1.168.664**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Grupo SBF S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras do Grupo SBF relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas, denominadas em conjunto "Grupo", "Grupo SBF" ou "Companhia". Em 15 de abril de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das ações, para serem negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 sob o código de negociação "CNTO3". O Grupo SBF e suas controladas diretas e indiretas, individualmente, ou em conjunto ("Companhia" ou "Consolidado") tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, roupas, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, assim como prestação de serviço logístico. Canais de venda: • Rede física representada por 210 lojas (192 lojas em 2018); e • E-comércio eletrônico através do site centauro.com.br. Centros de distribuição: • Extrema - Minas Gerais; • Jarinu - São Paulo; • João Pessoa - Paraíba; • Duque de Caxias - Rio de janeiro; • Itajaí - Santa Catarina.

2. Reorganização societária ocorrida em 2019

Naomi Participações S.A. ("Naomi"): A empresa Naomi era acionista não controladora da Companhia detendo 36,03% de participação. Em 23 de março de 2019 foi decidida a incorporação reversa da Naomi Participações S.A., com conversão do acervo patrimonial para a Companhia, nos termos do protocolo e justificação de incorporação, avaliado a valor contábil na data base de 31 de dezembro de 2018, conforme laudo emitido em 23 de fevereiro de 2019. Em função desta incorporação reversa, a Companhia recebeu o acervo líquido de R$ 7 correspondente ao valor do acervo líquido da empresa incorporada.

Ativo	
Créditos a recuperar	36
Total	**36**
Passivo	
Obrigações fiscais	29
Total	**29**
Total acervo líquido	**7**

3. Empresas do grupo

	Participação societária Direta 31/12/2019	Direta 31/12/2018	Indireta 31/12/2019	Indireta 31/12/2018	
Controladora					**Atividade**
Grupo SBF S.A.	–	–	–	–	Holding
Controladas					
SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	99,85%	99,85%	–	–	Comércio varejista
Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	–	–	99,99%	99,99%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	99,00%	99,00%	–	–	Serviços logísticos
Pine Administradora de Bens e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	–	–	Empreendimentos e participações
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equipamento e Acessórios Ltda.	–	–	99,99%	99,99%	Comércio esportivo
Store Engenharia e Instalações Ltda.	99,00%	99,00%	–	–	Serviços de engenharia

As principais informações sobre cada uma das empresas que compõe as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 15.

4. Base de preparação

4.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 18 de março de 2020. Esse é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC06 (R2)/IFRS16 - Arrendamentos foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***a. Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 18** - Arrendamentos. ***b. Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas e relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período dos próximos 12 meses estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 12** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados; • **Nota 14** - Reconhecimento e mensuração de provisão para contencioso: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Nota 16** - Teste de redução ao valor recuperável dos ativos instalados em lojas: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis. *Mensuração do valor justo:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 29** - Instrumentos financeiros. • **Nota explicativa 24** - Transações de pagamentos baseadas em ações.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

5.1. ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro: A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. **5.2. Arrendamento:** A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, que não impacta em lucros e prejuízos acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. O montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar trazidos ao valor presente. ***(a) Definição de arrendamento:*** Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento. Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados após o início do 1º de janeiro 2019. ***(b) Como arrendatário:*** Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. *i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17:* Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados: • Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial; e • Ajustado pelo valor de qualquer valor de arrendamento antecipado ou a pagar relacionado a esse arrendamento. A Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular: – não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; – não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); – excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e – utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. ***(c) Impacto nas demonstrações financeiras:*** *(i) Impacto na transição:* Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo:

Ativos de direito de uso	Nota	31/12/2019	01/01/2019 (Adoção inicial)
Imóveis	18	1.132.892	923.424
Veículos	18	4.911	1.562
		1.137.803	**924.991**

Passivos de arrendamento	Nota	31/12/2019	01/01/2019 (Adoção inicial)
Arrendamento a pagar	18	1.149.820	924.991
			01 de Janeiro de 2019
Em milhares de reais			
Contratos de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018, divulgado conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 nas demonstrações financeiras consolidadas			1.067.786
Descontos usando a taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019			927.030
Passivos de arrendamento financeiro reconhecidos em 31 de dezembro - de 2018			–
Isenção para reconhecimento de arrendamentos de ativos de baixo valor e que possuem - o prazo de arrendamento de 12 meses, ou menos, na transição			(2.039)
Passivos de arrendamento reconhecidos em 1º de janeiro de 2019			924.991

Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:

	Nota	31/12/2019
Despesa de depreciação	27	114.231
Juros sobre os arrendamentos - AVP	28	83.924

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada por vencimento esta descrita na nota explicativa 18. A Companhia possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos de 10 a 25 anos e opção de renovação. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados anualmente de acordo com os índices contratuais de mercado. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas líquidas	26	–	–	2.545.422	2.275.057
Custo das vendas	26	–	–	(1.286.810)	(1.159.124)
Lucro bruto		**–**	**–**	**1.258.612**	**1.115.933**
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	27	–	–	(846.498)	(769.039)
Despesas administrativas e gerais	27	(7.039)	(1.790)	(337.071)	(169.650)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		(14.971)	40	393.648	2.703
Resultado com equivalência patrimonial	15	323.915	148.834	–	–
Lucro operacional		**301.905**	**147.084**	**468.691**	**179.947**
Receitas financeiras	28	8	23	217.799	60.992
Despesas financeiras	28	(28)	(24)	(279.176)	(152.722)
Despesas financeiras líquidas		**(20)**	**(1)**	**(61.377)**	**(91.730)**
Lucro antes dos impostos		**301.885**	**147.083**	**407.314**	**88.217**
IR e CS - Corrente	12	–	–	(42.905)	(3.961)
IR e CS - Diferido	12	8.286	–	(54.682)	64.492
Lucro líquido do exercício		**310.171**	**147.083**	**309.727**	**148.748**
Acionistas controladores		310.171	147.083	310.171	147.083
Acionistas não controladores		–	–	(444)	1.665
		310.171	**147.083**	**309.727**	**148.748**
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia					
Lucro básico por ação (média ponderada)	23			1,59	0,97
Lucro diluído por ação (média ponderada)	23			1,55	0,93

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Acionistas controladores	310.171	147.083	310.171	147.083
Acionistas não controladores	–	–	(444)	1.665
Lucro líquido do exercício	**310.171**	**147.083**	**309.727**	**148.748**
Itens que serão reclassificado para o resultado do exercício em períodos subsequentes	–	–	–	–
Itens que não serão reclassificado para o resultado do exercício em períodos subsequentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do período	**310.171**	**147.083**	**309.727**	**148.748**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	310.171	147.083	309.727	148.748
Lucro líquido do exercício	9	9	216.157	84.738
Ajustado por: Depreciação e amortização	–	–	26.713	40.344
Juros sobre empréstimos	–	–	223	765
Juros sobre contratos de mútuos	–	–	6.411	14.038
Juros sobre pagamentos em atraso	3	3	420	810
Juros sobre atraso de impostos	–	–	8.101	17.964
Resultado de equivalência patrimonial	(323.915)	(148.834)	–	–
Pagamento baseado em ações	14.992	2.708	14.992	2.708
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	–	–	9.828	7.911
Baixa depósitos judiciais	–	–	22.426	–
Reversão de impairment - ativo imobilizado	–	–	–	(1.066)
Provisão para obsolescência do estoque	–	–	26.088	18.720
Ajuste a valor presente, líquido	–	–	2.105	2.668
Juros de arrendamento mercantil	–	–	90.539	–
Constituição líquida de provisão para contencioso	–	–	241.532	17.562
Reconhecimento de PIS e COFINS na base do ICMS	–	–	(577.801)	–
IR e CS diferidos	(8.286)	–	54.682	(64.492)
	(7.029)	**969**	**452.143**	**291.418**
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	42.344	(14.865)	(528.842)	(7.623)
Estoques	–	–	(119.733)	(34.700)
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	(38)	15	(41.801)	(3.545)
Outras contas a receber	424	(423)	8.989	(9.905)
Depósitos judiciais	34	(2)	(8.963)	(13.110)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	14	5	139.100	39.400
Obrigações tributár

CENTAURO
GRUPO SBF S.A.
CNPJ: 13.217.485/0001-11

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

6. Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação: A Companhia controla uma empresa quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controlada, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na controlada na participação da Companhia nessa investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas. ***Descrição dos principais procedimentos de consolidação:*** (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada; (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas. **b. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. **c. Ajuste a valor presente:** E reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. O ajuste a valor presente foi reconhecido nas transações de contas a receber (nota explicativa 9) e fornecedores (nota explicativa 19), tendo como contrapartida a receita líquida e estoques, respectivamente. O desconto a valor presente foi reconhecido como receita financeira e despesa financeira, respectivamente (nota explicativa 28). **d. Lucro por ação:** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas. Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Controladora, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação. **e. Subvenção Governamental:** A Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos Estado de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos Estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e não reconhecidas no resultado como deduções de vendas. Os investimentos possuem prazo para contraprestação, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas do grupo nesses Estados. **f. Receitas e despesas com fretes:** As receitas com fretes cobrados de clientes no envio de mercadorias adquiridas no canal de e- commerce são reconhecidas como receitas na rubrica de serviços prestados. Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo dos produtos vendidos. **g. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos, AVP - ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), AVP - ajuste a valor presente sobre fornecedores, juros sobre impostos parcelados e atualizações monetárias de provisões para contencioso. Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. **h. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissão quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários. ***Transações de pagamento baseado em ações:*** Em setembro de 2013, a Companhia instituiu o pagamento baseado em ações para os seus colaboradores, como contraprestação aos serviços prestados, remunerados por instrumentos de patrimônio líquido (opções de compra), regulados por contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações para cada beneficiário. Em 22 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2015 ("Programa 2015"). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2016 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programa 2016"). No dia 20 de setembro de 2019 foi aprovado o primeiro plano de compra de ações de 2019 e no dia 05 de novembro de 2019 o segundo plano de 2019 ("Programa 2019"). O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). **i. Impostos de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. As empresas do Grupo SBF são tributadas com base no lucro real conforme legislação vigente. ***Imposto corrente:*** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber em relação a anos anteriores. Este é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. ***Imposto diferido:*** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. **j. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos da Companhia é constituída através do histórico de perdas reais a nível de loja, grupo de produtos e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as empresas incluídas nas demonstrações consolidadas. Se o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente. **k. Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. ***Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos sejo auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas são as seguintes: Benfeitoria em imóveis de terceiros: 20 anos; Móveis e utensílios: 10 anos; Máquinas, equipamentos e ferramentas: 10 anos; Computadores e periféricos: 5 anos; Veículos: 5 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **l. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Não representa os valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. Os softwares referem-se aos gastos com licença do sistema de gestão empresarial. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas são as seguintes: Fundo de Comércio: Conforme contrato; Softwares e aplicativos: 5 anos; Marcas e patentes - 10 anos. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. **m. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **n. CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com clientes:** O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando e como uma receita é reconhecida. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento continuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional pode ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. **• Venda de mercadorias no varejo:** A Companhia opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. **• Venda de mercadorias através do e-commerce:** A Companhia opera também o e-commerce por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. **• Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Informações adicionais sobre as principais contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento da receita, estão descritas na Nota Explicativa 25. **o. Segmentos operacionais, informações geográficas de receita:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") da Companhia para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. A Administração entendeu que o CEO e o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinadas a partir das demonstrações financeiras consolidadas. A administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional pois as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil. **p. Instrumentos financeiros:** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(i) Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2019 a Companhia não possuia nenhum instrumento classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são classificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: • Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado. **• Ativos financeiros a custo amortizado** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Quaisquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **• Instrumentos de dívida a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado. **• Instrumentos patrimoniais a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(ii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. ***Passivos financeiros:*** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual for liquidada ou cancelada ou expirar. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *(iii) Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **q. Redução ao valor recuperável (impairment):** ***(i) Ativos financeiros não derivativos - Instrumentos financeiros e ativos contratuais:*** A Companhia apura as perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isto inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada e inclui títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço e outros títulos de dívida e saldos bancários. As provisões para perdas com contas a receber de clientes foram calculadas, porém não constituídas em função da carteira de recebíveis da Companhia ser considerada líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito. Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda de valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor include: - Inadimplência ou atrasos do devedor; - Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não sentiria em condições normais; - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - O desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro por causa de dificuldades financeiras; - Dados observáveis que indicam que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda por redução ao recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGC, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro ao tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor do ágio não são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. **r. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **s. Arrendamentos:** A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente. *Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019:* No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transferiu o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. ***(i) Como arrendatária:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos iniciais diretos incorridos pela arrendatária e uma estimativa de custos a serem incorridos pela arrendatária na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a de ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental de empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental de empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento em decorrência de uma alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia altera sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão, ou se o pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. ***Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019:*** Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na substância do acordo: - o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e - o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes fosse cumprido: - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo; - o comprador tinha a capacidade ou direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção no momento da entrega da produção. *(i) Como arrendatária:* No período comparativo, como arrendatária, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que eram exigíveis e que não incluíam o componente de custo contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo. Os ativos arrendados sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). • IFRS 17 Contratos de Seguro.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixas	–	–	9.038	10.607
Bancos	18	34	12.332	12.511
Aplicações financeiras	–	343	83.968	219.700
	18	377	105.308	242.818

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixas e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, sujeitos a um risco insignificante de contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras de curto prazo que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 87% a 100% (73,00% a 98% em 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Administradora de cartão de crédito (a)	–	–	585.052	87.116
Duplicatas a receber	–	–	8.010	3.083
Partes relacionadas a receber - Empresas do grupo (nota 13)	36.120	78.464	–	–
Subtotal	36.120	78.464	593.062	90.199
Ajuste a valor presente	–	–	12.682	20.482
	36.120	78.464	586.449	84.313

(a) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões de crédito, sendo que a maior parte das operações de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações, em 31 de dezembro de 2019 compõem o saldo de R$ 10.905 (R$ 425.911 em 2018) e foram efetuadas para suprir as necessidades de caixa da Companhia. O valor das comissões sobre as operações de cartão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 28 no montante de R$ 10.765 em 2019 (R$ 29.401 em 31 de dezembro de 2018). O Grupo SBF não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que essa carteira de recebíveis é líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito. Historicamente, a Companhia não apresenta perdas na realização do contas a receber. O saldo apresentado esta Líquido das operações de venda de recebível (desconto). A seguir apresentamos o aging list:

Aging	2019	2018
Vencidos acima de 120 dias	328	600
Vencidos acima de 90 dias	164	75
Vencidos até 90 dias	164	–
Vencidos até 60 dias	37	278
Vencidos até 30 dias	757	559
A vencer até 30 dias	218.907	26.975
A vencer de 31 a 60 dias	122.887	20.482
A vencer de 61 a 90 dias	91.155	8.473
A vencer de 91 a 120 dias	50.463	8.276
A vencer acima de 121 dias	108.200	24.531
Total	**593.062**	**90.199**

10. Tributos a compensar - consolidado

	2019	2018
ICMS (a)	79.949	85.107
PIS (b)	55.482	2.521
COFINS (b)	219.988	11.417
IRRF	931	741
INSS	6.024	4.691
IOF	9	–
ISS	5	–
Ativo circulante	**362.388**	**104.680**
ICMS (a)	13.962	18.626 (*)
PIS (b)	68.512	–
COFINS (b)	350.951	–
(–) Provisão de PIS e COFINS	(97.216)	–
Ativo não circulante	**336.229**	**18.626**
Total a compensar	**698.617**	**123.306**

(a) Os créditos de ICMS foram gerados substancialmente nas apurações correntes da Companhia e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. No terceiro trimestre de 2019 houve uma reversão de R$ 2.825 referente a créditos de apurações reconhecidos em duplicidade no exercício de 2018. (*) Para fins de melhor comparabilidade dos números apresentados, os saldos de R$ 13.913 em 2018, referente ao ICMS a recuperar foram reclassificados. **(b) ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS** - A Companhia e suas controladas ingressaram em 2006 com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da incluído do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017. Em 15 de março de 2017, o STF proferiu decisão favorável ao contribuinte para permitir a exclusão e com base nesse entendimento, a Companhia consultou os seus advogados externos que, para a tese, passaram a classificá-la como êxito provável. Para definição o STF - Supremo Tribunal Federal precisa decidir sobre a modulação dos efeitos da decisão. Não obstante esta necessidade, a Companhia e suas controladas entenderam, com base em outras decisões de modulação proferidas pelo STF - Supremo Tribunal Federal até o presente momento, entendem que não haverá limitação ao direito de restituição de forma retroativa. No

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Compras 01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
SBF Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	(1.976.944)	(1.702.380)
Premier Distribuidor de Vestuário Equipamentos e Acessórios Ltda.	(1.939.488)	(1.671.597)
	(3.916.432)	(3.373.977)

	Vendas 01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
SBF Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	1.939.488	1.671.597
Premier Distribuidor de Vestuário Equipamentos e Acessórios Ltda.	1.976.944	1.702.380
	3.916.432	3.373.977

	Fretes e Carretos 01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
SBF Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	(31.987)	(27.137)
Premier Distribuidor de Vestuário Equipamentos e Acessórios Ltda.	–	–
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	31.387	27.133
Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	–	–
Store Engenharia e Instalações Ltda.	–	–
	–	–

	Aluguéis 01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
SBF Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	28	30
Premier Distribuidor de Vestuário Equipamentos e Acessórios Ltda.	3	–
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	(21)	(20)
Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	–	–
Store Engenharia e Instalações Ltda.	(10)	(10)
	–	–

	Rateio administrativo 01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
SBF Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	(86.641)	(66.063)
Premier Distribuidor de Vestuário Equipamentos e Acessórios Ltda.	33.770	37.727
VBLOG Logística e Transporte Ltda.	47.035	23.058
Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	5.836	5.278
Store Engenharia e Instalações Ltda.	–	–
	–	–

• Locação - A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, comperiodo de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - Despesas		
VBLOG Logística e Transportes	25	23
Store Engenharia e Instalações Ltda.	40	35
SBF Comércio	15.481	13.091
	15.546	13.149

a. *Remuneração ao pessoal-chave da Administração*: A remuneração aos Administradores e realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas": nas demonstrações do resultado.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	5.616	6.034	4.122	5.240
Participação nos lucros	–	5.772	–	4.964
Pagamento baseado em ações	–	10.043	–	75.171
	5.616	21.849	4.122	10.279

(*) Para fins de melhor comparabilidade dos números apresentados, os saldos de R$ 2.503 em 2018, referente ao pagamento baseado em ações foi ajustado.

14. Depósitos judiciais e provisões para contencioso - consolidado

Depósitos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e está discutindo estas questões, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Reversões	Saldo final em 31/12/2019
Depósitos judiciais	68.471	23.941	(13.328)	(11.445)	67.639
Depósitos judiciais - Rendimentos	30.895	3.940	(6.329)	–	28.506
Bloqueio Judicial - Trabalhista	19.385	4.156	(13.458)	(940)	9.143
Total	**118.751**	**32.037**	**(33.115)**	**(12.385)**	**105.288**

As movimentações do saldo de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2018	Adições	Baixas	Reversões	Saldo final em 31/12/2018
Depósitos judiciais	54.927	21.796	(9)	(8.243)	68.471
Depósitos judiciais - Rendimentos	27.809	4.236	–	(1.150)	30.895
Bloqueio Judicial - Trabalhista	22.905	3.677	(5.891)	(1.306)	19.385
Total	**105.641**	**29.709**	**(5.900)**	**(10.699)**	**118.751**

As adições representam novos depósitos judiciais e atualizações monetárias, as baixas representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e os depósitos foram resgatados pela parte contrária que demandaram as ações e as reversões representam os processos onde houve ganho de causa para a Companhia. Dentro das baixas incorridas no exercício, houve um montante de R$ 16.096 de depósitos além de R$ 6.330 de atualização monetária referente a ações de anos anteriores. **Provisões para contencioso:** As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 31/12/2019
Cível/Consumidor (a)	2.679	1.666	(1.742)	(2)	2.601
Trabalhistas (b)	44.234	14.505	(20.731)	(4.046)	33.962
Tributário (c)	207.548	229.409	(1.156)	–	435.801
Total	**254.461**	**245.580**	**(23.629)**	**(4.048)**	**472.364**

As movimentações das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2018	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 31/12/2018
Cível/Consumidor (a)	3.075	2.161	(2.479)	(88)	2.679
Trabalhistas (b)	48.483	12.121	(12.223)	(4.147)	44.234
Tributário (c)	200.538	7.909	(1.899)	–	207.548
Total	**252.096**	**21.797**	**(15.101)**	**(4.235)**	**254.461**

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para a Companhia ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota):

a. ***Processos de natureza cível/consumidor:*** São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui R$ 2.601 (R$ 2.679 em dezembro 2018) do montante discutido em sua carteira de processos cíveis/consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 31.694 (R$ 25.006 em dezembro 2018) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos da Companhia. **b.** ***Processos de natureza trabalhista:*** Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros. Em dezembro de 2019, a Companhia possui R$ 33.962 (R$ 44.234 em dezembro de 2018) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R$ 71.244 (R$ 137.362 em dezembro de 2018) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. **c.** ***Processos de natureza tributária: Processos com risco de perda provável:*** Em dezembro de 2019, o total de débitos tributários que são classificados como perda provável, perfazem o montante de R$ 435.801 (R$ 207.548 em 31 de dezembro de 2018). Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Sobre estes casos, no último trimestre, houve a reavaliação do prognóstico de perda em relação à algumas discussões que no exercício anterior eram classificadas com probabilidade de perda possível no montante de R$ 132.909 de principal além de multa e juros incorridos, com base em novas tendências judiciais e entendimento dos assessores externos passaram a ser classificadas como perda provável. Também há discussão perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre eventuais saídas de mercadorias desacompanhadas de notas fiscais, ocasionada por suposto lapso operacional no momento da coleta em 2005. Há outras discussões acerca da classificação de mercadoria, ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal. *Processos com risco de perda possível:* **Processos Federais:** • Os processos federais em que as empresas do Grupo figuram no polo passivo e ativo (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R$ 310.277 (R$ 256.970 em dezembro de 2018), conforme avaliação dos advogados, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	2019	2018
FGTS (a)	84.832	83.688
PIS/COFINS/RPJ e CSLL (b)	82.071	79.650
IRPJ e CSLL (c)	93.272	26.632
IPI (d)	25.596	24.550
PIS/COFINS (e)	5.114	24.525
IOF (f)	7.105	3.334
INSS (g)	589	571
Outros (h)	11.698	14.028
Total	**310.277**	**256.970**

(a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R$ 84.832 (R$ 83.688 em dezembro 2018). **(b) PIS/COFINS/RPJ e CSLL -** Existem discussões no montante de R$ 7.554 (R$ 7.334 em 2018) referente à eventual falta de pagamento por suposta desconsideração de escrita contábil, bem como a discussão no montante de R$ 26.289 (R$ 26.289 em 2018) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela RFB. Existe também a discussão no montante de R$ 48.228 (R$ 46.027 em 2018) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. **(c) IRPJ e CSLL -** A Companhia discute o montante de R$ 27.583 (R$ 26.569 em 2018), por eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011 a título de incentivos e dos ajustes decorrentes do Fisco. Discute também o montante de R$ 64.590 (Auto de Infração recebido em 2019), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos. Discute-se o montante de R$ 968, referente a divergências apontadas pela Receita Federal em pedidos de compensação, as demais discussões perfazem o montante de R$ 131 (R$ 63 em 2018). **(d) IPI -** Existe discussão no montante de R$ 165 (R$ 164 em 2018) por conta de suposta falta de recolhimento de IPI - Multa por suposto enquadramento incorreto na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados. Em outra discussão relacionada ao IPI sobre produtos importados, baseando-se no princípio da isonomia tributária e em jurisprudências favoráveis, a SBF Comércio não considera devida a cobrança do imposto, em absoluto assim do recolhimento do IPI na venda de produtos importados que já foi recolhido no desembaraço aduaneiro das mercadorias compradas. Existe uma autuação federal em relação ao tema que discute o valor de R$ 25.431 (R$ 24.386 em 2018), a qual está avaliada como possível. Como medida conservadora foi apurado os valores para períodos posteriores ao do auto de infração acima mencionado, não requerendo dessa forma nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2019. O valor apropriado e demonstrado da seguinte forma:

Cálculo sobre risco IPI importação

Data	Principal	Juros	Multa (20%)	Multa (75%)	Risco Mínimo	Risco Máximo
2014 a 2019	44.718	11.687	8.944	33.798	65.349	89.048

(e) PIS/COFINS - Discute-se o montante de R$ 5.114 (R$ 24.525 em dezembro de 2018), referente a divergências apuradas de PIS/COFINS por alegadas faltas de pagamentos e multa pela não homologação de pedidos de compensação, em relação a discussão dos incentivos fiscais dos competências de 2009 a 2011 considerados como subvenção para investimento e possibilidade de dedução da base de cálculo. Parte da discussão foi considerada favorável à Companhia, portanto houve uma redução nos valores em 2019. **(f) IOF -** Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico no montante de R$ 7.105 (R$ 3.334 em 2018), do exercício de 2014. **(g) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária diante de divergência em GFIP, no montante de R$ 589 (R$ 571 em 2018). **(h) Outros -** Discute-se a aplicação de multa por suposta omissão do real adquirente dos bens importados, multa isolada em razão da não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e IPI entre outras discussões, que perfazem o montante de R$ 11.698 (R$ 14.028 em 2018). **Processos Estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados acima mencionados, em dezembro de 2019, a Companhia possui 22,8% (27,4% em dezembro de 2018) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R$ 442.869 (R$ 474.686 em 2018), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelo Fisco.

15. Investimentos e passivo a descoberto em controladas

	2019	2018
SBF Comércio de Produtos Esportivos	803.359	410.687
VBLOG Logística e transportes Ltda.	361	(3.533)
Store Engenharia e Instalações Ltda.	(229.868)	(122.945)
Pine Administração de Bens e Participações Ltda.	(67.653)	(90.152)
Total	**506.199**	**194.057**

Composição	2019	2018
Investimento	803.720	410.687
Passivo a descoberto em controladas	(297.521)	(216.630)
Total	**506.199**	**194.057**

A movimentação dos investimentos no exercício é apresentada a seguir:

Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2017	**45.155**
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	148.834
Outras movimentações	68
Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2018	**194.057**
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	323.915
Gastos com emissões de ações em controlada	(15.310)
Outras movimentações	3.537
Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2019	**506.199**

As demonstrações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Investimento	SBF Comércio de Artigos Esportivos Ltda.*	VBLOG Logística Transporte Ltda.	Store Engenharia e Instalações Ltda.	Pine Administração de Bens e Participações Ltda.*	Total
Ativo	5.147.466	86.907	66.622	6.909	5.307.884
Passivo	4.175.364	84.319	298.812	74.562	4.633.055
Patrimônio líquido	972.084	2.588	(232.190)	(67.653)	674.829
Lucro Intercompany	(167.541)	(2.223)	–	–	–
Participação	99,8578%	99,0000%	99,0000%	99,9999%	–
Resultado	803.359	361	(229.868)	(67.653)	506.199
Lucro (Prejuízo)	436.955	4.620	(108.003)	22.499	356.071
Lucro Intercompany	(31.915)	(686)	–	–	–
Participação	99,8578%	99,0000%	99,0000%	99,9999%	–
Equivalência patrimonial	404.445	3.894	(106.923)	22.499	323.915

(*) Já considera os efeitos de eliminação do lucro nos estoques no cálculo da equivalência patrimonial.

16. Ativo Imobilizado - consolidado

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	2019	2018
Computadores e periféricos	20	108.049	(74.981)	33.068	35.391
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	59.561	(37.862)	21.699	17.500
Móveis e utensílios	10	149.110	(75.913)	73.197	54.706
Veículos	20	5.248	(4.991)	257	514
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	528.752	(204.534)	324.218	339.808
Construções em andamento	(a)	–	–	–	–
		850.720	(398.281)	452.439	448.019

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final em 31/12/2019
Computadores e periféricos	109.999	1.537	(14.232)	10.885	108.049
Máquinas, equipamentos e ferramentas	53.198	2.367	(2.314)	6.310	59.561
Móveis e utensílios	124.602	3.662	(5.694)	26.540	140.110
Veículos	5.854	–	(606)	–	5.248
Benfeitorias em imóveis de terceiros	516.597	4.678	(12.115)	19.592	528.752
Construções em andamento (a)	–	63.327	–	(63.327)	–
Custo do imobilizado	810.210	75.571	(35.061)	–	850.720
Computadores e periféricos	(74.568)	(14.619)	14.169	37	(74.981)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(35.698)	(4.072)	1.909	(1)	(37.862)
Móveis e utensílios	(69.896)	(10.212)	4.170	25	(75.913)
Veículos	(5.240)	(357)	606	–	(4.991)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(176.789)	(32.563)	4.879	(61)	(204.534)
Depreciação	(362.191)	(61.823)	25.733	–	(398.281)
Total do imobilizado líquido	448.019	13.748	(9.328)	–	452.439

(a) O saldo de construções em andamento refere-se aos projetos de lojas que ainda estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas. A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final em 31/12/2018
Computadores e periféricos	101.114	1.685	(1.799)	8.999	109.999
Máquinas, equipamentos e ferramentas	51.558	672	(951)	1.919	53.198
Móveis e utensílios	110.576	235	(3.086)	16.877	124.602
Veículos	5.852	–	–	2	5.854
Benfeitorias em imóveis de terceiros	498.658	1.226	(10.279)	26.992	516.597
Construções em andamento (a)	6.904	47.845	–	(54.749)	–
Custo do imobilizado	774.662	51.663	(16.115)	–	810.210
Computadores e periféricos	(62.682)	(13.646)	1.760	–	(74.568)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(32.276)	(4.239)	636	181	(35.698)
Móveis e utensílios	(62.333)	(9.712)	2.149	–	(69.896)
Veículos	(4.282)	(958)	–	–	(5.240)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(148.593)	(31.742)	3.729	(183)	(176.789)
Depreciação	(310.166)	(60.297)	8.274	(2)	(362.191)
Redução ao valor recuperável	(1.066)	–	1.066	–	–
Impairment	(1.066)	–	1.066	–	–
Total do imobilizado líquido	463.430	(8.634)	(6.775)	(2)	448.019

Avaliação de impairment: Em 31 de dezembro de 2019, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos. A Administração considera cada uma de suas lojas físicas como unidade geradora de caixa (UGC).

17. Intangível consolidado

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Amortização acumulada	2019	2018
Fundo de comércio	Conforme contrato	14.452	(10.955)	3.497	1.951
Software	20	199.163	(85.077)	114.086	102.612
Marcas direito e patente	10	43	(41)	2	9
Desenvolvimento de Software	–	–	–	–	–
		213.658	(96.073)	117.585	104.572

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final em 31/12/2019
Fundo de comércio	13.438	2.500	(1.351)	–	14.452
Software	156.648	438	(21)	42.098	199.163
Marcas direito e patente	46	–	(3)	–	43
Desenvolvimento de Software	–	42.098	–	(42.098)	–
Custo do intangível	169.997	45.036	(1.375)	–	213.658
Fundo de comércio	(11.359)	(982)	65	–	(10.955)
Software	(54.036)	(31.062)	21	–	(85.077)
Marcas direito e patente	(32)	(9)	–	–	(41)
Amortização	(65.425)	(31.523)	875	–	(96.073)
Total do intangível líquido	104.572	13.513	(500)	–	117.585

Conciliação de fluxo de caixa:

	2019	2018
Depreciação de imobilizado	61.823	60.297
Amortização de intangível	31.523	24.441
Depreciação de arrendamento	122.811	–
Total	**216.157**	**84.738**

Despesas de depreciação e amortização na demonstração do fluxo de caixa

Despesa com depreciação - despesas com vendas (nota 27)	136.516	51.295
Despesa com depreciação - despesas administrativas (nota 27)	47.973	29.443
Total	**184.489**	**80.738**

A diferença entre os valores apresentados nas movimentações dos ativos imobilizados, intangíveis e ativo de direito de uso (notas 16, 17 e 18) em relação as despesas com depreciação apresentadas na nota explicativa 27 nos montantes de R$ 11.868 em 2019 (R$ 3.972 em 2018) refere-se aos efeitos de PIS e COFINS que estão sendo apresentados na linha de despesas com impostos na demonstração do resultado do exercício.

18. Operações de arrendamento

A Companhia possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 10 a 25 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia fez um estudo técnico com o auxílio de consultorias externas especializadas e definiu as premissas para os cálculos dos efeitos iniciais, as de taxas de juros para o registro de valor presente, bem como o período de vida útil (com possíveis renovações). No estudo realizado na adoção inicial, foram analisados dois contratos, considerados como arrendamento, que não se enquadraram nas isenções e 248 estavam dentro do escopo (aluguel mínimo fixo), conforme fluxo de avaliação dos contratos desde o início da vigência dos contratos. **Abordagem de transição:** A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada, que não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente. **Impactos no Balanço Patrimonial Ativo de uso:** Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um arrendamento na data do início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado no valor do arrendamento inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer custos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente para a Companhia ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a de ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento. Para contratos com perspectiva de manutenção da operação, foi definido critério para consideração do fluxo esperado consequente da renovação. Desta forma, para contratos em seus últimos 36 meses de vigência, consideram o prazo restante adicionado a mais uma vigência. Ao final de 31 de dezembro de 2019, 248 contratos foram considerados, distribuídos da seguinte forma em seus vencimentos:

Vigência	Quantidade de contratos
Em renovação	21
2021	30
2022	56
2023	13
2024	13
2025	11
2026	10
2026	86
Total contratos	**248**

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Consolidado Arrendamento	Veículos	Total
(+) Adoção inicial em 01/01/2019	923.424	1.567	924.991
(+/-) Novos contratos e Remensuração	230.927	4.696	335.623
(-) Depreciação	(121.459)	(1.352)	(122.811)
Total em 31 de dezembro de 2019	**1.132.892**	**4.911**	**1.137.803**

Passivo de arrendamento: O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento, considerando fluxo de pagamento de cada contrato de arrendamento com ajuste da inflação, estes pagamentos compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência, a Administração da Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto destes fluxos a taxa de juros nominal. Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso Para taxa de desconto, por se tratar de ativos imobiliários, consideramos taxas equivalentes de LCI e CRI encontradas no mercado ajustando pelo vencimento dos contratos. Os valores de taxa e seus intervalos podem ser encontrados na tabela abaixo:

Intervalo de vencimento	Taxa anual
1 a 3 anos	7,57%
3 a 6 anos	8,34%
6 a 10 anos	9,25%

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Arrendamento	Veículos	Total
Até 1 ano	92.675	1.898	94.573
Entre 1 e 5 anos	449.489	2.969	452.458
Mais de 5 anos	602.789	–	602.789
Total	**1.144.953**	**4.867**	**1.149.820**

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

Passivo - arrendamento a pagar	Consolidado Arrendamento	Veículos	Total
(+) Adoção inicial em 01/01/2019	923.424	1.567	924.991
(+/-) Novos contratos e Remensuração	330.927	4.696	335.623
Apropriação Juros incorridos	90.278	261	90.539
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(199.676)	(1.657)	(201.333)
Total	**1.144.953**	**4.867**	**1.149.820**
Circulante	**92.675**	**1.898**	**94.573**
Não circulante	**1.052.278**	**2.969**	**1.055.247**

Não reconhecimento de ativos: A Companhia não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; Também não foram reconhecidos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, por exemplo, equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis:** No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R$ 50.722 referente de despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis. Vide nota 27. **Impactos na demonstração do resultado:** De acordo com a norma IFRS 16/CPC 06 (R2), as contraprestações de arrendamento, anteriormente registradas como despesas com ocupação, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Embora o novo pronunciamento não tenha alterado o total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, o método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos traz um efeito temporal no lucro líquido, com redução de R$ 29.436 no exercício de 2019. Há um efeito temporal no imposto de renda e na contribuição social, já que reconhecemos um ativo fiscal diferido que se realizará a medida que os contratos de locações se encerrarem. Para os impostos recuperáveis PIS/COFINS, continuamos reconhecendo no resultado os créditos com base no pagamento das contraprestações. Para apurações tributárias - imposto de renda, contribuição social e mantida de créditos de PIS/COFINS - é assegurada a neutralidade. Os impactos na demonstração do resultado estão no quadro abaixo:

Despesas de ocupação	150.659
Efeito líquido na depreciação	(113.172)
Resultado financeiro	(83.925)
Impostos Diferidos	17.002
Total de efeitos no resultado	**(29.436)**

Informações adicionais: Para atendimento dos requisitos da Base de Conclusão 161 e 162 do IASB e referenciada no ofício circular CVM 02/19, a Companhia adotou a taxa nominal, considerando o prazo remanescente ponderado de cada grupo de contratos e uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Segue abaixo os impactos no balanço e no resultado em 31 de dezembro de 2019, caso tivesse sido adotada a taxa real no balanço.

Intervalo de vencimento	Taxa real a.a.	Taxa nominal a.a.
0 a 3 anos	5,54%	7,57%
3 a 6 anos	5,66%	8,34%
6 a 10 anos	8,86%	9,25%

Efeitos na adoção inicial - Balanço patrimonial:

	Adoção inicial taxa real	Adoção inicial taxa nominal
Imóveis	1.102.431	923.424
Veículos	1.860	1.567
Total	**1.104.291**	**924.991**

Efeitos em 31 de dezembro de 2019:

Demonstração do resultado

Direito de Uso Liquido	Valor	Despesa Financeira	Valor
Fluxos Conforme CPC 06 (R2)	1.137.803	Fluxos Conforme CPC 06 (R2)	83.924
Fluxo sem Inflação	1.131.338	Fluxo sem Inflação	50.382
Arrendamento a pagar	**Valor**	**Despesa de Depreciação**	**Valor**
Fluxos Conforme CPC 06 (R2)	1.149.820	Fluxos Conforme CPC 06 (R2)	114.231
Fluxo sem Inflação	1.139.876	Fluxo sem Inflação	152.671

19. Fornecedores - consolidado

	2019	2018
Fornecedores de mercadorias para revenda	570.642	474.013
Fornecedores de materiais de consumo	93.612	73.269
Ajuste a valor presente	(3.248)	(2.841)
	661.016	544.441

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços

CENTAURO

GRUPO SBF S.A.

CNPJ: 13.217.485/0001-11

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

a Receita Federal efetivou consolidação quanto aos débitos de INSS deste PRT, havendo uma conciliação de valores, onde os débitos tributários foram ajustados nas rubricas de tributo a recupera no valor de R$ 625 e prejuízo fiscal no montante de R$ 11.306 conforme nota explicativa nº 8. Os demais parcelamentos perfazem o montante de R$ 5.161 (R$ 2.926 em dezembro de 2018).

22. Obrigações trabalhistas e previdenciárias - consolidado

	2019	2018
Provisões de férias e 13º salário	32.309	30.362
Provisões para participação nos lucros	32.164	29.124
Salários a pagar	16.331	14.389
Obrigações com pessoal a pagar	1.613	1.417
Contribuições a recolher	232	241
Pensão alimentícia	57	57
Obrigações trabalhistas	82.706	75.590
INSS a recolher	65.201	62.268
FGTS a recolher	2.736	2.469
INSS retido a recolher	675	400
Obrigações previdenciárias	68.612	65.137
Total de Obrigações	**151.318**	**140.727**

23. Patrimônio líquido

1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R$ 955.277 dividido em 210.140.608 ações ordinárias e em 31 de dezembro de 2018 era de R$ 302.781 dividido em 153.035.646 ações ordinárias e sem valor nominal.

Saldos em 01 de Janeiro de 2019	**302.781**
Emissão de ações (III e IV)	705.101
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (iv)	2.787
Gastos com emissões de ações (VII)	(55.392)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**955.277**

Seguem as alterações societárias ocorridas em 2018 e 2019: (i) Em 14 de dezembro de 2018, AGE - Deliberou e aprovou o aumento de R$ 2.748 passando o capital social da Companhia passando de R$ 300.033 para R$ 302.781, representado por 153.035.846 ações ordinárias e sem valor nominal. (ii) Em 22 de março de 2019, AGE - Deliberou e aprovou a incorporação da empresa NAOMI Participações S.A., passando o controle de suas 55.141.015 ações as suas acionistas Nefele Investments, LLC e GPCP I Fundo de investimento em participações, na proporção de suas respectivas participações do capital social da Naomi. (iii) Em 15 de abril de 2019, RCA - Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R$ 671.487.612,50 com a emissão de 53.719.009 novas ações ordinárias com o preço de R$ 12,50 no âmbito de oferta no mercado de ações. (iv) Em 13 de maio de 2019, RCA - Deliberou e aprovou a integralização de AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no montante de R$ 2.786.612,00 com a emissão de 696.653 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R$ 4,00 em decorrência do exercício do plano de opção de compra de ações da Companhia de 2016. (v) Em 17 de maio de 2019, RCA - Deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R$ 33.613.750 com a emissão de 2.689.100 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal com o preço de R$ 12,50 no âmbito de oferta no mercado de ações. (vi) Em 20 de setembro de 2019, AGE - Deliberou e aprovou a plano de opção de compra de ações da companhia de 2019. O controle acionário do Grupo SBF S.A., está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2019:

Acionista	2019 Quantidade	%
Pacipar Participações Ltda.	95.930.259	45,65%
Nefele Investments, LLC	53.824.707	25,61%
GPCP I - Fundo de Investimento Participação	1.316.308	0,63%
Stock Options Plan (S.O.P)	2.661.225	1,27%
Outros	56.408.109	26,84%
	210.140.608	**100,00%**

(vii) Os gastos com emissão de ações, referem-se a custos de transação, tais como: i) gastos com elaboração de prospectos e relatórios; ii) remuneração de serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de bancos de investimento, corretores etc.); iii) gastos com publicidade; iv) taxas e comissões; v) custos de transferência; vi) custos de registro etc. **2. Capital autorizado:** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **3. Lucro por ação - consolidado:** A Companhia calcula o resultado básico por ação mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício. O lucro diluído por ação reflete a potencial diluição de opções de ações que poderiam ser exercidas ou convertidas em ações ordinárias, e é calculada dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, além do efeito potencial diluível das opções de compra de ações exercíveis. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Numerário básico/diluído - Controladora	2019	2018
Lucro líquido do exercício	310.171	147.083
Média ponderada de ações ordinárias	195.582	152.406
Resultado básico por ação - R$	**1,59**	**0,97**
Lucro líquido do exercício	310.171	147.083
Média ponderada de ações ordinárias	195.582	152.406
Opções exercidas não integralizadas	125	687
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	4.574	4.416
Resultado diluído por ação - R$	**1,55**	**0,93**

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Controladora, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidiluitivo das opções de ações em circulação. **4. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **5. Dividendos obrigatórios:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, do total dos lucros obtidos, 5% será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal a qual não poderá exceder 20% do capital social, e 25% será obrigatoriamente distribuído aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foi apurado dividendos em função da Companhia ter prejuízos acumulados e obrigatoriedade de constituição de reserva em 2019. **6. Reserva incentivos fiscais:** A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida. Os incentivos também determinam que a empresa Premier não tem direito aos saldos credores sobre a compra de produtos posteriormente vendidos fora desses Estados, de modo que esses valores se tornam impostos não recuperáveis e aumentam o custo das vendas. As notas 25, 26 destas demonstrações financeiras apresentam o impacto nas vendas líquidas e no custo das vendas. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 100.896 (R$ 96.667 em 2018). Os impostos não recuperáveis de ICMS também são contabilizados no custo das vendas, montante de R$ 8.480 em 2019 (R$ 7.640 em 2018). Em função da Companhia possuir prejuízos acumulados nos últimos anos, a reserva de incentivos fiscais, passou a ser constituída apenas em 2019. Os recursos promovidos pelos incentivos fiscais não serão distribuídos como dividendos e serão incorporados às reservas a medida da geração de lucro tributável da Companhia.

24. Pagamento baseado em ações - consolidado

O objetivo desses "Planos" é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração. Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de período será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) preços imediatamente anteriores a data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração. O Programa 2016 outorga a opção de cinco lotes, os quais 20% se tornarão exercíveis a cada ano a contar da data da outorga. O beneficiário deverá utilizar, anualmente, não menos do que 50% (cinquenta por cento) da sua gratificação anual a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("PLR"), para adquirir Ações decorrentes do período das opções, sob pena de cancelamento de todas as opções vestidas até aquela data. O prazo contratual para o exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar da data em que o primeiro lote se tornou exercível. Os preços de exercício de cada plano mencionado acima foram determinados com base no valor justo estimado das ações da Companhia em cada data de outorga. Em 2019, foi aprovado o segundo programa de 2016 com preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia. Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, "Plano 2019" I e II. Com preço de exercício definido baseado na média dos 90 preços anteriores à aprovação, com deságio de 10%. O plano é dividido em 4 lotes, 30% exercíveis em 24 e 36 meses e 20% exercíveis em 48 e 60 meses. Seguem demonstrativos dos "Programas 2016 e 2019" atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Ano	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo Final
2016 - 1º Programa					
2016		5.614.424	–	–	5.614.424
2017	5.614.424	–	(644.511)	(137.122)	4.832.791
2018	4.832.791	200.000	(686.995)	(346.052)	3.999.744
2019	3.999.744	–	(696.653)	–	3.303.091
2019 - 1º Programa					
2019		4.593.206	–	–	4.593.206
2016 - 2º Programa					
2016		1.986.794	–	–	1.986.794

Ano	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo Final
2019					
2016					
2016					

Premissas básicas para o plano 2019 e 2016:	2019 1º Programa	2016 2º Programa	2016 1º Programa
Modelo de precificação	Binomial	Binomial	Black-Scholes
Dividend yield	1,31%	1,31%	5,00%
Volatilidade média anualizada esperada	34,96%	34,96%	23,63%
Taxa livre de risco	5,96%	5,96%	11,37%
Preço de exercício	14,80 corrigido por IGP-M	12,50 corrigido por IGP-M	4,00
Preço da ação considerado	20,97	20,97	4,81
Prazo esperado do exercício	5,48 anos	5,33 anos	5,17 anos
IGP-M	4%	4%	NA
Preço da opção na data da concessão por ação	10,55	11,33	2,05

25. Receita operacional líquida - consolidado

	2019	2018
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	3.134.149	2.800.152
Prestação de serviços	70.666	57.393
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(741.531)	(660.495)
ICMS - Imposto Fiscal (i)	100.896	96.667
Prestação de serviços	(7.007)	(5.958)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(11.745)	(12.695)
Abatimento dos serviços	(6)	(7)
Receita líquida de vendas	2.545.422	2.275.057

(i) Veja nota explicativa 23.6 sobre os incentivos fiscais da Companhia.

Receita do mercado de varejo e e-commerce: A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas) e e-commerce está apresentada abaixo:

	2019	2018
Varejo (lojas físicas)	2.504.223	2.351.493
E-Commerce	629.926	448.659
Receita Bruta	3.134.149	2.800.152

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso da companhia, a copa do mundo realizada a cada quatro anos também influência a distribuição de nossas vendas no ano. A tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida com venda no exercício encerrado em 31 de dezembro.

	2019	2018
1º Trimestre	527.178	460.862
2º Trimestre	545.524	519.193
3º Trimestre	621.003	565.292
4º Trimestre	851.717	729.710
Receita líquida de vendas	2.545.422	2.275.057

Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita líquida com venda no exercício encerrado em 31 de dezembro.

	2019	2018
Sudeste	1.908.051	1.665.550
Nordeste	521.652	505.988
Sul	355.804	313.883
Centro - Oeste	217.628	196.106
Norte	131.014	118.625
Receita bruta de vendas	3.134.149	2.800.152

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Venda de mercadorias	Os clientes obtem controle quando as mercadorias são entregues e aceitas. As faturas são emitidas naquele momento. **Venda de mercadorias no varejo:** A Companhia opera com redes que possuem estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente que ocorre no mesmo momento do pagamento dos produtos em nossas lojas físicas. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. **Venda de mercadorias através do e- commerce:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador que ocorre na entrega dos produtos no destino escolhido pelo comprador. Os clientes possuem o direito de troca ou devolução de produtos. As mercadorias são trocadas somente por novas mercadorias. Em alguns casos que representam uma parcela extremamente reduzida em nossos negócios,ocorre a devolução do dinheiro ao cliente. A Companhia não possui nenhum programa de fidelidade que estabeleça descontos por acumulo de pontos. A Companhia oferece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda. A prestação de serviços de transporte ocorre quando os CTEs - Conhecimento de Transporte Eletrônico são emitidos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelo cliente. Nos casos de devolução e troca a receita é reconhecida na medida em que não seja provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Portanto, quando relevante, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. A Companhia reavalia sua expectativa de devolução na data-base do balanço. A receita é reconhecida conforme os serviços são prestados sendo que a prestação, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. O preço da venda é individual, determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende serviços em transações separadas.

26. Custo das vendas - consolidado

	31/12/2019	31/12/2018
Custo da revenda de mercadorias	(1.267.695)	(1.136.297)
Custo dos serviços prestados fretes e logística	(19.115)	(22.825)
Outros custos	–	(2)
	(1.286.810)	(1.159.124)

Custo das vendas na empresa Premier inclui o saldo credor de ICMS não recuperável divulgado na nota explicativa 23.6, concedido pelos Estados de Minas Gerais e Paraíba. O valor total do ICMS não recuperável com impacto no custo das vendas em 31 de dezembro de 2019 e de R$ 8.480 em 2019 (R$ 7.640 em 2018).

27. Despesas por natureza - consolidado

	2019	2018
Pessoal	(372.962)	(330.677)
Utilidades e serviços	(102.449)	(82.231)
Depreciação de direito de uso (nota 18)	(103.420)	–
Promoções	(53.849)	(40.992)
Depreciação e amortização	(52.896)	(51.295)
Ocupação	(48.763)	(167.922)
Taxa administrativa	(41.694)	(38.425)
Serviços de terceiros	(29.296)	(30.783)
Contingências (nota 14)	(4.380)	3.104
Outras despesas	(36.789)	(29.818)
Total das despesas com vendas:	(846.498)	(769.039)
Contingências (nota 14)	(121.737)	231
Pessoal	(67.188)	(68.178)
Depreciação e amortização	(37.162)	(29.471)
Serviços de terceiros	(36.524)	(29.115)
Utilidades e serviços	(30.985)	(20.208)
Depreciação de direito de uso (nota 18)	(10.811)	–
Ocupação	(1.959)	(11.733)
Promoções	(1.286)	(2.204)
Outras despesas	(29.419)	(9.480)
Total das despesas administrativas	(337.071)	(169.650)

28. Resultado financeiro - consolidado

	2019	2018
Atualização monetária de impostos (nota 10)	176.705	5.194
Ajuste a valor presente (AVP)	26.706	30.109
Atualização monetária de depósitos judiciais	5.907	4.777
Variação cambial ativa	2.289	2.572
Receitas de aplicações financeiras	3.781	454
Descontos obtidos	64	206
Juros e multas recebidos	24	90
Desconto de fornecedores - Reforma Lojas	–	17.220
Outras	2.323	370
Receitas financeiras	217.799	60.992
Juros sobre empréstimos (nota 14)	(97.476)	(11.650)
Juros de arrendamento (nota 18)	(83.924)	–
Juros sobre empréstimos	(26.713)	(40.343)
Ajuste a valor presente (AVP)	(24.601)	(27.441)
Juros sobre desconto de duplicatas (nota 9)	(10.765)	(29.401)
Tarifas e taxas bancárias	(8.877)	(4.984)
Juros sobre atraso de impostos	(8.101)	(17.964)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(6.411)	(14.038)
Variação cambial passiva	(2.604)	(3.140)
Juros sobre pagamentos em atraso	(420)	(810)
Juros sobre contratos de mútuos	(223)	(765)
Impostos sobre operações financeiras	(132)	(66)
Outras despesas financeiras	(8.929)	(2.106)
Despesas financeiras	(279.176)	(152.722)
Despesas financeiras líquidas reconhecidas no resultado	(61.377)	(91.730)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. No encerramento em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía uma política formalizada de gerenciamento de riscos, porém possui Conselho de Administração que direciona e acompanha as práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos cambiais, de taxa de juros, de crédito e de liquidez. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Gerenciamento de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico- operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como: crescimento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxas de câmbio; • Risco de taxas de juros; Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura de gerenciamento de risco:Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras. O risco de crédito da Companhia são as adequirentes de cartão de crédito, representam por 98,65% dos recebíveis no balanço da Companhia. Todas as vendas da Companhia nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, via boleto bancário, débito ou cartão de débito. A Companhia não realiza provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que essa carteira de recebíveis é líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito. Historicamente a Companhia não tem apresentado perdas na realização dos recebíveis de cartão. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado 2019	2018
Aplicações Financeiras - Circulante	83.968	219.700
Clientes e administradoras de cartões de crédito	586.449	84.313
Outras contas a receber	22.997	31.987
Aplicações financeiras - Não circulante	536	536
Outras contas a receber - Não Circulante	626	625
	694.576	337.161

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região, perfil de cliente, concentração de vendas nesses riscos distintos nas modalidades de vendas em lojas físicas e e-commerce. ***Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inacetáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Como principal estratégia, a Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto as administradoras de cartão de crédito nos valores de R$ 10.905 (R$ 425.911 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2019, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R$ 341.794 (R$ 47.407 em dezembro de 2018).

Índice de endividamento - consolidado	2019	2018
Obrigações a curto prazo	(1.093.829)	(931.553)
Caixas e equivalentes	105.308	242.818
Contas a receber de cartão de crédito	586.449	84.313
	(401.872)	(604.422)
Patrimônio líquido	1.168.664	191.464
Índice de endividamento líquido	-34%	-316%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante. A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2019, capital circulante líquido consolidado positivo de R$ 466.947 (negativo de R$ 112.600 em 31 de dezembro de 2018), ou seja, uma variação positiva de R$ 579.547, sendo que a adesão a norma do IFRS16 decretou na nota 18 representa o valor de R$ 94.573. No exercício de 2019 a Companhia apresentou lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social de R$ 407.314 (lucro de R$ 88.217 no mesmo período de 2018), demonstrando os efeitos positivos das estratégias da Companhia. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista por meio de venda da carteira de recebíveis, por sua vez, têm vencimentos que chegam a 150 dias após o recebimento em nosso Centro de Distribuição e historicamente temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores. Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do exercício para quitar as compras feitas no período anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo. Os vencimentos de empréstimos e financiamentos estão em maioria no curto prazo, devido à liquidação de parte deles ocorrer após o IPO, restando apenas alguns poucos contratos, onde 78,17% serão liquidados no curto prazo, com custo aproximado de CDI + 2,44% a.a.

31 de dezembro de 2019 Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	661.010	661.010	516.532	144.478	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	34.590	35.584	21.870	5.387	4.155	3.969	203
Impostos parcelados	196.191	196.191	10.795	49.626	45.611	77.707	12.452
Arrendamentos a pagar	1.149.820	1.149.820	13.781	80.792	104.568	347.890	602.789
Outras contas a pagar	33.043	33.043	33.043	–	–	–	–
	2.074.654	**2.075.648**	**596.021**	**280.283**	**154.334**	**429.566**	**615.444**

31 de dezembro de 2018 Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	544.441	544.441	443.525	100.916	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	358.625	419.927	922	123.300	128.298	167.238	169
Impostos parcelados	209.554	209.554	12.222	51.208	45.837	83.983	16.304
Outras contas a pagar	27.364	27.364	27.364	–	–	–	–
	1.139.984	**1.201.286**	**484.033**	**275.424**	**174.135**	**251.221**	**16.473**

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que não normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. ***Risco de taxas de câmbio:*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2018 não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. ***Risco de taxas de juros:*** Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Não demonstramos financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia corresponde a:

	Consolidado 2019	2018
Caixa e equivalentes de caixas	105.308	242.818
Aplicações financeiras - não circulantes	536	536
Empréstimos e financiamentos	(34.590)	(358.625)
	71.254	(115.271)

Análise de sensibilidade: ***Taxa de juros:*** O risco da companhia decorre das operações com aplicações financeiras e financiamentos atreladas ao CDI. Em 31 de dezembro de 2019 a companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (4,25%) acrescido de 3%. Os cenários consideram variações de 25% e de 50% respectivamente do CDI.

	2019	Provável	Aumento dos Juros Possível 25%	Aumento dos Juros Remoto 50%	Redução dos Juros Possível - 25%	Redução dos Juros Remoto - 50%
Aplicações financeiras	84.504	6.127	7.656	9.194	4.597	3.067
Empréstimos e financiamentos	(34.590)	(2.508)	(3.134)	(3.763)	(1.882)	(1.256)

Valor justo: ***Valor justo versus valor contábil:*** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo na nota explicativa 20.

Ativos Mensurados pelo custo amortizado	31/12/2019 Valor Contábil	Valor Justo	31/12/2018 Valor Contábil	Valor Justo
Caixas e equivalentes de caixa	21.340	21.340	23.118	23.118
Aplicações financeiras	84.504	84.504	220.236	220.236
Contas a receber	586.449	586.449	84.313	84.313
Outras contas a receber	22.997	22.997	31.987	31.987
	715.290	**715.290**	**359.654**	**359.654**
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	34.590	34.590	358.625	358.625
Ativo	1.149.820	1.149.820	–	–
Fornecedores	661.010	661.010	544.441	544.441
Parcelamentos tributários	196.191	196.191	209.554	209.554
	2.041.611	**2.041.611**	**1.112.620**	**1.112.620**

Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo SBF detém instrumentos financeiros qualificados nos níveis 1 e 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Ativo	2019	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	21.340	21.340	–
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	83.968	–	83.968
Aplicações financeiras	536	–	536
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	34.590	–	34.590
Ativo	2018	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	23.118	23.118	–
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	219.700	–	219.700
Aplicações financeiras	536	–	536
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	358.625	–	358.625

Análise de sensibilidade das premissas: As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. Os empréstimos captados as taxas flutuantes expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A diretriz da Companhia é a de manter substancialmente seus empréstimos com pagamento em taxa de juros pós-fixada CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros e recebíveis corrigidos a taxas de juros. A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, são simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram defin

CENTAURO

GRUPO SBF S.A.

CNPJ: 13.217.485/0001-11

continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do **Grupo SBF S.A.** - *São Paulo - SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas do Grupo SBF S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo SBF S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo SBF S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Tais assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Realização de ativos fiscais diferidos:** Veja a Nota 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cuja recuperação depende da geração de lucros tributáveis futuros. Esta projeção é feita com base no plano de negócios da Companhia, e utiliza premissas como taxa de crescimento, margem de lucro e cenário macroeconômico, para fundamentar a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao alto grau de incerteza na utilização de premissas para projeção de lucros tributáveis futuros, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas poderia trazer para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas do plano de negócio da Companhia utilizado na determinação e projeção de lucros tributáveis futuros, tais como taxa de crescimento, margem de lucro e cenário macroeconômico, e comparamos com dados obtidos de fontes externas tais como índices de inflação, assim como analisamos os resultados históricos da Companhia utilizados como base de projeção. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos as premissas acima descritas, a natureza das diferenças temporárias, a base de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social utilizados para registro dos ativos fiscais diferidos. Analisamos as divulgações relacionadas ao reconhecimento dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis o saldo dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras. **Processos tributários:** Veja a Nota 10 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** 1) Contingência fiscais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos relativos a tributos decorrentes do curso normal de seus negócios. A mensuração, a classificação da probabilidade de perda e o reconhecimento contábil da provisão, assim como a divulgação de passivos contingentes requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Devido ao grau de julgamento, relevância dos valores envolvidos e incertezas relacionadas aos aspectos legais e fiscais das contingências fiscais, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. 2) Impostos a recuperar - ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: A Companhia e suas controladas ingressaram em 2006 com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017, solicitando a restituição e compensação dos valores pagos no período em que consideravam o ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS. Em 15 de maio de 2019, duas de suas controladas tiveram o trânsito em julgado de suas ações judiciais. A Companhia efetuou, com base em informações históricas e premissas determinadas na legislação e jurisprudências aplicáveis, a mensuração dos montantes correspondentes aos valores a recuperar referentes aos processos com trânsito em julgado. Devido ao grande volume de transações que originaram o crédito, à relevância dos valores envolvidos, e levantamento de bases históricas para determinação dos valores a recuperar, assim como o impacto que eventuais alterações nessas premissas poderia trazer para as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Avaliamos as práticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências fiscais e divulgação dos passivos contingentes relacionadas à tributos, incluindo as divulgações nas demonstrações financeiras e consolidadas. Obtivemos cartas de confirmações junto aos consultores legais externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos relativos aos aspectos fiscais, e confrontamos com os valores contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras. Também obtivemos as movimentações no ano para as provisões de contingências fiscais e aplicamos testes documentais por amostragem. Para os processos tributários mais significativos, envolvemos nossos especialistas da área legal para comparar a avaliação da Companhia com a jurisprudência aplicável às teses fiscais. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas às provisões para contingências fiscais e contingências fiscais com classificação de perda possível nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões para contingências fiscais registradas e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Operações de arrendamento mercantil:** Veja a Nota 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Conforme descrito na nota explicativa nº 18, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases) entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019. Essa norma especifica como uma entidade deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar seus contratos de arrendamento, promovendo um único modelo de contabilização, o que exige o reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para todos contratos de arrendamento, exceto aqueles cujos termos contratuais são de curto prazo ou o ativo subjacente é de baixo valor. Em função do alto grau de incerteza envolvidos na determinação da taxa de desconto utilizada, no período de transição da adoção da nova prática contábil, e o impacto financeiro de eventuais alterações nas premissas utilizadas pela Companhia, consideramos esse tema um principal assunto de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do desenho dos controles internos implementados pela administração em relação às principais premissas, critérios e precisão matemática, além do reconhecimento contábil dos efeitos das operações de arrendamento mercantil. Avaliamos a política preparada e utilizada pela Companhia para a aplicação do CPC 06 (R2), considerando a utilização dos expedientes práticos aplicados, o enquadramento dos contratos de firmados pela Companhia no escopo da norma, e prazos dos arrendamentos mantidos pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, analisamos a razoabilidade das taxas de desconto utilizadas e fizemos, com base em amostragem, o recálculo do passivo de arrendamento e ativos de direito de uso reconhecidos pela Companhia. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram adequadas. Durante a realização dos procedimentos de auditoria resumidos acima, identificamos melhorias nos sistemas de controles internos e consideramos esta avaliação nos nossos procedimentos de auditoria. Com base nos procedimentos de auditoria resumidos acima e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitável os saldos relacionados à operação de arrendamento, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos neste Pronunciamento Técnico são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas e em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração sobre os resultados consolidados. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso pela base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Forneceremos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremaminte raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Branave S/A - Transportes Fluviais

CNPJ 93.032.738/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e que serão submetidas à assembléia geral. Permanecemos à disposição de V. Sas. para eventuais esclarecimentos julgados por vossas senhorias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)

ATIVO	2019	2018
Circulante		
Caixa e Bancos	263	999
Tributos a Compensar	9.425	4.223
Total do ativo circulante	**9.688**	**5.222**
Não circulante		
Adiantamento para Ações Judiciais	594	594
Partes relacionadas	2.474.063	2.495.602
Imobilizado	1.071.268	1.071.268
(-) Depreciações	(1.071.268)	(1.071.268)
Intangíveis	8.691	8.691
Total do ativo não circulante	**2.484.348**	**2.505.887**
Total do ativo	**2.494.036**	**2.511.105**

PASSIVO	2019	2018
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	2.108	1.159
Contribuição social a pagar	0	453
Total do passivo circulante	**2.108**	**1.612**
Patrimônio Líquido		
Capital Realizado	1.502.267	1.502.267
Lucros Acumulados	989.661	1.007.230
Total do patrimônio líquido	**2.491.928**	**2.509.497**
Total do passivo	**2.494.036**	**2.511.109**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	capital social	reservas de capital	lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.502.267**	**0**	**1.022.984**	**2.525.251**
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	(21.737)	(21.737)
Lucro líquido do exercício	0	0	5.983	5.983
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.502.267**	**0**	**1.007.230**	**2.509.497**
Lucro líquido do exercício	0	0	(17.569)	(17.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.502.267**	**0**	**989.661**	**2.491.928**

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018
Receita dos serviços prestados	0	0
Deduções da receita de serviços (impostos)	0	0
Receita Operacional Líquida	**0**	**0**
Recoitas (Despesas)		
Administrativas	(42.264)	(17.559)
Resultado financeiro líquido	24.695	24.750
total das despesas líquidas	**(17.569)**	**7.191**
Lucro operacional	**(17.569)**	**7.191**
Imposto de renda e contribuição social	0	(1.208)
Lucro líquido do exercício	**(17.569)**	**5.983**

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(17.569)	5.983
Ajustes de exercícios anteriores	0	(21.737)
	(17.569)	**(15.754)**
Redução (aumento) nas contas do ativo		
Empréstimo com parte relacionada	21.539	16.691
Adiantamento para Ações Judiciais	0	(594)
Tributos a Compensar	(5.202)	799
	16.337	**16.896**
Aumento (redução) nas contas do passivo		
Caixa e bancos movimento	999	(582)
Obrigações e contas a pagar	949	(14)
Imposto de renda e contribuição social	(453)	453
	1.495	**(143)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**263**	**999**
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	0	0
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	263	999
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**263**	**999**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Nota 1. Contexto Operacional: A Sociedade tem por fins o objetivos: Lei nº 9.249/95, não previem o reconhecimento dos efeitos inflacionários, navegação interior, fluvial e lacustre, no transporte de carga em geral, containers, granéis sólidos, produtos petroquímicos, óleos vegetais à granel, transbordo de mercadorias e agenciamento. **Nota 2.** Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449 convertida em Lei 11.941/2009 de 03 de dezembro de 2008. **Nota 3.** Principais Práticas Contábeis: **a)** De acordo com Lei nº 6.404/76 a Sociedade tem por fim o objetivo: que até 31 de dezembro de 1995 foram reconhecidos com base na variação da Unidade Fiscal de Referência. **b)** O imobilizado da empresa composto da Barcaça Guaratuba e outros bens, estão totalmente depreciados. **Nota 4.** A Companhia enfrenta duas ações de execução financeira em conjunto com outra empresa no segurado:

Processo	Valor	Ação ajuizada em
2003.51.01.019416-1	R$ 3.468.517,67	21.06.2005
2008.51.01.021380-3	R$ 8.269.589,37	14.11.2008

A Companhia discute judicialmente o mérito destes processos. **Nota 5.** Capital Social: O capital social é representado por R$ 1.502.267, sendo 21.000 ações ordinárias nominativas e 42.000 ações preferenciais nominativas.

Ronaldo Andres Jeffrey Smith - Diretor — **Ary Serpa Júnior** - Diretor — **Maria Aparecida C. Lopes** - contadora - CRC 1SP 129.863/O-9

Avenida Brasil Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/MF nº 12.251.086/0001-04 - NIRE 35.300.381.301 - **Extrato da Ata da RCA Realizada em 2/10/12.** Em 2/10/12, às 9hs, na sede da Companhia. **Mesa:** Olimpio Matarazzo Neto, Presidente; Alexandre Borensztein, Secretário. **Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração. **Deliberações, por unanimidade:** 1) A alteração de endereço da Filial 1, anteriormente localizada na R.Rio, Avenida Rio Branco, 1, 12º andar, sala 1.224-C, CEP 20090-003, para a Avenida Brasil, 50.345, Lote 1, PAL 32942, Paciência, RJ/RJ, CEP 23065-480. A Diretoria fica autorizada a praticar todo e qualquer ato necessário, bem como providenciar todas as alterações necessárias nas inscrições públicas em decorrência da deliberação ora aprovada. Nada mais. JUCESP nº 474.902/12-2 em 1/11/12. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1064792-81.2016.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDERSON CORTEZ MENDES, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER**(a)(s) Carlos José de Azevedo de Cruz e Sousa, RG 3374621, CPF 425.142.827-72, e Soraya Savini Orsini, RG 530047366, CPF 073.907.668-08, que lhes foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., objetivando a cobrança de R$ 27.565,19 (novembro/2016), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados nos anos letivos de 2012 e 2013. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (sem as custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponham embargos, sob pena de constituí-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de janeiro de 2020. 25 e 28.04

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1088799-71.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina de Figueiredo Dorlhiac Nogueira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **CLÁUDIO D'ANGELO** , RG 2333361399, CPF 257.697.128-80, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sociedade Unificada Paulista de Educação e Comunicação Supero – EC Ltda., objetivando a cobrança de R$ 42.093,31 (outubro/2016), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados nos anos letivos de 2011 e 2012. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (sem as custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituí-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de fevereiro de 2020. 25 e 28.04

BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A.

CNPJ nº 12.164.614/0001-98

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Individual 2019	Individual 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.596	675	3.922	1.300
Direitos creditórios	3.381	933	22.342	10.528
Adiantamentos para aquisição de cessões de crédito	2.723	3.627	2.723	3.884
Outros créditos	882	516	1.583	516
Impostos a recuperar	2	28	5	78
Partes relacionadas	155	-	-	-
	10.739	**5.779**	**30.575**	**16.306**
Ativo Não Circulante				
Títulos e valores mobiliários	5.000	6.146	-	434
Direitos creditórios	5.456	22.235	6.314	22.400
Ativo não circulante mantido para venda	1.020	598	2.621	3.107
Partes relacionadas	-	294	-	-
Depósitos judiciais	10	10	10	10
Outros créditos	3	1.300	3	1.300
Investimentos	778	1.055	10	11
Imobilizado	23	671	664	671
	12.290	**32.309**	**9.622**	**27.933**
TOTAL DO ATIVO	**23.029**	**38.088**	**40.197**	**44.239**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual 2019	Individual 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Passivo Circulante				
Empréstimos e financiamentos	1.437	-	1.437	-
Fornecedores	115	103	142	112
Obrigações trabalhistas	96	61	96	61
Obrigações tributárias	754	1.430	832	1.587
Obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito	5.221	14.321	5.221	14.321
Contas a pagar	119	855	469	813
Dividendos a pagar	-	1.659	-	1.659
Partes relacionadas	-	705	-	-
Provisão para riscos e contingências	811	774	811	774
Provisão para perdas com investimentos	2.483	-	-	-
	11.036	**19.908**	**9.008**	**19.327**
Passivo Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	1.300	5.476	1.300	5.476
Adiantamento de venda de debêntures	1.885	-	1.885	-
Debêntures a pagar	-	-	16.788	3.141
Provisão para riscos e contingências	811	1.547	811	1.547
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCP's)	-	-	2.408	3.591
	3.996	**7.023**	**23.192**	**13.755**
Patrimônio Líquido				
Capital social	7.050	7.050	7.050	7.050
Reserva legal	300	300	300	300
Reserva de lucros	647	3.807	647	3.807
	7.997	**11.157**	**7.997**	**11.157**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**23.029**	**38.088**	**40.197**	**44.239**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando expressamente mencionado)

	Individual 2019	Individual 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita Líquida	13.568	18.283	15.786	24.922
Custo com cessões de crédito	(2.420)	(3.774)	(2.620)	(6.374)
Lucro Bruto	**11.148**	**14.509**	**13.166**	**18.548**
(Despesas) e Receitas Operacionais				
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(8.046)	(6.791)	(11.558)	(9.367)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.155)	(228)	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	403	684	704	207
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**1.350**	**8.174**	**2.312**	**9.388**
Despesas financeiras	(189)	(121)	(1.901)	(204)
Receitas financeiras	114	215	139	225
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**1.275**	**8.268**	**550**	**9.409**
Imposto de renda e contribuição social	(2.217)	(2.255)	(2.312)	(3.080)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	**(942)**	**6.013**	**(1.762)**	**6.329**
Participação de terceiros em sociedades em conta de participação (SCP's)	-	-	820	(316)
Lucro Líquido/(Prejuízo) dos Controladores	**(942)**	**6.013**	**(942)**	**6.013**
Lucro Líquido por Ação - em Reais (R$)	**(0,1346)**	**0,8590**	**(0,1346)**	**0,8590**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de Reais)

	Individual 2019	Individual 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Das atividades operacionais				
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	1.275	8.268	550	9.409
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação	36	117	36	117
Provisão para contingências	72	140	72	140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	653	884	2.657	1.812
	2.036	**9.409**	**3.315**	**11.478**
Acréscimo nos ativos e passivos operacionais				
Direitos creditórios	13.678	(17.935)	1.615	(22.425)
Adiantamentos para aquisição de cessões de crédito	904	(1.664)	1.161	(409)
Outros créditos	931	(1.331)	230	(1.279)
Impostos a recuperar	26	1	73	(43)
Títulos e valores mobiliários	1.146	(5.256)	434	456
Ativo não circulante mantido para venda	(422)	(167)	486	(853)
Depósitos judiciais	-	73	-	73
Fornecedores	12	18	30	18
Obrigações trabalhistas	35	22	35	22
Obrigações tributárias	(676)	710	(755)	452
Obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito	(9.100)	3.548	(9.100)	3.368
Contas a pagar	(736)	794	(344)	729
Adiantamento de venda de debêntures	1.885	-	1.885	-
Debêntures a pagar	-	-	13.647	3.141
Contingências pagas	(771)	-	(771)	-
Caixa proveniente das operações	**8.948**	**(11.778)**	**11.941**	**(5.272)**
Imposto de renda e contribuição social	(2.217)	(2.255)	(2.312)	(3.080)
Caixa líquido aplicado/(gerados pelas) atividades operacionais	**6.731**	**(14.033)**	**9.629**	**(8.352)**
Das atividades de investimento				
Imobilizado	612	(84)	(29)	(84)
Intangível	-	78	-	78
Investimentos	2.760	1.693	1	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**3.372**	**1.687**	**(28)**	**(6)**
Das atividades de financiamento				
Integralização de capital social	-	1.050	-	1.050
Empréstimos e financiamentos	(2.739)	2.067	(2.739)	1.533
Dividendos a pagar	(1.659)	(321)	(1.659)	(321)
Distribuição de lucros	(2.218)	(3.000)	(2.218)	(3.000)
Partes relacionadas a receber	139	(244)	-	-
Partes relacionadas a pagar	(705)	(695)	-	-
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCP's)	-	-	(363)	(4.271)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(7.182)**	**(1.210)**	**(6.979)**	**(5.009)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.921**	**(13.556)**	**2.622**	**(13.367)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	675	14.231	1.300	14.667
No final do exercício	3.596	675	3.922	1.300
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.921**	**(13.556)**	**2.622**	**(13.367)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de Reais)

| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Prejuízos Acumulados | Lucros Acumulados | Patrimônio Líqu